

EUZITA APARECIDA DE AZEREDO OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL
“JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO
CLÁUDIO - ES)**



EUZITA APARECIDA DE AZEREDO OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL
“JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO
CLÁUDIO - ES)**



2023 – Editora Ducere

www.ducere.com.br
editoraducere@gmail.com

Autora

Euzita Aparecida de Azeredo Oliveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: A Autora

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48r Oliveira, Euzita Aparecida de Azeredo
Reflexões sobre Inclusão de Portadores de Deficiência Mental na
Escola Municipal "José Jorge Haddad" (Afonso Cláudio - ES) /
Euzita Aparecida de Azeredo Oliveira. – Formiga (MG): Editora
Ducere, 2023. 189 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-998511-6-2

DOI: 10.5281/zenodo.7613394

1. Reflexões. 2. Inclusão. 3. Deficiência Mental. 4. Educação. I.
Oliveira, Euzita Aparecida de Azeredo. II. Título.

CDD: 370

CDU: 37

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ducere

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.ducere.com.br

editoraducere@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.ducere.com.br/>



**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

EUZITA APARECIDA DE AZEREDO OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES
DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL
“JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO CLÁUDIO - ES)**

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, à minha querida mãe,
Elza,
À minha filha, Isabella, e,
Ao meu marido, Cristiano, que são os grandes amores da minha
vida.
Não poderia esquecer-me dos meus grandes amigos, José
Antônio e Marília, que me apoiaram e incentivaram nos momentos
mais difíceis e,
Ao Sérgio, uma pessoa que me ajudou muito na conclusão deste
trabalho.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar força e paciência para suportar a grande distância e a saudade nesses dois anos e meio que se passaram. E ao meu pai Francisco, que, infelizmente, hoje não está aqui para me ver realizando mais um sonho. Não poderia esquecer meu orientador Prof. Dr. Alain Saint-Saëns pela sua dedicação, o meu muito obrigada.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

O sucesso na vida depende, em grande parte, da forma pela qual aprendemos e apreendemos as coisas. Não basta fixar metas, fatos ou fenômenos. Torna-se, algo imprescindível que compreendamos os princípios que determinam os fatos e que regem os fenômenos para, assim, poder articular uma cadeia de processos que fertilize nossa mente, permitindo acumular e assimilar conhecimentos que serão os alicerces seguros para a garantia da transformação constante de ideias simples em ideias complexas e vice-versa num *continuum* de dialeticidade epistemológica e empírica (SOUZA, 2023).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 ACERCA DA APRENDIZAGEM.....	17
2 CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA MENTAL.....	45
3 CAUSAS DAS DEFICIÊNCIAS MENTAIS.....	62
3.1 CAUSAS DE ORIGEM BIOLÓGICA.....	64
3.2 CAUSAS DE ORIGEM PSICOLÓGICA.....	64
3.3 CAUSAS DE ORIGEM SOCIOLÓGICA.....	65
4 OS <i>IDIOTE SAVANTS</i>	68
5 O DESTINO DOS DEFICIENTES NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA: A PRÁTICA DA EUGENIA.....	73
6 O DESTINO DOS DEFICIENTES NA IDADE MÉDIA: A SEGREGAÇÃO.....	83
7 O DESTINO DOS DEFICIENTES NA IDADE CONTEMPORÂNEA: A INCLUSÃO.....	90
8 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	105
9 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	122
10 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SÓCIO- EDUCATIVA.....	134
11 DO CONCEITO DE IDENTIDADE.....	145
12 DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES MENTAIS NA ESCOLA	

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO CLÁUDIO).....	154
CONCLUSÃO.....	172
REFERÊNCIAS.....	176

INTRODUÇÃO

Incluir não é simplesmente trazer para o meio. É trazer para o meio e oferecer condições para que o sujeito incluído possa ter as mesmas oportunidades de participação nos eventos sócio-econômicos-educativos que aqueles considerados normais!

A questão da inclusão tem um papel preponderante na atual conjuntura social, principalmente após a publicação da ISO 26000¹ (Responsabilidade Social) e se tornou um paradigma social imposto pelas autoridades internacionais responsáveis pelos organismos de referência.

Porém, uma questão se fixa neste meio que é o de que para inserir um sujeito em um meio diferente do seu faz-se necessário que as pessoas que receberão este sujeito que se encontrava à margem da sociedade estejam preparados para recebê-lo, tanto psicológica quanto socialmente. E um grave problema que tem ocorrido neste meio é o de se preparar apenas o sujeito para ingressar em uma sociedade, como se os valores sociais fossem absolutos, indiscutíveis e resolutamente imutáveis.

Não se pode [*em hipótese alguma*] desconsiderar que o sujeito [*em sua solidão*] é alguém com uma identidade própria e que supostamente não quer sair de seu mundo particular porque este lhe confere um tipo de segurança que o outro mundo jamais será capaz de oferecer. E este poder é o anonimato. Logo, ao se falar em inclusão, deve-se, em

¹ A norma ISO 26000 - Guia sobre Responsabilidade Social é uma norma internacional destinada a todos os tipos de organizações e não apenas sobre responsabilidade social das empresas. Não tem como objectivo reduzir a autoridade/intervenção dos governos no que respeita à abordagem da responsabilidade social das organizações, destinando-se a ser utilizada como guia e não como norma certificável. Esta norma explica os assuntos fundamentais e aspectos relacionados com a Responsabilidade Social: Administração organizacional, Direitos humanos, Práticas laborais, Ambiente, Práticas negociais justas, Aspectos do consumidor, Desenvolvimento da comunidade.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

primeira mão, identificar quem quer ser parte ou mesmo fazer parte de um mundo novo que se lhe torna *[realmente]* hostil a partir do momento em que é inserido neste.

Historicamente, a proposta de integração escolar para a Educação Especial foi elaborada em 1972, por um grupo de profissionais da Escandinávia, liderados por Wolfensberger, na forma do chamado princípio de normalização. Este princípio apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou *normal* possível, na sociedade em que vivem. Dito de outra forma, normalizar não quer dizer tornar *normal*; significa proporcionar ao indivíduo oportunidades, garantindo seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade.

Batista e Eunumo esclarecem que, “a palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá a ideia de inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem.”²

Disto infere-se que para atender aos objetivos da nova proposta educacional tendo por base a formação da pessoa humana para a cidadania e o mercado de trabalho, faz-se *mister* que a escola venha a adaptar-se. E não apenas ela como também seu corpo docente e discente.

Toda a comunidade escolar terá que sofrer mudanças em suas conjunturas epistemológicas,

² BATISTA, M.; EUNUMO, S. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação entre companheiros. In: *Revista Estudos de Psicologia*. Vol. 9, nº 1, 2004, p. 102.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

sociológicas, antropológicas, filosóficas que determinarão um novo conceito para indivíduo; afinal, mesmo este novo ser que será inserido em um meio estranho a si não possa se dar ao luxo de uma individualidade plena, porque suas faculdades mentais não estão, em seu potencial, maximizadas, mas ele não deixou de ter direito a esta garantia dada pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mas, mudar é sempre mais difícil que permanecer o mesmo. Isto porque a mudança provoca envolvimento, responsabilidade, empenho, o aluno já não pode mais ficar à mercê de sua sorte ou miséria.

Nesta linha filosófica de inclusão, Martins afirma que, na maioria das vezes, gestores educacionais e professores mostram-se mais resistentes à inclusão de crianças com deficiência mental em turmas comuns, devido à supervalorização das habilidades intelectuais presente nas concepções dos educadores e da sociedade, de modo geral³, ou seja, o ser humano nasce dotado de cinco sentidos e segundo Gardner 7 habilidades cognitivas as quais ele chamou de inteligências⁴ e a escola regular continua a usar e a forçar o desenvolvimento de, apenas, duas: a lógica e a matemática.

Mas, a resistência mais ferrenha por parte da comunidade escolar em aceitar o deficiente mental é que seu aprendizado, para os padrões atuais de ensino-aprendizagem, é retardatário aos interesses liberais que tem por base o eufemismo. Este indivíduo quebra uma cadeia evolutiva; o processo avaliativo educacional é da era jurássica, ou seja, naqueles tempos quem não servisse para

³ MARTINS, L. de A. R. Integração escolar do portador de síndrome de Down: um estudo sobre a percepção dos educadores. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 3, nº. 5, p. 73-85, Piracicaba, 1999.

⁴ GARDNER, Howard. A teoria das Inteligencias Múltiplas. Porto Alegre: Artmédica, 1994.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

a caça deveria ser descartado; na atualidade quem não faz o pêndulo da balança pender para mais deve ser excluído.

Na era em que o ter sobrepõe-se, vertiginosamente, ao ser, cada símbolo a mais tem seu peso valorizado em ouro, e esta proposta não acrescenta méritos em espécie ao Estado. Por fim acaba que, somente, por força de documentos elaborados pela sociedade civil como a *Declaração Mundial de Educação Para Todos*, a *Rio-92*, a *ISO 26000* e outros mais que se tem alcançado uma valorização e um empenho por parte do Estado, através das ações do Ministério Público e da conscientização da população em geral. Mas a escola em si continua sisuda e fechada ao novo; e, esta etapa só poderá ser vencida com a aquisição de conhecimentos acerca do funcionamento da mente e das quebras de paradigmas no meio acadêmico-educacional.

A partir da década de 1990 as discussões referentes à educação das pessoas com necessidades especiais começaram a adquirir consistência, face às políticas anteriores descaracterizadas pela descontinuidade e dimensão secundária.

Em junho de 1994 a cidade espanhola de Salamanca acolheu a Conferência Mundial sobre Educação Especial que produziu um conjunto de recomendações a que foi dado o nome de Declaração de Salamanca, na qual proclamou-se que cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias e os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

A formação dos profissionais de educação deverá não só acompanhar e integrar esse processo de mudança, mas também constituir uma garantia da sustentabilidade da mesma.

A nova LDB 9.394/96 em seu capítulo V coloca que a educação dos portadores de necessidades especiais devem se dar de preferência na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas, conforme *in verbis*:

LDB 9394/96, cap. V: *Da Educação Especial*:

- **Art. 58.** Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
- **§ 1º** Haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.
- **§ 2º** O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

- **§ 3º** A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
- **Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
 - **I** - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender as suas necessidades;
 - **II** - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;
 - **III** - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 - **IV** - educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

- **V** - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- **Art. 60.** Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro para o Poder Público.
- **Parágrafo único.** O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.”⁵

Infere-se destes artigos que a Educação Especial no Brasil passou a ser definida em conformidade com uma perspectiva mais humanista, mais ampla, que ultrapassa a concepção simplista e ‘conscienciosa’ de atendimentos especializados para se tornar uma modalidade escolar com foco na formação do sujeito, tendo em vistas o exercício pleno da cidadania.

A expressão ‘necessidades educacionais especiais’ pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, desta forma, a dificuldades de aprendizagem, não,

⁵ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

necessariamente, vinculada às deficiências. O tema inclusão não pode ficar a margem da discussão da identidade dos envolvidos nos programas voltados para inclusão de sujeitos marginalizados por uma sociedade decadente e excludente que tem por moldes doutrinas traçadas nos tempos mais remotos das eras pré-históricas.

O que se busca nesta análise é trazer para o meio das discussões das políticas públicas a situação das pessoas excluídas das condições sociais e não da sociedade. O que deve-se buscar em um processo maduro de inclusão é a oferta de oportunidades aos envolvidos. Cada grupo possui uma identidade própria que lhe é pertinente e que não irá mudar, simples e puramente, para encher o ego de um grupo de burocratas que decidiram que aquelas condições não são as ideais para um ou outro povo ou classe.

A inclusão de crianças portadoras de deficiência mental, como consequência de políticas públicas voltadas para a confecção e oferta de um ensino de qualidade para todos os alunos, sem exceção, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e torna-se um motivo a mais para que o ensino se modernize e os professores sintam-se motivados a aperfeiçoarem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço conjunto de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria *[se não de todas]* de nossas escolas de nível básico, que com a nova redação da lei, abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

O motivo que sustenta a busca da inclusão dos alunos com Deficiência Mental na Escola Municipal José Jorge Haddad é, sem dúvida, uma luta de profissionais que recorrem e se apóiam em recursos legais e esperam alcançar os objetivos preconizados pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Nacional nº. 9394 de 1996, que é o de ofertar uma Educação de Qualidade para todos, em condições de equidade.

O educador é no ambiente escolar, o facilitador na aquisição, na produção e na construção do conhecimento do educando. Mas para tanto este profissional deve estar preparado, motivado, entusiasmado e imbuído de expectativas com relação ao desempenho de seu aluno. O olhar do professor para o aluno é indispensável para a construção e o sucesso de sua aprendizagem; ou mesmo para sua ruína e conseqüente e infalível fracasso, tanto como aluno quanto homem.

Incluir é uma tarefa que exige do cientista social muito mais que meramente ter talento ou competência para o dever, mas ser capaz de enxergar nas entrelinhas das exigências de cada comunidade, de cada caso [*em particular*], cada certame que possa produzir o essencial àqueles a quem o serviço se oferece e não unicamente como uma condição de bom samaritano dos tempos modernos.

O tema inclusão educacional de deficientes mentais nas escolas de ensino regular é muito recente na história da humanidade e da educação formal. As diversas tentativas de se abordar o tema acabam sempre em dilemas e controvérsias não conseguindo chegar a qualquer consenso.

Na Escola Municipal “José Jorge Haddad” (município de Afonso Cláudio) a situação não é diferente e no fim acaba por não receber o aluno portador de deficiência mental por vários motivos, a começar pela ignorância que se tem de que a doença pode ser contagiosa. Em seguida vem o despreparo de toda a equipe pedagógica e dos docentes.

Tem-se ao fim de toda esta trama que elaborar um processo e recorrer ao Ministério Público, para que este obrigue, por força de decisão judicial a que a escola receba

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

os alunos. Mas não é por este caminho que pretende-se fazer educação humanitária.

A inclusão destes alunos deveria fazer-se com base na premissa que reza a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, que garante ser a educação um direito público subjetivo de natureza social, conforme *in verbis*: “**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”⁶

Sendo assim, esta obra busca trazer para os meios acadêmicos uma discussão que há pouco tempo tem despertado muita polêmica nos meios formais de ensino; porém, que não se chegou a nenhum resultado que satisfaça a todos.

⁶ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

1 ACERCA DA APRENDIZAGEM

De acordo com Ferreiro e Freire, a aprendizagem é um processo de desenvolvimento complexo, onde escrever e ler são duas atividades resultantes da alfabetização.⁷ E a leitura de mundo acontece gradativamente, tanto aos alunos ditos normais como também àqueles que apresentam algum tipo de dificuldade, os rotulados ‘especiais’.

O conceito de aprendizagem emergiu das investigações de caráter empírico em Psicologia, ou seja, de investigações levadas a termo com base no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Ora, se o conhecimento provém de outrem, externo ao indivíduo, isto significa afirmar o primado absoluto do objeto e considerar o sujeito como uma tábula rasa, como um ser vazio, sem saberes e com a função única de depositário de conhecimento.

Para Patto “tem-se como princípio na produção da escola pública a igualdade, solidariedade e fraternidade, podendo levar a sociedade a ter uma escola aberta que possa atender a todas as camadas sociais, tanto as pessoas ditas normais como também as com deficiências físicas e mentais.”⁸

Assegurar os direitos e deveres de participação na sociedade cabe aos profissionais da educação atender de forma humanizada e oferecer condições para que esses alunos possam construir seu processo de ensino-aprendizagem. O papel do professor é o de dirigir e orientar a atividade mental dos alunos, de modo que cada um deles

⁷ FERREIRO, Emilia; TEBEROSK, Ana. *A Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Medicas 1985.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁸ PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: historias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1999.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

seja um sujeito consciente, ativo e autônomo. É seu dever conhecer como funciona o processo ensino-aprendizagem para descobrir o seu papel no todo e isoladamente.

É nesta proposta de igualar e ser solidária que a escola fracassa em oferecer recursos humanos condizentes com as necessidades dos alunos. Enquanto indivíduos, educadores e educandos são construtores de suas representações sobre qualquer conceito, seja ele do deficiente ou do não deficiente. Como esta construção é influenciada pela utilidade a que se presta, “o diferente passa a ser combatido; visto como crise, como desajuste ou desequilíbrio; passa a ser tratado com a finalidade do retorno à condição saudável e natural do homem.”⁹

Entende-se disto que, aquele que não se adapta ou que provoca uma ab-reação deve ser alijado do espaço formal de ensino; isto porque ele desequilibra, provoca reações intensas e não se adapta, forçando a escola e sua equipe a adaptarem-se, não somente a ele [*em particular*], mas a toda uma conjuntura. Assim compreendido, tem-se que “a educação depende do conjunto das relações sociais de cada momento. Ela ‘reflete’ o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção sociais de cada momento, em cada sociedade.”¹⁰

Segundo Sanches & Teodoro, “a ruptura formal com a Educação especial dá-se com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien (1990) e reforça-se com a Conferência Mundial sobre Necessidades educativas especiais que deu origem à Declaração de Salamanca (1994), assinada por representantes de 92

⁹ BOCK, Ana Mercês B; GONÇALVES, Maria da G; FURTADO, Odair (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 31.

¹⁰ ORSO, P. J. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs). *Educação e lutas de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 91.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

países, incluindo Portugal, e 25 organizações internacionais que acordaram nos princípios fundamentais da escola e da educação inclusivas. Situa os direitos das crianças e dos jovens com Necessidades educativas especiais (NEE) no contexto mais lato dos direitos da criança e do homem, fazendo referência à Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), à Convenção relativa aos Direitos da Criança (1989), à Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e às Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência (1993). Outros documentos têm vindo a ser produzidos para apoiar e ajudar a implementar as ideias expressas, dos quais podemos destacar a Carta do Luxemburgo (1996) com a proclamação europeia do princípio da não-discriminação, consagrada também no artigo 13 do Tratado de Amesterdão (1997), o Enquadramento de Acção de Dakar (2000), cujo objectivo principal é atingir a Educação para Todos até ao ano 2015, e a Declaração de Madrid (2002), com o princípio de '*Não discriminação mais Acção positiva*' fazem a Inclusão social.”¹¹

Especificamente com relação à inclusão dos deficientes mentais, os autores supracitados dizem que “Educação Inclusiva não significa educação com representações e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das ideias feitas, como foi o caso dos grandes pioneiros da educação que acreditaram no

¹¹ SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. In: *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, 2006, pp. 64-5.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

grande papel que a educação representava no acesso à cidadania dos mais desfavorecidos, sendo, então (como agora), chamados de loucos.”¹²

Dessa forma, algumas escolas acreditam que inserir o aluno especial no ensino regular é o suficiente para que possa acontecer a inclusão social. Não se pode perder de vista que a palavra inserir, neste contexto, quer dizer colocar o indivíduo portador de necessidades especiais, junto com os outros ou, na melhor das hipóteses, no meio dos outros. Se ele irá adaptar-se e seus pares a ele, isto é um problema deles. Isto é o que se pode chamar de ab-negação.

O indivíduo portador de deficiência física tem limitações orgânicas, mas é necessário que seja inserido no mesmo processo de ensino aprendizagem que seus pares, uma vez que todos têm direitos iguais [*garantidos nas formas da lei*]. A inclusão social, portanto, é a representação de “um processo que contribui para a construção de um tipo de sociedade através de transformações nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, até mesmo do próprio portador de necessidades especiais.”¹³

Entretanto, precisa-se compreender que a pessoa deficiente faz parte desse todo de excluídos, mas suas limitações que constituem a parte desse todo, precisam ser vistas cuidadosamente. Nesse sentido não pode-se banalizar o processo de aprendizagem na diversidade colocando todos em um mesmo eixo de análise ou de ações práticas no contexto escolar. Se em um passado bem próximo, esse deficiente era visto de forma preconceituosa, como sendo *anormal*, agora ele está incluso no todo, pois, o contexto educacional passou a ser outro. Dessa forma todos

¹² SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. In: *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, 2006, pp. 64-5.

¹³ Idem. In: *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, 2006, pp. 42.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

têm o mesmo direito a uma educação de qualidade e de maneira equânime.

A proposta da educação inclusiva em pleno século XXI é constituída de múltiplas determinações históricas de uma sociedade capitalista, mas a realidade encontrada distancia-se do ideal, dificultando a realização de uma educação, realmente, inclusiva em uma sociedade com preceitos democráticos, ainda em vias de construção e consolidação.

A educação não pode ser somente a bancária que atende os interesses econômicos do neoliberalismo, tem de ser libertadora, parafraseando Paulo Freire. Ser educador é trabalhar com indivíduo, mas indivíduo que pensa, que faz sua individualidade ter significado e, então “isso significa que você está envolvido com um processo ou com algum tipo de atuação com outras pessoas que são denominadas seus alunos e alunas.”¹⁴

Segundo Lima, o homem pode desenvolver formas de comportamento, aprender diferentes línguas, usar diversas estratégias para realizar suas ações e agir sobre a natureza.¹⁵ O processo de desenvolvimento humano é contínuo, estende-se pela vida toda e é também um processo integrado que abrange todos os aspectos da vida (o físico, o emocional, o social e o cognitivo).

O homem constitui-se com o meio sócio-cultural através de um grupo no qual ele constrói sua identidade. É no grupo familiar que a criança irá ter os primeiros contatos, e irá construir sua aprendizagem e aprender as primeiras palavras, os primeiros gestos e ações; logo após a criança

¹⁴ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 154.

¹⁵ LIMA, Elvira Souza. *Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano*. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

ingressa no meio escolar na dita aprendizagem *formal*, onde exerce o seu papel fundamental que possibilitará um saber difuso, um saber cotidiano, favorecendo a compreensão das relações sociais na qual está inserida. Porém, permanece, ainda, na atualidade o desafio de tornar as práticas educativas mais condizentes com a realidade, mais humanas e, com teorias capazes de abranger o indivíduo como um todo, promovendo o conhecimento e a educação.

Precisa-se, neste âmbito, pensar a inclusão em uma perspectiva da dimensão humana e sócio-cultural procurando enfatizar formas de interação positivas, ou seja, olhar as possibilidades, proporcionar apoio às dificuldades e acolher as necessidades desses aprendizes partindo do princípio do atendimento a todos os alunos com necessidades educativas especiais no processo educacional de forma qualitativa, sem nenhum tipo de discriminação.

O conhecimento acerca das leis que amparam os direitos dos alunos com necessidades especiais faz-se necessário, pois os mesmos, cada vez mais estão buscando a possibilidade de aprendizagem no contexto do ensino regular. Portanto, as discussões realizadas em 1990 sobre a política educacional de inclusão contidas na carta de Jomtein (Tailândia) tomam força com o Plano Nacional de Educação para todos. A Declaração mundial de Educação para Todos propõe “uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade.”¹⁶

Um acontecimento que provocou importantes modificações no atendimento à educação especial voltada à

¹⁶ BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. Brasília: MEC, 2000 - Art. 1º, p. 12.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

inclusão foi a *Declaração de Salamanca*, em 1994, podendo apresentar como meta a inclusão de todas as crianças, inclusive as com deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem nas escolas de ensino regular. Sobre essa inclusão considera-se, necessária, como objetivo a modificação do sistema a organização e a estrutura do funcionamento educativo e a diversidades como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum. No processo político-pedagógico da escola faz-se necessário o direito de ensino-aprendizagem através de vários recursos como: programas educativos e capacitação de recursos pedagógicos especiais para atender as diversidades dos alunos e outros.¹⁷

As leis são importantes no processo atual da educação inclusiva, pois são elas que garantirão o direito de fato ao ser humano a educação, a estar realmente incluído nas diversidades dos ambientes sociais. Esse direito se faz valer na Constituição Federal de 1988, “onde a educação é o direito de todos e dever do Estado e da família..., visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”¹⁸

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, voltada aos alunos com necessidade especiais. As instituições de ensino devem desenvolver uma prática pedagógica respeitando essas modalidades no sistema educacional. Considerando e visualizando seus aprendizes como indivíduos “que provêm de contextos culturais dos mais variados, representam diferentes segmentos sociais,

¹⁷ BRASIL. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, 2001, p. 27.

¹⁸ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988 - Art. 205.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

produzem e desenvolvem conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam.”¹⁹

Desta fala, infere-se que pela diversidade individual e pela potencialidade que esta pode oferecer à produção de conhecimento, conseqüentemente ao processo de ensino e aprendizagem, pode-se entender que há necessidade de estabelecer vínculos significativos entre as experiências de vida dos alunos, os conteúdos oferecidos pela escola e as exigências da sociedade, estabelecendo também relações necessárias para compreensão da realidade social em que vive e para mobilização em direção a novas aprendizagens com sentido concreto

Pode-se considerar algumas ajudas técnicas no âmbito pedagógico proporcionando uma comunicação em suas modalidades motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, conforme reza o decreto 3298 de 1999, em seu artigo 19, parágrafo único e que está contemplada no parecer CNE/CEB número 17/2001, conforme *in verbis*: “[...] todos os alunos em determinados momentos de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais especiais e seus professores em geral conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem da escola uma série de recursos e apoios de caráter mais especializados que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo.”²⁰

Este parecer deixa claro que cabe a todos, principalmente aos setores de pesquisa e às universidades,

¹⁹ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

²⁰ BRASIL. *Decreto Nº 3.298*, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

o desenvolvimento de estudos na busca de melhores recursos pra auxiliar, ampliar a capacidade das pessoas de se locomover e de participar de maneira cada vez mais autônoma do meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo, assim de maneira plena a sua cidadania.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular requer uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação de professores. Deve-se discutir os fundamentos, a política, as possibilidades e os limites da proposta de formação de educadores para o ensino regular e o especial. Trata-se de um estudo na perspectiva sociocultural, com suporte reflexivo de grupos focais, para formação continuada de professores no contexto escolar. As pesquisas sobre a inclusão escolar enfatizam a necessidade de reflexão sobre:

- As concepções, crenças e atitudes diante da diversidade, diferença e multiculturalidade;
- A qualidade das ofertas educativas e da gestão escolar; e,
- A necessidade de rever os programas de formação inicial e continuada de professores.

O debate acerca da formação de professores para atuação no sistema regular e na Educação Especial tem gerado polêmica, contradições e omissões. Torna-se imprescindível focalizar este tema na revisão dos cursos de Pedagogia e nas demais licenciaturas, para que não fique restrito ao campo da especialização, como sugere a Resolução CNE/CP nº 01/2006. As discussões e análises preliminares deste estudo anunciam a exigência de uma articulação dialógica e ações transdisciplinares entre professores da Educação Especial e do ensino regular,

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

gestores, coordenadores pedagógicos, pais e comunidade escolar tendo em vista a (re)elaboração do projeto político-pedagógico e a construção de práticas pedagógicas que assegurem o direito à diversidade, o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos os educandos.

A Lei 5.692, de 1971, já trazia em seu Título X, art. 88 que “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.”²¹

Com isto nota-se que já havia, um interesse em integrar o portador de necessidades especiais ao sistema regular de ensino. A Declaração dos Direitos de Pessoas com Deficiência Mental, em seu artigo 2º, reza que, “**Artigo 2º:** O deficiente mental tem o direito à atenção médica e ao tratamento físico exigidos pelo seu caso, como também à educação, à capacitação profissional, à reabilitação e à orientação que lhe permitam desenvolver ao máximo suas aptidões e possibilidades.”²²

E, em seu artigo 7º diz que, “Se alguns deficientes mentais não são capazes, devido à gravidade de suas limitações, de exercer afetivamente todos os seus direitos, ou se se tornar necessário limitar ou até suspender tais direitos, o processo empregado para esses fins deverá incluir salvaguardas jurídicas que protejam o deficiente contra qualquer abuso. Esse procedimento deverá basear-se numa avaliação da capacidade social do deficiente por peritos qualificados. Mesmo assim, tal limitação ou suspensão ficará sujeita a revisões periódicas e

²¹ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692*, de 11 de agosto de 1971.

²² BRASIL. *Resolução nº 2.856*, de 20 de dezembro de 1971.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

reconhecerá o direito de apelação para autoridades superiores.”²³

O que se busca nesta análise é trazer para o meio das discussões das políticas públicas a situação das pessoas excluídas das condições sociais e não da sociedade. O que deve-se buscar em um processo maduro de inclusão é a oferta de oportunidades aos envolvidos. Cada grupo possui uma identidade própria que lhe é pertinente e que não irá mudar, simples e puramente, para encher o ego de um grupo de burocratas que decidiram que aquelas condições não são as ideais para um ou outro povo ou classe. A inclusão de crianças portadoras de deficiência mental, como consequência de políticas públicas voltadas para a confecção e oferta de um ensino de qualidade para todos os alunos, sem exceção, provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e torna-se um motivo a mais para que o ensino se modernize e os professores sintam-se motivados a aperfeiçoarem as suas práxis. É uma inovação que implica num esforço conjunto de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria *[se não de todas]* de nossas escolas de nível básico, que com a nova redação da lei, abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A década de 1980 foi marcada pelos movimentos sociais de reivindicação e luta pela democratização do ensino, acesso à escola gratuita e inserção das minorias marginalizadas e excluídas do sistema educacional. Nessa expansão, de um lado criam-se serviços especializados em escolas públicas e, de outro, aumenta-se a implantação de Instituições e Escolas Especializadas em todos os Estados. O foco das políticas públicas deixa então de ser a formação acadêmica ou licenciatura e passa a enfatizar a capacitação

²³ BRASIL. Resolução nº 2.856, de 20 de dezembro de 1971.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

em serviços de professores para atender à demanda de expansão da Educação Especial.

O Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência, do Ministério da Educação, propõe em relação à educação destes que, “Art. **120**. Os Estados Membros devem adotar políticas que reconheçam os direitos das pessoas portadoras de deficiência à igualdade de oportunidades na educação com relação aos demais. A educação das pessoas portadoras de deficiência deve-se dar, na medida do possível, dentro do sistema escolar geral. A responsabilidade pela sua educação deve ser incumbência das autoridades da educação e as leis referentes à educação obrigatória devem incluir as crianças portadoras de todo tipo de deficiência, inclusive as mais gravemente incapacitadas.

121. Os Estados Membros devem dar margem para uma maior flexibilidade na aplicação, às pessoas portadoras de deficiência, de qualquer regulamentação que afete a idade de admissão, a promoção de uma classe para outra e, quando for cabível, dos procedimentos de exame.

122. Na implantação de serviços de educação para crianças e/ou adultos portadores de deficiência devem-se adotar critérios básicos. Esses serviços devem ser:

a) Individualizados, isto é, baseados nas necessidades avaliadas e reconhecidas pelas autoridades, pelos administradores, pelos pais e pelos próprios alunos portadores de deficiência e devem levar a metas educacionais e a objetivos de curto prazo claramente formulados, que sejam examinados e, quando necessário, regularmente revistos.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

b) Acessíveis quanto ao local, isto é, situados a uma distância razoável da casa ou do local de residência do aluno, exceto em circunstâncias especiais.

c) Universais, vale dizer, devem servir a todas as pessoas que tenham necessidades especiais, independentemente de idade ou grau de deficiência, de modo que nenhuma criança em idade escolar seja excluída do acesso à educação em virtude da gravidade da sua deficiência, nem receba serviços educacionais consideravelmente inferiores àqueles de que desfrutam os demais estudantes.

d) E oferecer uma gama de opções compatíveis com a variedade das necessidades especiais de uma determinada comunidade.

123. A integração das crianças portadoras de deficiência no sistema geral de educação exige planejamento, com a intervenção de todas as partes interessadas.

124. Se, por algum motivo, as instalações do sistema escolar geral forem inadequadas para algumas crianças portadoras de deficiência, deve-se proporcionar-lhes educação durante períodos apropriados, em instalações especiais. A qualidade desta educação especial deve ser igual à do sistema escolar geral e deve estar estreitamente vinculada a ele.

125. É fundamental a participação dos pais em todos os níveis do processo educativo. Os pais devem receber o apoio necessário para proporcionarem à criança portadora de deficiência um ambiente familiar tão normal quanto possível. É necessário formar pessoal que colabore com os pais de crianças portadoras de deficiência.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

126. Os Estados Membros devem prever a participação das pessoas portadoras de deficiência nos programas de educação de adultos, com especial atenção às zonas rurais.

127. Quando as instalações e serviços dos cursos comuns de educação de adultos não forem adequados para atender às necessidades de determinadas pessoas portadoras de deficiência, podem ser necessários cursos ou centros de formação especiais, até que sejam modificados os programas comuns. Os Estados Membros devem oferecer às pessoas portadoras de deficiência a possibilidade de acesso ao ensino superior.

As Diretrizes Nacionais entendem a Educação Especial como um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.²⁴

Educação Especial pode ser concebida, conforme Gonzáles Torres, como uma disciplina que estuda e analisa os processos de ensino-aprendizagem, em situações de diversidade, com a finalidade de oferecer respostas educativas e projeção sócio profissional aos alunos com necessidades educacionais especiais.²⁵ Assim, gera interações entre teoria e prática, a partir de três

²⁴ BRASIL. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, 2001.

²⁵ GONZALEZ TORRES, J. A. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

perspectivas: curricular, organizativa e profissional. O referido autor enfatiza o compromisso com a prática, o que permite concebê-la como uma ciência aplicada, como ciência de uma atividade prática humana para intervir sobre ela, e dentro do possível, melhorá-la.

A tarefa da Educação Especial deveria ser a diversidade de cada pessoa levada ao campo do ensino, o que constitui o seu objeto de estudo e preocupação. Gonzáles considera que está em construção uma nova epistemologia da diversidade para uma nova Educação Especial que tem seu ponto de referência na prática e na relação com o outro, simbolicamente mediada. Lidar com a diversidade é um desafio para os sistemas de ensino o que exigirá um planejamento individualizado baseado em informações precisas metodológicas e pedagógicas para que se possa alcançar o objeto de educar.

Nesse sentido, estudos de Ferreira e Ferreira, Góes e Laplane, Martins e Mendes, Mittler, Padilha, Kassar, Bruno e Bueno, defendem a formação inicial e continuada de professores para lidarem com a diversidade; a formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte à inclusão. Entendem que o papel do professor especializado, além de atender às especificidades decorrentes da deficiência, deve priorizar o trabalho conjunto com a família, escola e comunidade, acompanhar e apoiar o projeto pedagógico e colaborar para a adequação da prática pedagógica no contexto escolar.²⁶

²⁶ FERREIRA, J. Políticas e práticas de educação inclusiva. In: GÓES. *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Associados, 2004.

FERREIRA J. R.; MENDES E. G.; NUNES, L. R. O. P. *Integração e inclusão: o que revelam as teses e dissertações em educação e psicologia*. In: NUNES, F. P. S. *Inclusão educacional: pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003. KASSAR, M. C. M. *Práticas pedagógicas e o acesso ao conhecimento: análises iniciais*. In: MANZINI, E. J. *Inclusão e acessibilidade*. Marília: ABPEE, 2006. MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Esses autores propõem uma relação dialógica, ação reflexiva e trabalho cooperativo entre o ensino regular e o especial para que sejam identificadas as necessidades especiais dos alunos, as de ensino, e a criação de estratégias didático-metodológicas que promovam a aprendizagem e favoreçam o acesso ao conhecimento, aos instrumentos materiais e culturais produzidos pela comunidade.

Em decorrência da ausência de política de formação de professores para o atendimento educacional especializado, observa-se que a oferta desse serviço na rede pública tem diminuído consideravelmente a partir do final da década de 1990. Algumas universidades extinguiram cursos de habilitações específicas. Na falta de professores especializados, os serviços públicos e as escolas especiais para deficientes mentais e instituições especializadas na área da deficiência visual, auditiva, física e outras tiveram que recorrer a cursos de extensão ou treinamento em serviço. Assim, abre-se uma lacuna no ensino superior e torna-se evidente a exigência de reformas educativas, de projetos de cursos de Pedagogia tendo em vista a formação de professores para o atendimento educacional especializado e para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.

A discussão sobre a formação de educadores para a educação de todos, para a inclusão e escolarização adequada de pessoas com dificuldades de aprendizagem surgiu a partir da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien*, Tailândia em 1990.²⁷ Nessa tendência

PADILHA, R. P. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

²⁷ BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março de 1990.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

de direitos sociais, a *Declaração de Salamanca* recomendava que a formação inicial deveria incutir em todos os professores uma orientação positiva sobre a deficiência, de forma que permitisse entender o que as escolas poderiam conseguir avançar com a ajuda dos serviços locais de apoio.²⁸

Um profissional qualificado que desenvolve um bom relacionamento com seus alunos e que procura ser didático atendendo a todos de forma diversificada, se tornará um importante educador e passará a fazer a diferença na vida desses alunos, ele só precisará seguir alguns passos:

“1 - Organizar e implementar um esquema geral de funcionamento da classe;

2 - Conceber uma estrutura de organização de espaços, do tempo, dos recursos, dos alunos, etc;

3 - Conceber e implementar uma estrutura de atividades de ensino com sequências e encadeamentos [...].”²⁹

Através dessas práticas propostas o docente terá espaço onde pesquisar e intervir, possibilitando aos alunos regulares e especiais alternativas na forma de ensinar e aprender em seu processo de ensino-aprendizagem, pois cada aluno é único em sua história pessoal, e a sua aprendizagem acontece desde o momento em que a criança vem ao mundo, e está em contato com outras pessoas, está interagindo em um grupo social dando possibilidade para o seu desenvolvimento na sua individualidade.

²⁸ BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

²⁹ Rodrigues, D. A educação e a diferença. In: D. Rodrigues (Ed.). *Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva* (pp. 13-34). Porto: Porto Editora, 2003, p. 20.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Corre-se o risco de punir o inocente e deixar livre o culpado ou de punir dois inocentes no processo. Primeiro porque nenhum homem pode ser considerado culpado pela sua existência (quer seja boa quer seja ruim); depois porque não é o ‘mero’ fato de se especializar que o professor torna-se *expert* [no caso em *Educação Especial*]. Se ele não realizava milagres antes, de forma alguma depois será capa disto. Portanto, não é apenas o professor estudar mais, modernizar-se; é todo o sistema que deve reestruturar-se, afinal, a mudança mexe com um todo.

O documento Educação Inclusiva - Atendimento Educacional Especializado concebe o atendimento educacional especializado, antes denominado Educação Especial, como um complemento da educação geral, a ele se referindo como “um direito de todos os alunos que necessitam de uma complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e ou pelo próprio aluno. O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas da escola comum, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. As ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo da deficiência.”³⁰

Seguindo essa tendência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996, Art. 59) refere-se a dois perfis de professores que deverão ser formados para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais:

“a) Professor de classe comum capacitado - comprove em sua formação conteúdos ou disciplinas sobre Educação Especial e desenvolvidas competências para necessidades educacionais especiais dos alunos;

³⁰ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 2005, p. 9.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

- I - Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
- III - Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- IV - Atuar em equipe e em conjunto com o professor especializado.

b) Professor especializado em Educação Especial - Formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou complementação de estudos ou pós-graduação para:

- Identificar as necessidades educacionais especiais
- Definir e implementar respostas educativas;
- Apoiar o professor da classe comum;
- Atuar no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- Desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas.

Bueno coloca três desafios que a educação inclusiva impõe à formação de professores:

- Formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o ‘saber’ como o ‘saber fazer’ pedagógico;
- Formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular;

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

- Formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência.³¹

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica representam certo avanço no sentido de responsabilizar a União, os Estados e Municípios quanto à formação continuada de professores regentes de classe comum, e recomendam o aprofundamento de estudos por meio de cursos de especialização.³² No entanto, contraditoriamente, prevê a figura do professor generalista, sem identificação clara de tipo, caracterização da formação e das competências pedagógicas que esse professor deve assumir. Esse documento já anunciava a extinção dos cursos de habilitação em Educação Especial nos cursos de Pedagogia.

Como ressalta Bueno, esta problemática afeta tanto os professores regulares, quanto aqueles do ensino especial.³³ No primeiro caso, verifica-se que os professores regulares não têm experiência com esse tipo de alunado, e mal dão conta, em suas classes lotadas, de um número grande de alunos que, embora não tenham deficiências específicas, apresentam inúmeras dificuldades de aprendizagem e/ou de comportamento. Os professores especializados, por sua vez, vêm construindo sua competência com base no conhecimento das dificuldades específicas do alunado que atendem, dando ênfase à

³¹ BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

³² BRASIL. *Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, 2001.

³³ BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 3. n. 5, 7-25, 1999.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

diminuição ou compensação dos efeitos de suas deficiências. Acrescente-se a isso o fato de que esses docentes trabalham em situações, quase que, individualizadas de pequenas classes especiais com sua dinâmica e racionalidade próprias, as quais, em grande parte dos casos, são estruturadas sem um planejamento acadêmico e sistema de avaliação consistente. Vale lembrar, também, que, “mesmo quando inseridas em escolas regulares, as classes especiais, via de regra, não estão integradas ao projeto político-pedagógico da escola, e os próprios professores são considerados à parte do sistema.”³⁴

As reflexões e estudos realizados indicam a necessidade de incluir na agenda dos cursos de formação de professores, e demais licenciaturas, a discussão sobre ‘como’ articular os conhecimentos, os fundamentos e práticas de educação inclusiva na grade curricular e no projeto pedagógico dos cursos do ensino superior.

Esses estudos anunciam a importância da reflexão sobre a cultura escolar: os pensamentos, crenças, valores e hábitos compartilhados que influenciam a maneira como os professores, pais e gestores escolares lidam com a diversidade, com os desafios e barreiras enfrentadas no processo de aprendizagem dos alunos.

A formação de educadores para o atendimento educacional especializado e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar do que propõem os teóricos da formação geral de professores. Enfatizam uma formação envolvendo múltiplos saberes - formação pessoal e profissional produzidos pelas ciências humanas da educação; saberes disciplinares - formação

³⁴ MÜLLER, T. M. P. & GLAT, R. *Uma professora muito especial*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

inicial e continuada nas diferentes áreas do conhecimento; saberes curriculares relacionados ao projeto de ensino - aos conteúdos, métodos, técnicas de ensino para a formação dos alunos; a proposta no âmbito da escola - os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura.³⁵

Esses aspectos são essenciais na formação de professores para o ensino regular e especial. Este último, além das questões apontadas, deve:

- Aprofundar o conhecimento relativo às pessoas com deficiência, suas necessidades;
- A formação da identidade, o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e intelectual;
- Avaliar as necessidades específicas e educacionais especiais;
- Dominar as metodologias específicas e as estratégias didático-metodológicas de acesso ao conhecimento, às artes e à cultura.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia focalizam mais a educação para a diversidade e multiculturalidade e apresentam um discurso vago e genérico sobre a formação de professores para o atendimento às necessidades educacionais especiais.³⁶ Há omissão quanto às competências para o trabalho conjunto de professores do ensino regular e especial no contexto

³⁵ SHON, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

³⁶ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - licenciatura*. Brasília: 2006.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

escolar; e quanto às práticas de ensino cooperativo e articulação entre essas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, Peterson argumenta que os programas de inclusão não podem ser bem-sucedidos em escolas públicas se ambos, professores da educação geral e da Educação Especial, não forem capacitados para implementar programas de ensino colaborativo.³⁷

Entende-se que os alunos precisam aprender um conteúdo novo, de forma diversificada e o processo de ensino-aprendizagem que atende as especificidades educacionais exige do professor maior atenção para essas questões, possibilitando maiores condições de aprendizagem a um número maior de alunos do ensino regular e especial.

Estudos científicos realizados por Friedrich & Preiss demonstram que aquilo que o aluno estiver aprendendo tiver um significado para ele ou for emocionalmente agradável, a aprendizagem terá condições favoráveis de ser muito mais eficaz. As “emoções balizam, pois, o sistema da atenção decidirá que informações serão armazenadas nos circuitos neurais e, portanto, aprendidas.”³⁸

Cabe aos professores dar um tempo de assimilação do conteúdo até que o aluno demonstre interesse por aquela ideia ou atividade pedagógica, ou seja, concentrar-se na aula por meios de estratégias como, por exemplo: a brincadeira, os jogos educativos, as histórias contadas e exemplos cotidianos para poder aprender, por parte dos alunos ao desenvolverem seus sentidos os pré-requisitos são fundamentais para a aprendizagem, ou seja, “quanto mais

³⁷ PETERSON, Patrícia J. *Inclusão nos Estados Unidos: filosofia, implementação e capacitação de professores*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nvtTB5mWydFBhxMprmdfhR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24/12/2022.

³⁸ FRIEDRICH, G.; PREISS, G. *Ciência do Aprendizado*. *Revista Mente e Cérebro*. São Paulo, p. 6-13, 2006.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

recursos forem empregados na transmissão de informação melhor ele se fixará na memória de longa duração.”³⁹

Acreditam os especialistas em inclusão que “as comunidades com diversidades sejam mais ricas, melhores e lugares mais produtivos para [se] viver e aprender” e que “comunidades inclusivas tenham a capacidade de criar o futuro”, daí o desejo de uma vida melhor para todos através da inclusão.”⁴⁰ (*grifo meu*)

A deficiência intelectual põe vigorosamente em causa a função primordial que foi atribuída à escola regular, *i.e.*, a produção de conhecimento. O aluno com deficiência intelectual tem uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola, tal como ainda é concebido pela esmagadora maioria das pessoas. Isto porque a missão tradicional da escola é produzir corpos úteis e dóceis para o mercado de trabalho e o deficiente mental é uma coisa atípica; ele não comanda o seu corpo com a mesma facilidade que o normal; existe um mundo paralelo intrínseco que o governa e rejeita este mundo ordinário exterior.

Em boa verdade, não corresponder ao ideal de escola pode acontecer com qualquer aluno, mas os alunos com deficiência intelectual denunciam a impossibilidade de atingir esse ideal de uma forma, que podemos dizer, tácita. Pura e simplesmente não lhes é possível ou à escola dissimular [*adulterar*] essa impossibilidade. As outras deficiências não abalam tanto a escola regular, pois não fere o cerne e o motivo da sua urgente transformação: entender

³⁹ FRIEDRICH, G.; PREISS, G. Ciência do Aprendizado. *Revista Mente e Cérebro*. São Paulo, p. 6-13, 2006.

⁴⁰ FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, M. T. E. *A integração da pessoa com deficiência*. São Paulo: Memnon, 1997, p. 137-141.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

a produção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual.

O aluno com deficiência intelectual tem dificuldade em construir os seus conhecimentos como os outros e em demonstrar as suas capacidades cognitivas, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. As dificuldades dos alunos com deficientes intelectualmente são um dos indicadores mais rigorosos da falta de qualidade da escola para todos os restantes.

Se aprender é uma ação individual, pelo contrário, ensinar é um ato coletivo, no qual se espera que o professor disponibilize a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento e as mesmas oportunidades para alcançá-los. Em vez de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola regular precisa criar práticas de aprendizagem que contemple este direito a todos; mudar as suas concepções, rever o seu papel, reconhecendo e valorizando sempre as diferenças, *i.e.*, diferenciando para todos, criando uma pedagogia diferente disposta a atender e produzir pessoas diferentes para viverem e atuarem em situações e realidades diferentes.

As práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ver reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo as suas possibilidades, são próprias de uma escola que se distingue pela diversidade das atividades. O professor, na perspectiva de uma educação inclusiva, não é aquele que “diversifica” para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para os seus alunos ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular.

A prática inclusiva é diferente daquelas que habitualmente encontramos nas salas de aula, em que o professor escolhe e determina uma atividade para todos os

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

alunos realizarem individualmente e uniformemente, sendo que aos alunos com deficiência intelectual propõe uma atividade facilitada sobre o mesmo assunto ou até mesmo sobre outro completamente diverso.

De forma que a prática da educação inclusiva exige necessariamente a cooperação entre todos os alunos (o ensino coletivo) e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de o subdividir. Só deste modo, de acordo com as subdivisões do grande grupo, os alunos com deficiência intelectual ou com outras dificuldades de aprendizagem podem participar nas atividades sem terem de formar um grupo à parte; caracterizado como subgrupo ou grupo dos alijados.

Para conseguir desenvolver a sua atividade dentro de uma perspectiva de educação inclusiva, o professor precisa receber o apoio de equipes próximas de docentes especializados e de órgãos de gestão que adotem um modelo de administração escolar verdadeiramente democrático e participativo. No atual contexto, é quase um insulto à complexidade dos objetivos da educação inclusiva, defender ou simplesmente insinuar que eles são alcançáveis só pelo esforço isolado das escolas e dos professores, sem o apoio necessário.

Por outro lado, a receptividade à inovação anima todos a criar e a ter liberdade para experimentar alternativas de ensino. Esta autonomia para criar e experimentar coisas novas será naturalmente extensiva aos alunos com e sem deficiência. Esta liberdade indispensável do professor e dos alunos para criar as melhores condições de ensino e de aprendizagem não dispensa uma boa planificação do trabalho. Ser livre para aprender e ensinar não implica falta de limites e de regras e muito menos a queda no precipício do imprevisto. Se essas regras e limites não forem

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

assumidas pelo exercício da liberdade serão impostas pela incapacidade de usufruir dela: não há meios termos neste tipo de opções.

O estilo de vida independente é fundamental no processo de inclusão, pois com ele as pessoas portadoras de deficiência terão uma participação de qualidade na sociedade, tanto na condição de beneficiários dos bens e serviços que ela oferece como também na de contribuintes ativos no desenvolvimento social, econômico, cultural e político da nação.

Uma sociedade inclusiva garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aqueles que conseguem ocupá-los só por méritos próprios. Neste ponto, é oportuno acreditar que o conceito de sociedade inclusiva introduzido nos meios especializados em deficiência, tornou-se, na atualidade, válido também em outros meios, ou seja, naqueles em que estão presentes as pessoas com outras condições atípicas.

Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

A exclusão social passa pelo atendimento especializado segregado e depois para a integração social; o segmento dos portadores de deficiências está agora lutando por sua inclusão social. A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidade e conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão, na escola, no trabalho, no

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

lazer, nos serviços de saúde, etc. Significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida.

Assim, o conceito de sociedade inclusiva já vem sendo gradativamente implementado em várias partes do mundo, como consequência natural do processo de implementação dos princípios de inclusão na educação, no mercado de trabalho, no lazer, recreação, esporte, turismo, cultura, religião, artes, família.

2 CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA MENTAL

O termo *deficiência* significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.⁴¹

Segundo Ballone, “*deficiência mental* é um estado onde existe uma limitação funcional em qualquer área do funcionamento humano, considerada abaixo da média geral das pessoas pelo sistema social onde se insere a pessoa. Isso significa que uma pessoa pode ser considerada deficiente em uma determinada cultura e não deficiente em outra, de acordo com a capacidade dessa pessoa satisfazer as necessidades dessa cultura.”⁴²

Segundo a descrição do DSM-IV, a característica essencial da Deficiência Mental é quando a pessoa tem um “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.”⁴³

Segundo Binet “é *idiota* toda criança que não consegue comunicar-se com seus semelhantes por meio da palavra, quer dizer, não pode expressar verbalmente seu

⁴¹ BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

⁴² BALLONE, G. J. Deficiência Mental. In: *PsiquWeb*, Internet, disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>> revisto em 2023.

⁴³ MANUAL DIAGNÓSTICO Y ESTADÍSTICO DE LOS TRASTORNOS MENTALES. DSM - IV. Barcelona: Masson S.A., 1995, p. 60. (Versión española)

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

pensamento, nem compreender o pensamento verbalmente expresso pelos demais, quando nenhum transtorno de audição ou nenhum transtorno dos órgãos fonadores explicam esta pseudo-afasia, que é devida exclusivamente a uma deficiência intelectual. É *imbecil* toda criança que não consegue comunicar-se por escrito com seus semelhantes, isto é, não pode exprimir seu pensamento através da escrita, ou mais exatamente, não compreende o que lê, quando nenhum transtorno da visão ou nenhuma paralisia motora do braço que explique a não aquisição dessa forma de linguagem, defeito de aquisição que pé devido a uma deficiência intelectual. É *débil mental* toda criança que sabe comunicar-se com seus semelhantes por meio da palavra e da escrita, mas que demonstra u atraso de dois anos no curso de seus estudos, sem que este atraso seja devido a uma insuficiência de escolaridade.”⁴⁴

Segundo Boncour, “a criança mentalmente anormal é aquela que, por enfermidade de centros nervosos, apresenta transtornos do desenvolvimento intelectual ou moral que a tornam incapaz de a daptar-se ao meio no qual deve viver regularmente.”⁴⁵

De acordo com Jaspers “a debilidade mental é um desenvolvimento pobre do espírito em todas as direções, de uma diferenciação mais débil do pensamento, de uma variação progressiva das disposições humanas normais para regiões inferiores à média.”⁴⁶

De todo o explanado acima depreende-se que deficiência mental é a designação que caracteriza os

⁴⁴ Alfred BINET citado por GRÜSPUN, Haim. *Distúrbios Psiquiátricos da Criança*. São Paulo: Fundo editorial Prociex, 1961, pp. 143-4.

⁴⁵ Boncour citado por GRÜSPUN, Haim. *Distúrbios Psiquiátricos da Criança*. São Paulo: Fundo editorial Prociex, 1961, p. 144.

⁴⁶ Karl Jaspers ciatdo por GRÜSPUN, Haim. *Distúrbios Psiquiátricos da Criança*. São Paulo: Fundo editorial Prociex, 1961, p. 144.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

problemas que ocorrem no cérebro e levam a um baixo rendimento, mas que não afetam outras regiões ou áreas cerebrais. É conhecida por problemas com origem no cérebro e que causam baixa produção de conhecimento, dificuldade de aprendizagem e um baixo nível intelectual. Entre as causas mais comuns deste transtorno estão os fatores de ordem genética, as complicações ocorridas ao longo da gestação ou durante o parto e as pós-natais. O grande enigma que se coloca diante dos pesquisadores é como detectar ainda na vida dentro do útero estas características.

Embora seja possível identificar a maior parte dos casos de deficiência mental na infância, infelizmente este distúrbio só é percebido em muitas crianças quando elas começam a frequentar a escola. Isso acontece porque esta patologia é encontrada em vários graus, desde os mais leves, passando pelos moderados, até os mais graves. Nos casos mais sutis, os testes de inteligência direcionados para os pequenos não são nada confiáveis, tornando-se, desta forma, difícil detectar esse problema. Nos centros educacionais as exigências intelectuais aumentam e aí a deficiência mental torna-se mais explícita.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 10% da população em países em desenvolvimento, são portadores de algum tipo de deficiência, sendo que metade destes são portadores de Deficiência Mental, propriamente dita. Calcula-se que o número de pessoas com retardo mental guarda relação com o grau de desenvolvimento do país em questão e, segundo estimativas, a porcentagem de jovens de 18 anos e menos que sofrem retardo mental grave se situa em torno de 4,6%, nos países em desenvolvimento, e entre 0,5 e 0 2,5% nos países desenvolvidos.

Os efeitos da Deficiência Mental entre as pessoas são diferentes. Aproximadamente 87% dos portadores têm

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

limitações apenas leves das capacidades cognitivas e adaptativas e a maioria deles pode chegar a levar suas vidas independentes e perfeitamente integrados na sociedade. Os 13% restantes pode ter sérias limitações, mas em qualquer caso, com a devida atenção das redes de serviços sociais, também podem integrar-se na sociedade.

Quadro 1: Classificação e Distribuição das Deficiências Mentais, Propostas Pelo Comitê de *Experts* em Saúde Mental da OMS, em 1968

Grupo	QI	Proporção na População DM
DM profunda	0-20	5%
DM severa	20-35	20%
DM moderada	36-50	20%
DM leve	50-70	75%

Fonte: ASSUMPÇÃO Jr. & SPROVIERI, 2000, p. 31.

Infere-se aqui que o diagnóstico de deficiência mental não é uma ferramenta de exclusão do indivíduo. Serve para que os profissionais envolvidos possam desenvolver trabalhos voltados para a integração saudável e de maneira digna das crianças que, por ventura, apresentem algum distúrbio e sejam diagnosticados como tais.

O atraso no desenvolvimento dos portadores de Deficiência Mental pode se dar em nível neuro-psicomotor, quando então a criança demora em firmar a cabeça, sentar, andar, falar. Pode ainda dar-se em nível de aprendizado com notável dificuldade de compreensão de normas e ordens, dificuldade no aprendizado escolar. Mas, é preciso que haja vários sinais para que se suspeite de Deficiência

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Mental e, de modo geral, um único aspecto não pode ser considerado indicativo de qualquer deficiência.

Um mito em torno da Deficiência Mental, e isso influi no diagnóstico, é acreditar que a criança com este problema tem a aparência física diferente das outras. Como foi dito acima, as de grau mais leve não aparentam ser deficientes, assim não se deve esperar encontrar este sinal clínico para caracterizar a pessoa com necessidades especiais. Pode-se encontrar uma exceção nos que acusam um distúrbio mais grave e severo, assim como na Síndrome de Down, que apresentam em comum fisionomias semelhantes.

Como a deficiência mental está entre as síndromes consideradas anormais, é importante definir o que é normal para os especialistas, quais referências eles adotam para estabelecer se uma criança possuiu alguma deficiência. O fator mais associado à ideia de normalidade é a capacidade da criança de se adequar ao objeto ou ao seu universo. Mas geralmente este distúrbio psíquico é considerado como uma condição relativa da mente, comparada com as outras pessoas de uma mesma sociedade.

Segundo a vertente pedagógica, o deficiente mental será o indivíduo que tem uma maior ou menor dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem e que por isso tem necessidades educativas especiais, ou seja, necessita de apoios e adaptações curriculares que lhe permitam seguir o processo regular de ensino.

O tratamento deve incluir o acompanhamento simultâneo do médico, do fisioterapeuta, da terapia ocupacional, do fonoaudiólogo, do psicólogo, do pedagogo, entre outros. Assim, é possível amenizar as consequências deste problema. O diagnóstico precoce também é fundamental para oferecer à criança uma melhor qualidade de vida e resultados mais eficientes – estas técnicas de detecção prematura, realizadas por vários profissionais

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

ligados aos campos da reabilitação e da puericultura, ramo da medicina que ensina a criar e a desenvolver moral e fisicamente as crianças, são conhecidas como Avaliação do Desenvolvimento e Estimulação Precoce.

Como a criança tem suas funções intelectuais comprometidas, ela pode também ter dificuldades em seu desenvolvimento e no seu comportamento, principalmente no aspecto da adequação ao contexto a que pertence, mas igualmente nas esferas da comunicação, do cuidado consigo mesma, dos talentos sociais, da interação familiar, da saúde, na segurança, no desempenho acadêmico, no lazer e no campo profissional. A deficiência intelectual manifesta-se no paciente sempre no estágio anterior aos dezoito anos de idade. Assim fica claro que, ao contrário da Demência, a Deficiência Mental se caracteriza pelos transtornos no desenvolvimento, não por degenerações cognitivas.

“A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza. Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma tácita. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade. As outras deficiências não abalam tanto a escola comum, pois não tocam no cerne e no motivo da sua urgente transformação: considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados.”⁴⁷

A criança deficiente tem dificuldade em estruturar as suas experiências. A aquisição de capacidades perceptivo-motoras não terá a mesma significação que têm para a maioria dos indivíduos da sociedade a que pertencem. É difícil comunicar com estas crianças porque, por um lado, tem-se de entrar no seu mundo de objetos e representações e, por outro, no mundo das pessoas normais existe um campo de experiências que estão fora do alcance da criança deficiente.

Esta dificuldade para estabelecer comunicação faz com que o tipo de educação que lhes deve ser dada, deva basear-se numa série de estratégias que permitam educar a percepção, motricidade e linguagem e que consistirão no treino da capacidade para efetuar as diferenciações e as estruturações necessárias para que as aprendizagens escolares possam revestir-se de significado para a criança e possam chegar a serem objetos, ou seja, possam fazer parte não apenas do seu meio ambiente, mas também do seu próprio meio.

A criança deficiente mental não possui determinados meios para poder afirmar-se como pessoa e, por conseguinte, está sujeita a não ser respeitada e a ser tratada, por vezes, como um objeto. Para isso, contribui uma série de fatores, tais como: os pais não devem deixar que a criança não faça nada, pois isso prejudica o desenvolvimento da sua autonomia pessoal; outro aspecto em que é preciso ajudar o deficiente mental é na integração do seu esquema corporal, pois se não conseguir compreender os termos que simbolizam as relações

⁴⁷ BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado*. Brasília: MEC/SEESP, 2007, p. 16.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

espaciais, não poderá compreender os sistemas convencionais que regulam a vida social e viverá à margem desta e muitas ocasiões.

“O aluno com deficiência mental tem dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de ensino e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com deficiência mental.”⁴⁸

A atitude perante o deficiente mental deve ser sempre de aceitação da sua pessoa tal como é; esta atitude deveria ser adotada por toda a sociedade, mas muito especialmente por pais e educadores. É importante não confundir Deficiência Mental ou Intelectual com Doença Mental. A pessoa com necessidades especiais mantém a percepção de si mesmo e da realidade que a cerca, sendo capaz de tomar decisões importantes sobre sua vida. Já o doente mental tem seu discernimento comprometido, caracterizando um estado da mente completamente diferente da deficiência mental, embora 20 a 30% dos deficientes manifestem algum tipo de ligação com qualquer espécie de doença mental, tais como a síndrome do pânico, depressão, esquizofrenia, entre outras. As doenças mentais atingem o comportamento das pessoas, pois lesam outras áreas cerebrais, não a inteligência, mas o poder de concentração e o humor.

A deficiência mental ou atraso mental é um termo que se usa quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas

⁴⁸ BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado*. Brasília: MEC/SEESP, 2007, p. 16.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas.

As crianças com atraso mental podem precisam de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou comer com autonomia. É natural, portanto, que enfrentem dificuldades na escola. No entanto aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. É possível que não consigam aprender algumas coisas.

A inteligência humana, entretanto, engloba conceitos mais complexos que a integração dos sentidos, apreensão da realidade e capacidade de agir, como possivelmente acontece nos animais. A inteligência humana é um atributo mental multifatorial, envolvendo a linguagem, o pensamento, a memória, a consciência. Assim sendo, a inteligência pode ser considerada um atributo mental que combina muitos processos mentais, naturalmente dirigidos à adaptação à realidade.

Existem muitas causas para a deficiência mental. As mais comuns são:

Condições genéticas: Por vezes, o atraso mental é causado por genes anormais herdados dos pais, por erros ou acidentes produzidos na altura em que os genes se combinam uns com os outros, ou ainda por outras razões de natureza genética. Alguns exemplos de condições genéticas propiciadoras do desenvolvimento de uma deficiência mental incluem a Síndrome de Down ou a *fenilcetonúria*;

Problemas durante a gravidez: A deficiência mental pode resultar de um desenvolvimento inapropriado do embrião ou do feto durante a gravidez. Por exemplo, pode

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

acontecer que, a quando da divisão das células, surjam problemas que afetem o desenvolvimento da criança. Uma mulher alcoólica ou que contraia uma infecção durante a gravidez, como a rubéola, v.g., pode também ter uma criança com problemas de desenvolvimento mental.

Problemas ao nascer: Se o bebê tem problemas durante o parto, como, por exemplo, se não recebe oxigênio suficiente, pode também acontecer que venha a ter problemas de desenvolvimento mental.

Problemas de saúde: Algumas doenças, como o sarampo ou a meningite podem estar na origem de uma deficiência mental, sobretudo se não forem tomados todos os cuidados de saúde necessários. A má nutrição extrema ou a exposição a venenos como o mercúrio ou o chumbo podem também originar problemas graves para o desenvolvimento mental das crianças.

Nenhuma destas causas produz, por si só, uma deficiência mental. No entanto, constituem riscos, uns mais sérios outros menos, que convém evitar tanto quanto possível. Por exemplo, uma doença como a meningite não provoca forçosamente um atraso mental; o consumo excessivo de álcool durante a gravidez também não; todavia, constituem riscos demasiado graves para que não se procure todos os cuidados de saúde necessários para combater a doença, ou para que não se evite o consumo de álcool durante a gravidez.

Não pode ser contraída a partir do contágio com outras pessoas, nem o convívio com um deficiente mental provoca qualquer prejuízo em pessoas que não o sejam. O atraso mental não é uma doença mental, como a depressão, por exemplo. Não sendo uma doença, também não faz

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

sentido procurar ou esperar uma cura para a deficiência mental. A grande maioria das crianças com deficiência mental conseguem aprender a fazer muitas coisas úteis para a comunidade, e todas elas aprendem algo para sua utilidade e bem-estar da comunidade em que vivem. Para isso precisam, em regra, de mais tempo e de se esforçarem muito mais do que qualquer outra criança.

O atraso mental diagnostica-se, observando duas coisas:

- A capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver problemas, encontrar um sentido do mundo, uma inteligência do mundo que as rodeia (a esta capacidade chama-se funcionamento mental ou funcionamento intelectual).
- A competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere (a esta competência também se chama comportamento adaptativo ou funcionamento adaptativo).

Enquanto o diagnóstico do funcionamento mental é normalmente realizado por técnicos devidamente habilitados, já o funcionamento adaptativo deve ser objeto de observação e análise por parte dos conviventes com a criança. Para obter dados a respeito do comportamento adaptativo deve procurar saber-se o que a criança consegue fazer em comparação com crianças da mesma idade cronológica.

Certas competências são muito importantes para a organização desse comportamento adaptativo: ‘as competências de vida diária, como vestir-se, tomar banho, comer; as competências de comunicação, como compreender o que se diz e saber responder; As

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

competências sociais com os colegas, com os membros da família e com outros adultos e crianças’.

Para diagnosticar a deficiência mental, os profissionais estudam as capacidades mentais da pessoa e as suas competências adaptativas. Estes dois aspectos fazem parte da definição de atraso mental comum à maior parte dos cientistas que se dedicam ao estudo da deficiência mental.

O fato de se organizarem serviços de apoio a crianças e jovens com deficiência mental deve proporcionar uma melhor compreensão sobre a situação concreta da criança de quem se diz que tem um atraso mental. Após uma avaliação inicial, devem ser estudadas as potencialidades e as debilidades que a criança apresenta. Deve também ser estudada a quantidade e natureza de apoio de que a criança possa necessitar para estar bem em casa, na escola e na comunidade. Esta perspectiva global dá-nos uma visão realista de cada criança. Por outro lado, serve também para reconhecer que a “visão” inicial pode, e muitas vezes deve, mudar ou evoluir. À medida que a criança vai crescendo e aprendendo, também a sua capacidade para encontrar o seu lugar, o seu melhor lugar, no mundo aumenta.

A maior parte dos estudos, aponta para uma frequência de 2% a 3% sobre as crianças com mais de 6 anos. Não é a mesma coisa determinar essa frequência em crianças mais novas ou em adultos. A Administração dos EUA considera o valor de 3% para efeitos de planificação dos apoios a conceder a alunos com atraso mental. Esta porcentagem é um valor de referência que merece bastante credibilidade. Mas, não é mais do que um valor de referência.

Os alunos com problemas intelectuais graves são aqueles cujo desempenho intelectual se situa,

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

aproximadamente, no 1% mais baixo da distribuição normal da população. Tradicionalmente, eram alunos que apresentavam Q.I. com valores abaixo de 50 e muitos eram designados de atrasados mentais moderados, severos ou profundos. Além de apresentarem um funcionamento intelectual dentro do 1% mais baixo da população em geral, estes alunos apresentam, ainda, uma vasta gama de dificuldades associadas, como seja a surdez, cegueira, cegueira-surdez, dificuldades nos movimentos finos, comportamentos inadequados graves, incapacidade de comunicação verbal, incapacidade de andar sem ajuda, ritmos de resposta extremamente baixos e graves problemas de saúde.

A indicação de problema intelectual grave deverá significar diferenças, tanto em grau como em qualidade, em relação aos que não são assim designados. Ao comparar-se estes alunos com os seus colegas sem problemas da mesma idade cronológica, eles evidenciam dificuldades no comportamento e em quase todas as áreas da aprendizagem. Estas dificuldades deverão ser contempladas individualmente e construtivamente nos programas educativos. Isto não implica minimizar uma realidade irrefutável e extremamente importante de que, embora intelectualmente diferentes, eles são cidadãos de pleno direito considerando várias dimensões como dignidade humana, direitos constitucionais, liberdades individuais, direito à educação e qualidade de vida.

Desde o nascimento até os 21 anos, os alunos com problemas intelectuais graves adquirirão muito poucas competências comparativamente com os, aproximadamente, 99% restantes que constituem os seus colegas da mesma faixa etária. Deste modo, é extremamente importante selecionar as aprendizagens mais importantes para um desempenho efetivo tanto nos ambientes integrados e

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

atividades imediatas como futuras. Por outro lado, não deve-se desperdiçar tempo letivo a ensinar competências que não sejam minimamente propiciadoras de uma qualidade de vida aceitável em ambientes e atividades integradas.

Geralmente, quanto maior for o atraso intelectual de um dado aluno, maior será o número necessário de repetições de uma dada aprendizagem, para que seja conseguido um desempenho com uma qualidade aceitável. Assim, deverão criar-se condições para que, individualmente e de um modo empírico, no tempo letivo do aluno se favoreça o maior número de repetições de uma dada aprendizagem. Por outro lado, deveremos evitar estipular aprendizagens com tempo determinado ao longo do currículo como, por exemplo, ‘Nas sextas-feiras de novembro vamos jogar bola’, ‘Em fevereiro vamos aprender como fazer compras.’

O esquecimento define-se pelo decréscimo no desempenho de uma determinada competência adquirida depois de passar algum tempo e durante o qual ela não é exercitada ou é exercitada com pouca frequência. A evocação refere-se ao tempo e esforço letivo necessário para reaprender uma dada competência e atingir um nível de desempenho semelhante ao inicial. Geralmente, os alunos com problemas intelectuais graves tendem a esquecer mais e a necessitar de muito mais tempo e repetição para recuperar as aprendizagens ao nível inicial do que os restantes alunos. Estes problemas de esquecimento-evocação sugerem-nos 4 (quatro) princípios educativos:

1 - Competências exigidas frequentemente em ambientes não escolares, com os quais o aluno tenha geralmente de se confrontar, deverão ser objeto do programa do aluno;

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

2 - Antes de incluir essas competências no programa de aprendizagem do aluno, deve confirmar-se que realmente cada uma dessas competências será utilizada frequentemente se tiver sido aprendida;

3 - Deverá existir um conjunto de serviços educativos ao longo de todo o ano;

4 - Deverá existir uma coordenação e uma comunicação perfeita entre as pessoas relevantes dos ambientes escolar e não escolar.

O desempenho de uma dada competência sob condições diferentes daquelas em que ela foi adquirida é designado de transferência de aprendizagem ou generalização.⁴⁹ Geralmente, quanto mais grave for o problema intelectual de um dado aluno, menos seguranças tem-se em acreditar que as aprendizagens feitas em dadas circunstâncias se utilizem aceitavelmente noutras circunstâncias. V.g., é muito pouco provável que um aluno, com atraso intelectual profundo com paralisia cerebral associada, seja capaz de transferir as competências necessárias para tirar 12 ovos de plástico de uma embalagem de ovos de plástico e colocá-los na seção de ovos da geladeira de plástico de uma cozinha simulada da escola, para a de sua casa, onde será necessário pegar em ovos reais, retirá-los da sua frágil embalagem e colocá-los delicadamente na geladeira.

Existe uma infinidade de tarefas complexas que podem ser adquiridas por alunos sem problemas e que, ou não poderão ser adquiridas por alunos com problemas intelectuais graves, ou o investimento na sua aprendizagem é extremamente desvantajoso e ineficaz. Memorizar a tabuada, fazer grandes operações de dividir, aprender os

⁴⁹ STOKES & BAER, 1977; WILLIAMS, BROWN & CERTO, 1975.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

nomes dos Presidentes da República, ou cantar o Hino Nacional, são alguns poucos exemplos disso. Igualmente, pretender ensinar competências complexas que exigem tempo e esforço altamente desproporcionado conduz a desequilíbrios curriculares graves. Um claro exemplo do exposto acima é dar preferência à utilização de 2 horas diárias no ensino da categorização dos alimentos em 4 grupos, em vez de ensinar o mínimo necessário para preparar uma refeição simples, comprar o que seja necessário ou saber fazer o pedido de uma refeição num restaurante. A escola deve proporcionar o ensino eficiente e rentável das várias competências complexas necessárias a cada indivíduo e que sejam adequadamente equilibradas face às exigências da larga gama de ambientes integrados escolares e não escolares.

Um aluno sem problemas intelectuais poderá aprender uma competência no domínio da matemática, outra no domínio da leitura e uma terceira no domínio da linguagem. A partir destas diferentes aprendizagens, ele será capaz de sintetizá-las e aplicá-las ao fazer compras na loja do seu bairro. É muito pouco provável que um aluno com problemas intelectuais graves seja capaz de sintetizar aprendizagens de 3 contextos diferentes e aplicá-las de um modo funcional numa outra situação. Estas dificuldades exigem que o ensino seja ministrado nos ambientes que exijam essa mesma síntese. Em outras palavras, muitas competências necessárias para fazer compras, como seja sociabilização, operações com dinheiro, leitura, linguagem, motricidade, segurança rodoviária e outras deverão ser ensinadas em situação real de fazer compras a sério.

Em resumo, tenha em mente alguém que pode aprender, mas menos que os restantes 99% dos seus colegas da mesma idade; que necessita de muito mais tempo e repetição para aprender e reaprender do que os

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

outros; que esquece mais do que quase todos os outros se não praticar freqüentemente; que tem dificuldade em transferir aquilo que aprendeu num dado ambiente para outro; e que raramente consegue sintetizar as aprendizagens adquiridas em diferentes situações de modo a aplicá-las efetivamente numa nova situação. De forma que deve-se entender que a deficiência mental, ou deficiência intelectual, não representa apenas um QI baixo, como muitos acreditam. Ela envolve dificuldades para realizar atividades do dia-a-dia e interagir com o meio em que a pessoa vive.

3 CAUSAS DAS DEFICIÊNCIAS MENTAIS

A identificação do fator etiológico da Deficiência Mental (DM) permite que se possa instituir a sua prevenção e controle. Os fatores etiológicos da Deficiência Mental podem ser de origem genética, ambiental, multifatorial e de causa desconhecida. Embora esses fatores etiológicos sejam muito variáveis, podem ser, ainda, subdivididos em fatores pré-natais, perinatais e pós-natais. Os fatores que atuam no período pré-natal envolvem causas genéticas e ambientais, consistindo nos fatores etiológicos mais importantes no surgimento da DM, com cifras ao redor de 50% dessa população.

Fatores Pré-Natais: agentes infecciosos como (os *citomegalovírus*, a *toxoplasmose congênita*, a *rubéola congênita*, *lues*, *sífilis congênita*, *varicela*); fatores nutricionais, tal como desnutrição materna; fatores físicos, tal como radiação; fatores imunológicos; intoxicações pré-natais (álcool e drogas, cigarros, gases anestésicos, anticonvulsivantes); transtornos endócrinos maternos, tais como diabetes maternas, alterações tireoidianas; fatores genéticos, tais como alterações cromossômicas (numéricas ou estruturais) e alterações gênicas; hipóxia intra-uterina (causada por hemorragia uterina, problemas durante a gravidez como um desenvolvimento inapropriado do embrião ou do feto durante a gravidez; insuficiência placentária, anemia grave, administração de anestésicos e envenenamento com dióxido de carbono), efeitos colaterais de medicamentos, poluição ambiental.

Fatores perinatais (quando a criança está a nascer): Anóxia neonatal; traumatismo obstétrico (distócicos de parto com hipoxemia ou anoxemia); prematuridade

(anóxia, hemorragia cerebral). As emoções maternas, como a apreensão da mãe, que podem afetar o parto refletindo-se no bebê e na sua qualidade de saúde. Também as emoções vividas durante o período de gestação podem afetar a criança no momento do parto, mas, geralmente as emoções são contrabalançadas com a ajuda do parceiro e dos auxiliares. Nesta fase a saúde mental do bebê depende quase que inteiramente da mãe. Quando o primeiro contato do bebê com o mundo não é o mais adequado este pode morrer, mas também pode desenvolver um quadro de doença mental grave.

O recém-nascido possui um raio de conhecimento extremamente limitado. Até o quinto mês de vida não conhece nem mesmo a própria mãe. O nascimento é para ele um grave trauma...; durante a sua vida intra-uterina, a criança respirava e agora deve aprender a respirar; tinha um ambiente físico em constante calor, ao abrigo de bruscas sacudidas e estímulos violentos, e agora, após o nascimento, encontra-se num ambiente com temperatura inferior, com possibilidades de queda até mesmo violentas, além de estimulantes luminosos e auditivos intensos e variáveis. Sem a proteção afetiva da mãe, sucumbe sem o menor dificuldade.

Fatores pós-natais: Estes fatores podem subdividir-se em causas de origem biológica, psicológica e sociológica.

3.1 CAUSAS DE ORIGEM BIOLÓGICA

Estão entre estas causas as infecções, tais como as meningoencefalites bacterianas e as virais principalmente por herpes vírus; sarampo; traumatismos crânio-encefálicos; alterações vasculares ou degenerativas encefálicas; fatores químicos, como oxigênio utilizado na encubadeira; intoxicação pelo chumbo; fatores nutricionais, como graves condições de hipoglicemia, hipernatremia, hipoxemia, envenenamentos, estados convulsivos crônicos. Hemorragias cerebrais; infestações como neurocisticercose (doença de origem parasita em que a larva *Taenia solium* se instala no cérebro dos indivíduos podendo conduzir a problemas do foro neurológico); incompatibilidade sanguínea, o que pode causar distúrbios no metabolismo cerebral; desnutrição, que pode inibir o desenvolvimento neurológico; desidratação grave; remédios; inseticidas; produtos químicos (chumbo, mercúrio) que podem comprometer as células do tecido cerebral e impedir seu funcionamento; acidentes que possam causar lesões cerebrais (transito, afogamento, asfixia, quedas, choques elétricos).

3.2 CAUSAS DE ORIGEM PSICOLÓGICA

Carências afetivas precoces; distúrbios; neurose (desordem mental que não compromete o pensamento racional ou com a capacidade funcional da pessoa); psicose (caracteriza-se por uma perda de noção do real acompanhada por alucinações, delírios, mudanças de personalidade e pensamento desorganizado).

3.3 CAUSAS DE ORIGEM SOCIOLÓGICA

Privação social e cultural; carência de estimulação cognitiva; nível socioeconômico; situação urbana e rural; compreensão do grupo sócio-familiar.

De todo o pressuposto estudado, conclui-se que a escola e sua comunidade quando não bem equipados e bem preparados, tanto teórica quanto tecnicamente, podem provocar danos à saúde mental e intelectual de seus alunos. O moralismo exacerbado, principalmente com os jovens entrando em fase de puberdade; o *bullying*, os apelidos, o ostracismo, atitudes de professores que agem mais como estupradores mentais entre outras coisas que são muito comuns em ambientes fechados, podem provocar o aparecimento de deficiências mentais em crianças que até aquele momento eram, do ponto de vista clínico, perfeitamente normais. As ações dos educadores devem influir de modo significativo na construção da subjetividade dos alunos como pessoas e como cidadãos. Por isso, precisa-se compreender o contexto social e as questões contemporâneas com os quais estão todos envolvidos.

Segundo Araújo, “o papel da escola é o de uma instituição socialmente responsável, não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também pelo desenvolvimento individual de seus membros em todos os aspectos, objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática. A escola assumir a responsabilidade de trabalhar pela superação das dificuldades da criança. Com

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

respeito à diversidade, e, também, buscando incluir os diferentes no contexto regular de ensino.”⁵⁰

Portanto, não é função da escola apenas detectar os casos problemas; ela deve empenhar-se em evitar e afastar as situações que podem causar problemas. O aluno deve deixar de ser visto como uma tabula rasa, ou um produto sem rótulo que é carimbado no momento da matrícula ao se olhar para o rosto da mãe [*aliás, quando se olha*] e depois o professor cuida de se certificar de que o diagnóstico feito no abatedouro da secretaria estava correto.

Todas as escolas sabem que é preciso expulsar a exclusão das escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possam avançar, progredir, evoluir nos empreendimentos. É fácil receber *alunos que aprendem, apesar da escola*. É mais fácil ainda encaminhar os alunos com dificuldades de aprendizagem – sejam deficientes ou não – para as classes e as escolas especiais ou para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, muitos professores discriminam os alunos que não dão conta de ensinar. Fazem uma transferência de incompetência em nome de suas competências (*sic*).

Muitas crianças descobrem o que é um abraço, um beijo, um afago quando pisam nas escolas, pois em casa são como filhotes de cobra; tem que fugir de seus pais para que estes não os devorem.

Segundo Alfred Adler, “todos os fracassos – neuróticos, psicóticos, criminosos, ébrios, crianças difíceis, suicidas, pervertidos e prostitutas – são fracassos porque lhes faltam o sentimento de solidariedade humana e o interesse social. Abordam os problemas de ocupação,

⁵⁰ ARAÚJO citado por AQUINO, J. Groppa (org.). *Diferenças e Preconceitos na Escola*. São Paulo, Summus, 1998, p. 44.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

amizade e sexo, sem a confiança de que possam ser solucionados por cooperação. O significado que dão á vida é um significado particular: ninguém mais é beneficiado pela realização de seus objetivos próprios e seus interesses não ultrapassam o limite de suas pessoas. O objetivo de sucesso resume-se a um objetivo de mera superioridade fictícia e seus triunfos só tem significado para eles.”⁵¹

De pleno acordo com os teóricos supracitados Prazeres reitera que “os alunos de hoje não têm visões; em casa, os pais são dotados de pessimismo elevado quanto ao futuro, a televisão, só eleva o pessimismo quando mostra um jogador de futebol, um funkeiro, um pagodeiro, um bicheiro ganhando centenas de vezes mais que um profissional liberal... Isso reduz as expectativas futuras quanto aos estudos e fazem com que tanto as crianças quanto adolescentes se desestimulem quanto ao resultado futuro dos estudos. O fato de se encontrarem nas classes “D” e “E” da sociedade, muitas vezes é um motivador negativo para eles, pois por falta de um idealista, seja o professor, o pai, a mãe, os familiares... a criança tem suas visões de futuro inibidas, estranguladas.”⁵²

De tudo isto, infere-se, que as deficiências mentais, em grandes proporções, não chegam às escolas, elas são produzidas e implantadas nas crianças ao longo da vida escolar de cada criança.

⁵¹ Alfred Adler citado por MULLAHY, Patrick. *Édipo: Mito e Complexo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 152.

⁵² PRAZERES, D. L. dos. *Ensaio*, 2023.

4 OS *IDIOTE SAVANTS*

O termo *idiot savant* (literalmente, idiota sábio) surgiu em 1985 e caracteriza certos indivíduos que não obstante as suas debilidades cognitivas apresentam raras bolsas de brilho na resolução de determinadas tarefas. A Síndrome de *Savant* é considerada um distúrbio psíquico com o qual a pessoa possui uma grande habilidade intelectual aliada a um déficit de inteligência. As habilidades *savants* são sempre ligadas a uma memória extraordinária, porém com pouca compreensão do que está sendo descrito.

“A Síndrome de *Savant* não é um transtorno ou uma doença por ela mesma. É, ao invés disso, uma condição em que extraordinárias habilidades e memória prodigiosa são superimpostas à uma disfunção cerebral de base que surge de um defeito do desenvolvimento ou à algum transtorno mental. Portanto, não há tratamento para a Síndrome de *Savant*, além daquele direcionado à disfunção de base do sistema nervoso central, como autismo ou transtorno de Asperger, por exemplo. Em casos de pessoas com alguma outra forma de lesão do sistema nervoso central, como demência fronto-temporal, por exemplo, o tratamento e reabilitação, seriam àqueles direcionados aos sintomas residuais de tal injúria.”⁵³

Os talentos e habilidades especiais que os *savants* demonstram são úteis no tratamento e reabilitação de seu transtorno ou doença de base. Em muitos casos essas habilidades extraordinárias podem ser usadas como uma forma de engajamento social. A pessoa deficiente pode incrementar sua capacidade de comunicação e interação

⁵³ BRAGA, Djalma Aranha; Jorge, Renata Silva. *Síndrome de Savant: relato de caso e revisão da literatura*. (2003). Disponível em: [www.revistamedicaanacosta.com.br/8\(4\)/artigo_3.htm](http://www.revistamedicaanacosta.com.br/8(4)/artigo_3.htm). Acessado em 01/01/2023.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

social, promovendo o desenvolvimento de hábitos da vida cotidiana e independência. Desta maneira as habilidades especiais podem até servir como ‘condutores de normalização’ para o *savant*.

A habilidade musical geralmente é a mais comum. Algumas pessoas com Síndrome de Savant podem tocar piano com perfeição, sem nunca ter estudado para isso. Elas são capazes de reproduzir músicas que ouviram por uma única vez, ou mais raramente, criar suas próprias composições. A tríade incapacidade mental, cegueira e genialidade musical foi relatada com certa frequência no século passado. Este é um fato curioso, particularmente se considerarmos a relativa raridade de cada uma dessas circunstâncias individualmente. O talento para as artes, como pintura ou desenho, é o segundo mais frequente.

Outras formas de talento artístico, como habilidade para fazer esculturas também podem estar presentes. Cálculos de calendário (datas) é particularmente comum entre os “*savants*”, especialmente se considerarmos o quanto esta habilidade é rara na população em geral. Estes indivíduos são capazes de dizer o dia da semana em que qualquer data irá ocorrer em um ano particular. Esta habilidade também inclui o fato de nomear todos os anos do próximo século em que a Páscoa irá cair no dia 23 de Março, por exemplo. Além disso, eles também conseguem dizer todos os anos nos próximos vinte, em que o dia 4 de Julho será uma Terça-feira.

Outras habilidades são ocasionalmente vistas, incluindo aquisições multilinguais ou idiomas incomuns. Tipicamente uma habilidade destas em particular ocorre predominantemente em cada pessoa com a Síndrome de Savant. Entretanto, em alguns casos múltiplas habilidades podem ocorrer na mesma pessoa. Qualquer que seja o tipo de habilidade, esta estará sempre relacionada a uma

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

memória prodigiosa, e é este tipo de memória - extraordinariamente profunda, mas ao mesmo tempo muito limitada - que está presente em todas as várias habilidades especiais e une as condições que caracterizam a Síndrome de *Savant*.

A Síndrome de *Savant* é uma condição rara, em que a pessoa portadora das mais variadas desordens mentais, incluindo o autismo, apresenta brilhante talento ou habilidade contrastando fortemente com suas limitações. Esta condição pode ser congênita ou adquirida. Aproximadamente uma a cada dez (10%) pessoas autistas tem Síndrome de *Savant*. Em outras formas de transtorno mental, retardamento ou lesão cerebral, *Savant* está presente em menos de 1% dos casos. Porém, como estas outras formas de doenças mentais são muito mais comuns do que o autismo, podemos dizer que 50% das pessoas com Síndrome de *Savant* são autistas e os outros 50% sofrem de algum outro tipo de transtorno, como falhas no desenvolvimento, retardamento mental ou seqüelas de um dano cerebral.

O que se quer apresentar aqui é que o termo deficiente mental é uma alusão espaço-temporal. Possivelmente em outra situação, em outro espaço-tempo, numa outra comunidade estas pessoas fossem consideradas normais e até adoradas como filhas diletas dos deuses, como a deusa Palas Athená, que manteve-se numa castidade ferrenha em uma época em que o celibato era crime de Estado na Grécia, punível com a morte e o desterro.

A escola moderna não encontra-se preparada para lidar com o que lhe é estranho, bizarro. Sendo as denominações de deficientes mentais construções histórico-sociais, o que sobra para definir o que é e o que não é?

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Aceitar o aluno portador de deficiência e tratá-lo como uma atração circense é excluí-lo de sua cidadania e de igual forma acreditar que é milagre divino, é subjugar as capacidades cognitivas dos mesmos. Ler e escrever são coisas que um ser humano pode aprender sozinho, mas desenvolver o raciocínio não é uma tarefa que se realize sem a ajuda do outro. E, é aí que entra em cena o papel exclusivo do educador preparado para o exercício do magistério, que seria preparar para a reflexão crítica dos problemas que perturbam o ser em dado momento histórico.

Segundo Morin, “o papel da educação é de nos ensinar a enfrentar a incerteza da vida; é de nos ensinar o que é o conhecimento, porque nos passam o conhecimento, mas jamais dizem o que é o conhecimento. (...) Em outras palavras, o papel da educação é de instruir o espírito a viver e a enfrentar as dificuldades do mundo.”⁵⁴

Segundo Paulo Freire, estudar não é ato de consumir idéias, mas de criá-las e recriá-las. Deve-se analisar essas duas posições educativas colocadas por Freire; uma, que respeita o homem como pessoa; outra, que o transforma em coisa. E acrescenta que, “essa falsa concepção de educação, que torna o educando passivo e o adapta, repousa numa igualmente falsa concepção do homem. Uma distorcida concepção de sua consciência. Para a concepção “bancária”, a consciência do homem é algo espacializado, vazio, que vai sendo preenchido com pedaços de mundo que se vão transformando em conteúdos de consciência.”⁵⁵

A educação precisa descobrir como romper com a dicotomia existente entre escola-máquina de reprodução das desigualdades sociais e escola-lugar por excelência do

⁵⁴ MORIN, Edgar. *Los Desafíos Éticos del Desarrollo*. Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, ARGENTINA, 5 y 6 de Septiembre de 2002.

⁵⁵ FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 261.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

combate a essas mesmas desigualdades. Os saberes docentes se fundamentam na prática diária de sua profissão e em pleno embate e dialética com a teoria, ou seja, está arraigado em uma práxis. Desta forma, se o objetivo do trabalho a ser realizado estiver claro e/ou o professor for comprometido, então o uso das abordagens de ensino ficarão mais acessíveis e poderão nortear todo o processo

A atual visão de professor ainda é mecanicista, e, visando refletir como este processo ocorre/interfere no âmbito das tendências de ensino, bem como poder contribuir para o delineamento da identidade do professor neste contexto se busca o entendimento de conhecimentos e como seus saberes, se privilegiou na leitura de algumas abordagens, como desenvolvimentista, construtivista, crítico-superadora e a sistêmica, buscando encontrar os elementos subsídios para dar suporte aos professores e de se entender quais são as práticas pedagógicas emaranhadas nas tendências de ensino.

“As relações de mediação feitas pelo professor durante as atividades pedagógicas devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marca a relação do aluno com o objeto do conhecimento, como também afeta a sua auto-imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões.”⁵⁶

Desta fala infere-se que a formação da criança passa pelo interesse dos educadores em respeitar os mundos particulares e diversos que cada um traz de seu espaço social. E de seu mundo particularmente seu.

⁵⁶ TASSONI, Elvira Cristina Martins; LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 262-271, maio/ago. 2013, p. 267.

5 O DESTINO DOS DEFICIENTES NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA: A PRÁTICA DA EUGENIA

Leon Uris, em seu livro *QB VII*, diz que parece haver algo intrínseco nos seres humanos que os fazem resistir em aceitar o que lhes é diferente. Mas, cabe definir o que é diferente e o que é igual, o que pode ser considerado normal e anormal. Reflete ele que, “(...) Os homens brancos nunca podem entender completamente os negros. Como os negros que nunca podem entender os brancos. Como todos os homens normais podem ser amigos e tolerar os homossexuais, mas não podem nunca entendê-los. Há em todos nós essa espécie de resistência em entender o que é diferente de nós.”⁵⁷

A exclusão dos deficientes físicos e mentais remonta à pré-história humana e lá era *conditio sine qua non* para a conservação da espécie. O homem é um ser, totalmente, frágil e indefeso e para sobreviver na selva dependia de perfeição anatômica, perspicácia para a caça, destreza para a guerra, agilidade para fugir dos inimigos (naturais e outros) o que não favorecia os deficientes. Entre os índios brasileiros era costume o casal sacrificar o terceiro filho, pois em caso de uma guerra, cada um dos cônjuges só possuía condições de carregar ‘um’. As mulheres da Tapirapé, tribo Tupi do norte do Mato Grosso, sem conhecer nenhum método anticoncepcional são obrigadas a sacrificar todos os seus filhos após o terceiro. Hoje, na China, devido às altas taxas populacionais, as crianças do sexo feminino são excluídas. Na Índia, o aborto é proibido por lei, porém, é permitido à mãe excluir o seu filho tão logo venha à luz. Entre os índios brasileiros a epilepsia é rejeitada, sendo os portadores desta doença eliminados tão logo a mesma se

⁵⁷ URIS, Leon. *QB VII*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983, p. 283.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

manifeste. E há um inconveniente porque esta doença apenas manifesta-se após a puberdade, ou seja, matam um jovem ou uma jovem no começo da plenitude de suas forças vitais.

Mas, nem sempre foi assim, basta ver que na história duas figuras lendárias da religião mulçumana e cristã, respectivamente, eram epilépticos: Maomé e Paulo de Tarso. Naqueles tempos a loucura e a idiotice eram tidas como valores supremos, pois era através do transe que Deus se comunicava com estes ‘escolhidos’.

A exclusão sempre esteve ligada, de alguma forma, à questão econômica [*tanto do povo quanto da época*] entre os povos ‘ditos’ civilizados, e, em menor grau, à questão religiosa. Já nos povos primitivos, esta mesma equação se inverte, ou seja, a exclusão dos deficientes estará, estritamente, ligada ao sagrado. Em Esparta, região do Peloponeso (Mediterrâneo), uma cidade marcada, principalmente, por uma posição geográfica desfavorável, a saída para este povo foi o desenvolvimento bélico e o treinamento do guerreiro. Para tanto desenvolveram a eugenia, um sistema de classificava as crianças em perfeitas e, portanto, aptas a viver e as inaptas e, conseqüentemente, condenadas à morte. Toda criança que nascia em Esparta era levada perante um conselho de sábios que avaliava as condições físicas dos recém-nascidos de se tornar um grande guerreiro e no caso das meninas deveriam ser capazes de gerar bons soldados para o estado e davam o veredicto sobre a vida ou a morte destes. Se reprovados, eram jogados de um precipício.

Os espartanos tinham uma preocupação obsessiva com o que se entendia ser a *qualidade* de sua raça. A necessidade de se constituir um exército forte acabaria requerendo um material humano e “primeira linha”, dessa maneira, mantinham um acompanhamento cuidadoso na

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

gravidez de suas mulheres que eram evadas para fazer exercícios que possibilitassem uma melhor gestação. Ao nascer a criança era avaliada por uma omissão de anciãos que buscava observar se o recém-nascido apresentava saúde perfeita, caso contrário ocorreria a sua execução (infanticídio). Em Esparta somente poderiam viver aqueles cujos corpos fossem considerados adequados para a guerra, no caso dos homens, ou para gerar soldados, no caso das mulheres. Vestindo roupas leves, meninos e meninas praticavam atividades físicas semelhantes. Estas atividades tinham o objetivo precípuo de “torná-las fortes capazes de procriar filhos vigorosos e robustos.”⁵⁸

“A lei exigente interessa pela criança antes mesmo de haver nascido: há em Esparta, toda uma política de eugenismo. Apenas nascida, a criança deve ser apresentada, no Lesqueu, a uma comissão de anciãos: o futuro cidadão só é aceito quando é belo, bem formado e robusto; os raquíticos e disformes são condenados a serem lançados no monturo, nos Apótetos.”⁵⁹

Sobre a educação das moças espartanas, este teórico escreveu: “A graça arcaica cede o passo a uma concepção utilitária e cívica: como a mulher fascista, a mulher espartana tem o dever de ser antes de tudo uma mãe fecunda em filhos vigorosos. Sua educação é subordinada a esta preocupação de eugenia: procura tirar-lhe a “delicadeza e a feminilidade”, enrijecendo-lhe o corpo, obrigando-a a exibir-se nua nas festas e nas cerimônias: o objetivo é fazer das virgens espartanas robustas viragos

⁵⁸ JARDÉ, A. *A Grécia antiga e a vida grega*: geografia, história, artes, religião e vida pública e privada. São Paulo: EDU/EDUSP, 1977, p. 209.

⁵⁹ MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: MEC/EPU Ltda., 1975, p. 41.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

sem complicações sentimentais, que se acasalarão ao melhor dos interesses da raça...”⁶⁰

O poeta espartano Tirteu foi o grande pensador do estilo guerreiro do espartano. Em seus poemas costumava exaltar os valores guerreiros desejáveis pela sociedade espartana: “Eu não quereria guardar memória de um homem nem falar dele devido à virtude dos seus pés ou à sua destreza na luta, ainda que ele tivesse a força dos ciclopes e ganhasse em velocidade do trácio Bóreas. E ainda (...) se tivesse todas as glórias do mundo, mas não possuísse o valor guerreiro, não quereria honrá-lo. Não dará boas provas de si na luta se não for capaz de encarar a morte sangrenta na peleja e de lutar corpo-a-corpo com o adversário. Isso é aretè (excelência), este é o título mais alto e mais glorioso que um jovem pode alcançar entre os homens. É bom para a comunidade, para a cidade e para o povo que o homem se mantenha com o pé firme frente aos combatentes e afaste da sua cabeça qualquer ideia de fuga. Mas aquele que cai entre os combatentes e perde a vida bem-amada cobre de glória a sua cidade, os seus concidadãos e o seu pai, ao ser chorado por todos, novos e velhos, quando jaza, com o peito, o côncavo escudo e a armadura trespassada por muitos projéteis; a sua dolorosa memória enche a cidade inteira e são honrados entre os homens o seu sepulcro e os seus filhos, e os filhos dos seus filhos e toda a sua linhagem. Honram-no jovens e anciões, a vida oferece-lhe distinção e singularidade, ninguém se atreve a prejudicá-lo ou ofendê-lo. Quando chega à velhice, infunde um respeito profundo, e onde quer que chegue todos lhe dão lugar.”⁶¹

⁶⁰ PLUTARCO citado por MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: MEC/EPU Ltda., 1975, p. 46.

⁶¹ JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes. 1995, pp. 121-2.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Mesmo na Grécia, que se caracteriza como sendo o berço da sabedoria, a prática da eugenia teve forte denotação. Os conceitos de apolíneo e dionisíaco cunhados por Friedrich Nietzsche mostram bem como era o culto ao herói, à perfeição harmônica, às belas formas.

O conceito de bárbaro surge na Roma Clássica para designar os povos que habitavam além das suas fronteiras; muito antes disto, os próprios gregos criaram seu próprio sistema de exclusão doméstico: a aristocracia era chamada de ‘helenos’ e habitava a Acrópole; a casta dos pobres era chamada de ‘gregos’ e habitava nas planícies. Os gregos tinham uma noção de sua dignidade e das características peculiares do seu modo de vida, um tanto exagerados, tanto assim que denominavam “bárbaros” àqueles que não falavam a sua língua e não partilhavam os mesmos costumes. Consideravam os bárbaros inferiores e apropriados somente para a escravidão ou a morte.

A esta fala Jaeger acrescenta que, “os gregos sempre consideraram o atleta como um protótipo da força física, e, uma vez que os guerreiros são chamados a serem atletas das lutas mais importantes, parece que o mais lógico e natural será tomar como exemplo para eles o método já tão desenvolvido da formação de atletas. Platão, porém não toma forma alguma por modelo as demais regras que os atletas têm de observar quanto a alimentação, estas regras tomam os atletas excessivamente sensíveis e sujeitam-nos em demasia à sua dieta; e principalmente o seu hábito de dormir muito não é o mais indicado para quem deve ser a vigilância em pessoa.”⁶²

Entre os índios brasileiros os gêmeos são excluídos, pois os estes nesta cultura estão ligados a tempestades,

⁶² JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes. 1995, p. 795.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

portanto, o fazem com o intuito de evitá-las, eliminando-os; ou seja, a preservação da condição, não apenas social, mas de toda a comunidade depende da exclusão destes seres. Entre os índios da Amazônia mato-grossense, as crianças portadoras de epilepsia são excluídas, porque esta doença está associada a maus espíritos.

Pode-se observar que a exclusão entre os povos primitivos estava ligada ao misticismo e à conservação da espécie. Mas, entre os povos civilizados se exclui pela cor, pelas posses, pelo nível intelectual... As observações mais contundentes de Darwin sobre o Brasil dizem respeito à manutenção da escravidão e à forma violenta como os escravos eram tratados. Certo dia, inadvertidamente, foi protagonista de um episódio dramático. Um escravo conduzia a balsa na qual ele fazia uma travessia de rio. Tentando se comunicar com ele para lhe dar instruções, Darwin começou a gesticular e a falar alto. A certa altura, sem querer, esbarrou a mão no rosto do negro. Esse imediatamente baixou as mãos e a cabeça, colocando-se na posição que estava habituado a assumir para ser punido fisicamente. “Que eu jamais visite de novo uma nação escravocrata”, anotou ele ao deixar a costa brasileira. Relatou, também, que jamais pisaria nesta terra, pois “um país onde se mede o valor de um homem pela cor da pele e pela arcada dentária não merecia ser chamada de nação.”

A exclusão social é necessariamente multidimensional e se exprime em diferentes níveis (ambiental, cultural, econômico, político e social), não raramente sendo cumulativa, ou seja, compreendendo vários deles ou mesmo todos. Pode-se dizer que a exclusão social se exprime em seis dimensões principais do cotidiano real dos indivíduos, que é a

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

- Do “Ser”, ou seja, da personalidade, da dignidade e da auto-estima e do auto-reconhecimento individual;
- Do “Estar”, ou seja, das redes de pertença social, desde a família, às redes de vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade mais geral;
- Do “Fazer”, ou seja, das tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego remunerado (uma vez que a forma dominante de reconhecimento social assenta na possibilidade de se auferir um rendimento traduzível em poder de compra e em estatuto de consumidor), quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado;
- Do “Criar”, ou seja, da capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projetos, de inventar e criar ações, quaisquer que elas sejam;
- Do “Saber”, ou seja, do acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal), necessária à tomada fundamentada de decisões, e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente;
- Do “Ter”, ou seja, do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade, da capacidade aquisitiva (incluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e consumo).

No âmbito escolar, a atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como às perspectivas de desenvolvimento e socialização. Mas a inclusão dos oligofrênicos e demais portadores de necessidades

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

específicas nas unidades regulares de ensino carecem de uma nova formatação do ensino que se pode traduzir em um compromisso da escola como um todo e não apenas na aceitação do sujeito e na contratação de profissionais habilitados a oferecerem condições de acesso e permanência na mesma.

Em Roma onde eles escreveram seus direitos e deveres em doze tábuas, na Tábua número 4, que trata do Pátrio Poder e do Casamento, em seu artigo primeiro 1º reza que o pai detinha o direito de matar seu filho que, por ventura, venha a nascer defeituoso, desde que tivesse 5 vizinhos por testemunha, conforme *in verbis*:

“TÁBUA QUARTA:

Do pátrio poder e do casamento:

1. É permitido ao pai matar o filho que nasceu disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos.”

Sêneca afirma a justificação eugênica de infanticídio, em Roma. Em sua obra, *Da Ira*, ele diz que “nós afogamos o fraco e a monstruosidade. Não é paixão, mas a razão, para separar o inútil do ajuste.”⁶³ Este costume legal perdurou até o século XV, quando se começa a construção das catedrais góticas e os deficientes de toda espécie passaram a ser confinados e isolados da sociedade.

Enfim, a prática da eugenia, praticada em larga escala nas eras *primevas* e ainda hoje pelos povos ainda em condições restritas, atendia [*e atende*] a necessidades específicas pertencentes a um determinado tempo em um dado espaço. Fatos que não devem ser negados nem esquecidos para que não venham a ter outro desenlace na história da humanidade é a campanha eugênica realizada

⁶³ SÊNECA. *Da Ira*. São Paulo: Escala, 2006.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

pelos Estados Unidos da América quando da situação de guerra com o Vietnã. Os jovens que eram classificados como deficientes mentais⁶⁴, no famigerado teste de QI (Coeficiente Intelectual) *stanford-Binet*, eram encaminhados para servirem no *front*, durante a guerra. Os considerados superdotados e gênios⁶⁵ eram encaminhados para estudos avançados em grandes centros universitários e iriam servir como estrategos de guerra, nos grandes centros de inteligência do governo. Quando os jovens iam embarcar para servirem na Ásia, os soldados diziam: ‘lá vai mais carne para *hambúrguer*’.

⁶⁴ Academicamente, é possível diagnosticar o Retardo Mental em indivíduos com QIs entre 70 e 75, porém, que exibam déficits significativos no comportamento adaptativo. Cautelosamente o DSM - IV recomenda que o Retardo Mental não deve ser diagnosticado em um indivíduo com um QI inferior a 70, se não existirem déficits ou prejuízos significativos no funcionamento adaptativo.

Classificação da OMS (Organização Mundial da Saúde)			
Coeficiente intelectual	Denominação	Nível cognitivo segundo Piaget	Idade mental correspondente
Menor de 20	Profundo	Período Sensório-Motriz	0-2 anos
Entre 20 e 35	Agudo grave	Período Sensório-Motriz	0-2 anos
Entre 36 e 51	Moderado	Período Pré-operativo	2-7 anos
Entre 52 e 67	Leve	Período das Operações Concretas	7-12 anos

FONTE: BALLONE, GJ - *Deficiência Mental* - in. *PsiquWeb*. Disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone>>

⁶⁵ Utiliza-se como padrão, o teste de QI (Stanford-Binet) para classificar como superdotados e gênios aqueles com coeficiente intelectual acima de 100 e 120, respectivamente.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Esta é uma página da história do século XX que não deve ser abnegada, sob pena de, no futuro, cometer-se outra vez este mesmo tipo de ‘holocausto eugênico’ em meio e em nome de uma [*pseudo*] democracia. Criticaram tanto os alemães por matarem estrangeiros e eles a exterminarem seus pares, através de um processo de seleção pela ‘suposta’ capacidade ou incapacidade de promover o crescimento da nação.

6 O DESTINO DOS DEFICIENTES NA IDADE MÉDIA: A SEGREGAÇÃO

Com a oficialização do cristianismo, em 318 d.C., os seres deficientes [*de toda espécie*] passaram a ter um tratamento um pouco melhor (*sic*). O motivo aí passou a ser político. Constantino, ao permitir a liberdade de culto aos cristãos, impôs regras que eram totalmente contrárias às doutrinas primitivas. O fato é que ele precisava de homens para a guerra e expansão do seu império e mulheres para acalmar os ânimos dos soldados e aumentar a população romana. O legislador havia permitido a união homossexual e o aborto com a finalidade de manter a taxa populacional sob controle. Os infanticídios, também, respeitavam esta mesma ordem.

E, de início os cristãos não encontraram adeptos entre a nobreza. A formação dos rebanhos da nova fé deram-se entre as classes mais baixas, entre a plebe e também, é lá que acontece os mais numerosos casos de nascimentos de crianças deficientes devido a fatores genéticos, hereditariedade, desnutrição, falta de assistência clínico-médico e outros.

Pessoti afirma que, “até a difusão do cristianismo na Europa, a sorte dos deficientes mentais e de outras pessoas excepcionais é praticamente a mesma, nas regiões européias, o que não é surpreendente uma vez que até a mulher normal só adquire status de pessoa, no plano civil, e alma, no plano teológico, após a difusão européia da ética cristã.”⁶⁶

Com o fim destas leis, todos os deficientes passaram a ter direito à vida tanto quanto as crianças normais. Mas,

⁶⁶ PESSOTI, Isaías. *Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 7.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

para manter aquelas criaturas, consideradas como *aberrações* da natureza, fora da vista os sacerdotes criaram os mosteiros e conventos que passaram a abrigar as pessoas deficientes que não tinham serventia para a batalha. Eles eram acorrentados em calabouços escuros e, no máximo eram expostos em festas de digladio no *Coliseum*. Fica um questionamento se a morte prematura não seria um conforto e um ato de misericórdia cristã. Mas, “graças à doutrina cristã os deficientes começam a escapar do abandono ou da *exposição*, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos. (...) Dotado de alma e beneficiado pela redenção de Cristo, o deficiente mental passa a ser acolhido caritativamente em conventos ou igrejas, onde ganha a sobrevivência, possivelmente em troca de pequenos serviços à instituição ou à pessoa *benemerita* que o abriga.”⁶⁷ [Os grifos encontram-se no original].

No século XIV surge a primeira legislação sobre os cuidados a tomar com a sobrevivência e, sobretudo, com os bens dos deficientes mentais. Surge, assim, as primeiras leis com a finalidade de proteger os bens dos deficientes mentais. Pessoti afirma que, “a jurisprudência de Sír Amithony Fitz-Herbert, por seu turno, vai além e define claramente loucura e idiotia como enfermidade ou produto de infortúnios naturais. Mais uma vez, o propósito do texto não é propiciar bem estar aos psicopatas ou amentes, mas disciplinar a administração dos direitos de herança: ‘Esse chamará bobo ou idiota de nascimento à pessoa que não pode contar até vinte moedas nem dizer-nos quem era seu pai ou sua mãe, quantos anos tem, etc, de forma que parece não haver possuído conhecimento de qualquer razão da

⁶⁷ PESSOTI, Isaías. *Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 8.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

qual se pudesse beneficiar ou que pudesse perder. Mas se tem um conhecimento tal que conhece e compreende suas letras e lê mediante ensino ou informação de outro homem, então não deve considerar-se bobo ou idiota natural.”⁶⁸

Hollywood contribuiu em muito para aumentar as lendas em torno dos deficientes: é o Jason, de *Sexta-feira 13*; o Leaderface, assassino de *O Massacre da Serra Elétrica* (ambos têm deformações faciais); O Corcunda de Notre Dame; etc..., ou seja, salvo o último, o assassino é sempre uma figura deformada, associando o mal a uma deformação física e incapacidade mental. Esquecem-se de que não foi a deformidade que os levaram a seus excessos; mas, as condições a que foram expostos e criados.

Outro aspecto da segregação era que se mantinha a crença de que as crianças nasciam deformadas porque seus genitores haviam cometido pecados contra a santidade. Valia a máxima de que *pagam os justos pelos pecadores*. Os próprios pais os segregavam porque a visão deles representava os seus pecados e/ou de seus pais. Em uma passagem dos evangelhos canônicos os discípulos de Jesus lhe interrogam a respeito de um cego, querendo saber qual dos seus genitores havia cometido pecados para que ele assim nascesse. Ao que Jesus que ele assim nasceu para a ‘grandeza do reino’.

Outro grupo de segregados eram os que sobreviviam às torturas promovidas pela sádica Santa Inquisição Católica. Aos “hereges” que escapuliam da morte [*sabe-se lá Deus por qual milagre*]; sempre havia algum cristão de bom coração que intervinha por ele e, ao invés deste infeliz arder na fogueira pública era perdoado, graças a esta

⁶⁸ PESSOTI, Isaías. *Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 22.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

“santa” intervenção e lançado em algum calabouço escuro até a morte lhe agradecer.

A Igreja Católica cria uma espécie de compêndio [*O Index Librorum Prohibitorum*] onde enumerava as obras que deveriam ser evitadas pelos fiéis e criou a famosa ideologia de que quem ler muito ficaria louco e este fato criava um pânico terrível na população, pois o tratamento dado aos loucos da época era estarrecedor; atava-se por correntes o braço direito à perna esquerda e o condenado ficava nesta posição torturante até a morte. Os intelectuais eram excluídos pela própria população, por medo de que a loucura pudesse ser contagiosa, o que se prova que nunca houve loucos na Europa.

Nenhuma criança nasce monstro ou com um gene do mal em seu código genético que possa ser perpetuado, o que se tem provado é que as crianças privadas da riqueza das interações sociais, não adquirem as habilidades de amar, compartilhar e respeitar os elos humanos. A lenda criada sobre o bom selvagem quando os índios brasileiros se mostraram incapazes para o trabalho escravo [*nos moldes europeus, é claro!*], não se aplica à psicologia humana...; uma vez apresentada por um dos maiores antropólogos contemporânea. Segundo o prof. Marins, os ‘nativos’ da Austrália fazem a troca de mulheres com outras tribos com o intuito de evitar as guerras. Caso o líder de uma tribo pense em guerrear com outra qualquer, será levado a pensar que lá há filhas suas que poderão perecer nas disputas. O impulso (egóico) de preservação da espécie é posto a serviço da preservação coletiva (altruísmo).

O isolamento social e a solidão excessivas transformam a natureza humana a ponto de encarniçá-la. Malba Tahan conta a velha história árabe dos ‘gins’, que até o Ocidente chegou como gênio e a história que originalmente é *O Gênio na Garrafa*, foi adaptada para

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Aladin, O Gênio da Lâmpada Maravilhosa; onde mostra uma entidade benfazeja e alegre e ainda grata por ter sido libertado daquela prisão, concedendo ao seu libertador três miraculosos desejos. A história original é bem outra... Uma entidade do mal, um Jim foi aprisionado em uma garrafa, daí no original dá-se o nome de *Gênio na Garrafa*. Este ser ao ser aprisionado passou os primeiros cem anos de reclusamento, ou melhor, de isolamento, dizendo que ‘aquele que o libertasse a este ele concederia todos os desejos do mundo; nos próximos cem anos ele passou a dizer que ‘aquele que o libertasse a este concederia três desejos; passaram-se os cem anos e nada; nos próximos cem anos ele passou a cantar que para aquele que o libertasse ele concederia apenas dois desejos; como continuasse no ostracismo, nos outros cem anos passou a dizer que ‘quem o libertasse teria direito a apenas ‘um’ desejo e como não fosse libertado depois de já quase 500 anos preso passou a cantar que, aquele que o libertasse seria o primeiro que ele iria matar...

Outra figura que nos mostra o desfiguramento provocado pelo isolamento social é o Minotauro, o monstro metade homem metade touro que vivia nos labirintos de Creta, construídos pelo rei Minos. Reza a lenda que Pasífae, a esposa de Minos zombou de Afrodite e esta rancorosa lançou-lhe uma maldição a qual ela se apaixonaria perdidamente por um touro branco de propriedade real. Para ser possuída pelo touro ela mandou construir uma vaca de madeira e se prostrou dentro da construção e engravidou da criatura. A criança, ao nascer foi colocada dentro do labirinto. Os estudos psicológicos nos deixam margens claras para deduzir que a criança poderia ter uma anormalidade e foi excluída para aquele antro e, sozinha, sem amor, sem amparo, cercada pelos quatro cantos por rochas frias e negras se transformou em um monstro cruel,

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

com uma natureza animal. Como esta criança deve ter chorado, urrado, arranhado as paredes rochosas daquele labirinto dias e noites a fio, massacrado pelo vento, pela chuva, pelo calor, pelo frio..., pela solidão...

No caso do gênio, observamos que, ao ser preso, ele nutria inúmeros desejos e sonhos, ao dizer que realizaria todos os desejos do mundo de seu salvador, está simplesmente a dizer que fará tudo que sempre desejou e não fez por falta de tempo ou mesmo por falta de oportunidade. No segundo instante já vemos que ele começa a perder contato com a realidade, a vida começa a perder todo o brilho para ele, já não sente mais toda aquela vitalidade, a rabugice começa a comer-lhe a alma, porém, destes três desejos um se mantém firme, o desejo de liberdade; no outro instante, já possui apenas dois desejos, sendo um o de liberdade, e o outro, desconhecido; no terceiro momento, já possui apenas um, que é ser livre até que chega ao ponto de perder até mesmo este desejo, a partir daí ele começa a ter desejos suicidas, de que vale a vida se não se pode nem ao menos vivê-la?

Crianças quando criadas em condições de isolamento nem ao menos aprendem a sorrir e não criam vínculos com quem quer que seja. Os asilos criados na Idade Média, os hospícios, e outras casas de caridade, eram formas de privar os cidadãos de bem de assistir aquelas criaturas bizarras que expunham uma vertente da condição humana. Os deficientes mentais eram considerados figuras possesas e Martinho Lutero até recomendava que fossem açoitados para expiarem seus pecados.

Os asilos para alienados e deficientes mentais eram verdadeiras pocilgas, locais de despejo de lixo humano; os indivíduos para aí encaminhados eram tratados como animais, sendo relegados à própria sorte e presos em meio

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

à escuridão eterna, sem noções e condições básicas e mínimas de higiene pessoal.

É neste período de segregação que surgem os pensadores, pioneiros e precursores da educação especial como o professor Johan Heinrich Pestalozzi, na Suíça e a Dr^a. Maria Montessori, na Itália.

7 O DESTINO DOS DEFICIENTES NA IDADE CONTEMPORÂNEA: A INCLUSÃO

Ao longo dos séculos, a sociedade ocidental constituiu diversos modos de vislumbrar a infância e suas especificidades, em especial com relação à criança excepcional, onde cada momento histórico produziu um modo peculiar de ver e intervir nesse campo. Isto fica comprovado pelo fato de que no início do séc. XVI, os intelectuais da educação acreditavam que as crianças com deficiência não conseguiam ser educadas em escolas normais.

“Eu não me encarregaria de uma criança enferma e imperfeita ainda que pudesse viver oitenta anos. Não quero encarregar-me de um aluno sempre inútil a si e aos demais, o qual se ocupa unicamente em conservar-se e cujo corpo prejudica a educação do espírito. Que realizaria em si, prodigalizando em vão os meus cuidados, se não o dobro da perda da sociedade e privá-la de dois homens em vez de um? Que outro seja responsável em meu lugar deste paciente, eu concordo e aprovo a sua caridade, mas minha missão não é esta. Eu não sei como ensinar a viver quem só pensa em se livrar da morte. Um corpo fraco enfraquece a alma. Daí a regra da medicina, mais prejudicial aos homens do que todo o mal que pretende curar. Eu não sei qual é a doença da qual os médicos nos curam, mas eu sei que eles nos causam algumas que são bastante desastrosas: a covardia, a timidez, a credulidade, o terror, da morte; se curam o corpo, eles matam-nos a coragem. Por que nos preocupamos com aqueles que são cadáveres ambulantes? São de homens que precisamos (...).”⁶⁹

⁶⁹ No original: Yo no me encargaría de un niño enfermizo y achacoso aunque pudiese vivir ochenta años. No quiero encargarme de un alumno siempre inútil para

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

A escola impõe um modelo de aluno, inventa uma criança ideal: aquela que aprende sem dificuldades, respeita as regras, brinca com os colegas, não briga. Quando uma criança não se assemelha a esse aluno idealizado, é tachado de aluno problema, um rótulo do qual é difícil escapar.

Para o professor existe, assim como há para os pais (para as mães, mais em particular) o luto do aluno perfeito, ou seja, para a mãe é o filho que ela sonhou que não corresponde e jamais corresponderá aos seus anseios mais secretos; para o educador é o pupilo que não lhe despertará nenhuma expectativa, que todo o esforço dado não será recompensado.

Deve-se ter em conta que o ser humano é uma criatura de expectativas; é um ser tipicamente do futuro; um indivíduo do devir, que se projeta para além de sua existência juncada no espaço-tempo nas perspectivas de realizações daqueles que lhes são caros. Assim como os pais se vêem anos à frente em seus filhos ainda pequenos, o professor se realiza em seus delírios através do sucesso de seus alunos.

Logo, esta projeção da real perfeição apolínea não é uma criação da escola em si. É um sentimento individual que é transferido para além de si mesmo e internalizado

sí y para los demás, el cual se ocupa únicamente en conservarse y cuyo cuerpo perjudica a la educación del alma. ¿Qué realizaré en él, prodigando vanamente mis cuidados, si no doblar la pérdida de la sociedad y privarla de dos hombres en vez de uno? Que otro se encargue en mi lugar de este enfermo; yo consiento y apruebo su caridad, pero mi misión no es ésta. Yo no sé el modo de enseñar a vivir a quien sólo piensa en librarse de la muerte. Un cuerpo débil enflaquece el alma. De aquí el imperio de la medicina, más pernicioso a los hombres que todos los males que pretende curar. Yo no sé por mí cuál es la enfermedad que nos curan los médicos, pero sé que ellos nos causan algunas que son muy funestas: la cobardía, la pusilanimidad, la credulidad, el terror de la muerte; si nos curan el cuerpo, nos matan el coraje. ¿Qué nos importa que hagan andar a los que son unos cadáveres? Son hombres los que nos hacen falta (...). (ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 20-21).

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

pelo grupo, na forma da comunidade e da instituição. Isto porque, por trás das expectativas humanas estão escondidos os desejos de realização egóicos.

Assim, torna-se necessário que se construam novas idealizações, levando agora, em consideração, um novo ideal para esse indivíduo que constituiu na realidade, ou seja, todo o projeto anterior do professor e da escola terá que ser refeito ou re-significado para que, em consequência, possam ofertar novos significantes ao aluno que possui “falhas”. Dessa forma, podendo continuar proporcionando-lhe e dirigindo-lhe investimentos libidinais, já que, após o ingresso no ambiente acadêmico, os educadores estabelecem, com a criança, um vínculo libidinal, constituído por contatos físicos, palavras, olhares, gestos carinhosos, plano para o futuro, desejos a serem realizados.

Segundo Freud, essa perda tem os seguintes aspectos: (...) “As causas excitantes se mostram diferentes (comparadas ao luto), pode-se reconhecer que existe uma perda de natureza mais ideal. O objeto talvez não tenha realmente morrido, mas tenha sido perdido enquanto objeto de amor.”⁷⁰ Ao lado do luto existe um importante componente de incapacidade e medo do fracasso que toma muitas formas e exige paciência dos profissionais que lidam com a criança e com a família, pois existe ressentimento, raiva que os pais sentem da situação, deles mesmos e freqüentemente do portador de más notícias, geralmente o médico, no caso das avaliações clínicas periódicas e do professor, que tende a ser taxado de incompetente.

Acontece um tipo de morte simbólica, ou seja, a decepção dos sonhos, dos objetivos, desejos, entre outros, acaba gerando no educador reações diversas, uma dolorosa

⁷⁰ FREUD, Sigmund (1914-1916). *Luto e Melancolia*. In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006, p. 251. Vol. XIV.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

ferida, cuja cicatrização passa por algumas etapas. Até mesmo porque os professores estão mais preocupados com que os seus colegas do ano seguinte falarão sobre si e seu trabalho do que realmente desempenhar um trabalho profundo, gratificante e motivador com seus alunos.

A definição do recém-nascido e do idiota como tábula rasa tem implicações decisivas para a vida e o ensino dos deficientes mentais: a visão naturalista do educando, liberta de preconceitos morais ou religiosos, a ênfase na ordenação da experiência sensorial como fundamento da didática, a afirmação da individualidade do processo de aprender, a insistência sobre a experiência sensorial como condição preliminar dos processos complexos de pensamento, a importância dos objetos concretos na aquisição de noções. “Com Locke, o princípio do primado da sensação passa, de preceito didático pragmático a princípio filosófico e pedagógico geral, a fundamentar uma teoria do conhecimento e simultaneamente uma doutrina pedagógica com sua decorrente teoria da didática: ‘A experiência é o fundamento de todo o nosso saber. As observações que fazemos sobre os objetos sensíveis externos, ou sobre as operações internas da nossa mente, e que percebemos, e sobre as quais refletimos nós mesmos, é o que supre o nosso entendimento com todos os materiais de pensamento.’ Assim, o uso da razão, embora capaz de produzir ideias e conhecimentos, será exercido sempre, em última análise, sobre os dados da sensação. Não há, pois, ideias e nem operações da mente que não resultem da experiência sensorial, e uma prova disso é que ‘é evidente que todas as crianças e idiotas não têm a mínima percepção ou pensamento delas; parece-me quase uma contradição dizer que há verdades estampadas [*imprinted*] na alma e que ela não percebe ou não entende.’ Se, pois, as ideias e, conseqüentemente, a conduta são o produto da experiência

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

individual, não se justifica a perseguição moralista ao deficiente e não se admite que a deficiência seja uma lesão irreversível, mas um estágio de carência de ideias e operações intelectuais semelhante ao do recém-nascido. Cabe à experiência e, portanto ao ensino suprir essas carências, pois a ‘mente é entendida como uma página em branco, sem qualquer letra, sem qualquer ideia.’”⁷¹

A educação moderna passa por transformações e, uma delas é a inserção dos diferentes nos mais diversos meios profissionais da sociedade. À questão de incluir deve anteceder a questão de aceitar o que é diferente [para cada um de nós]. É a não aceitação que provoca a sensação bizarra no outro de que ele é diferente, ou que tem algo que afasta os seus concidadãos, ou seja, ele começa a se achar repulsivo e, para o ódio e o suicídio é apenas um passo.

Na Natureza, toda vez que por um breve ocaso, uma função foi negada a um ser vivente, ela o dota de uma capacidade extra que possa suprir a referida deficiência. A educação não iguala as pessoas, iguala as oportunidades e o que a LDB 9394/96 quis e está tentando fazer é inverter o processo, *i.e.*, igualar as pessoas via educação.

Não é função da escola igualar as pessoas em si e per si, sua função social é qualificar decentemente seus discentes para que estes possam ter iguais oportunidades de trabalho no mercado profissional. Dessa forma, não interessa se o aluno com necessidades especiais estudou toda a sua vida estudantil em uma escola especial com trinta outros alunos especiais; importa mesmo é se ele está habilitado a exercer as funções exigidas pelo mercado de trabalho e se tem qualificação para o cargo pretendido.

⁷¹ LOCK, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

O Princípio fundamental da inclusiva consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Essa nova concepção parte do princípio de que crianças normais convivendo com crianças com deficiência desde cedo aprende a respeitar o valorizar suas diferenças.

Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente, a teoria e a prática dominantes relativas ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos, definiam a organização de escolas e de classes especiais, separando essa população dos demais alunos.

As primeiras escolas de Educação Especial foram voltadas, em primeiro plano, para os deficientes sensoriais, porque, à época, eram comuns os cegos e surdos, assim como era relativamente fácil encontrar cegos com memória excepcional, que cantavam, que conheciam música e que faziam uma série de outras atividades não esperadas, devido às suas condições. É a partir de meados do século XX, que, observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas portadoras de deficiência e a integrá-las *[tanto quanto possível]* à sociedade.

À luz deste princípio, novos conhecimentos foram surgindo e o conceito de excepcional, *[estático e permanente]* deu lugar a uma visão mais dinâmica e humanística acerca destes indivíduos, que passaram a ser reconhecidos, pelo menos, no plano de idéias, como pessoas com direitos e deveres iguais aos demais seres humanos, precisando *[tão somente]* que lhes fossem oferecidas as mesmas condições de acesso aos bens culturais e materiais produzidos historicamente pela humanidade.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Neste íterim, o significado e a relevância da Educação Inclusiva, são explicitados, nos documentos *legis*, da seguinte maneira:

- “Toda pessoa tem direito à educação” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948);
- “Universalizar o acesso à educação e promover a equidade” (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990);
- “Todas as crianças, de ambos os sexos, têm o direito fundamental à educação e a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994);
- “(...) atendimento educacional especializado gratuito a educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” (LDB 9394/96, art. 4º, p.111);
- “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (ECA, 1990, art. 53)
- “A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA EDUCAÇÃO BÁSICA, PARECER Nº 17, DE 03/07/01)

- “Ao se construir uma proposta pedagógica, é fundamental a revisão de alguns paradigmas que, tradicionalmente, têm norteado a escola pública brasileira. Em primeiro lugar, é preciso compreender a educação como um processo de formação do ser humano em todas as suas múltiplas dimensões: conhecimento, afetividade, sexualidade, cidadania e ética” (ESCOLA SAGARANA, 1999, p. 39).

A integração é um processo de inserção do PNE (Portadores de Necessidades Especiais) no ensino regular e pode ser conceituada como um fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou mantê-los em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional.

De nada valerá a escola incluir o portador de necessidades especiais e formar um profissional qualquer mais um e o cenário profissional o excluir por incapacidade profissional. O mercado já faz isto com os ditos “normais”. Em uma passagem do evangelho Jesus e seus discípulos estão em um determinado local e aparece um homem cego. Seus discípulos perguntam:

“_ Senhor, quem cometeu pecados em sua casa; seu pai ou sua mãe para que ele nascesse assim?

- “Nem seu pai nem sua mãe_ Respondeu-lhes Jesus_ Ele nasceu assim para a grandeza do reino”.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Se se observar cientificamente, ele não disse para se ter misericórdia nem para condená-lo e, simbolicamente este *portador de necessidades especiais judeu* deveria apresentar outras habilidades que sobrepujava, em muito, a sua falta de visão.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, no seu artigo 3º, parágrafo único, “Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva”.

“A diferença não é somente uma manifestação do ser único que cada um é; em muitos casos é a manifestação, de poder ou de chegar a ser, e ter possibilidades de ser e de participar dos bens sociais. Contrapomos o diverso ao homogêneo, confrontamos o desigual com equiparação, que é a aspiração básica da educação pensada como capacitação para aumentar as possibilidades.”⁷²

Depreende-se que ao invés de se gastar tempo, dinheiro, e longos discursos que não contribuem em nada para favorecer o ingresso formal dos Portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, dever-se-ia é estimular estas crianças a crescerem como as outras crianças, *i.e.*, crescer acreditando que o mesmo sol que nasce todos os dias, para todos, *[e a grande maioria ainda está dormindo]*, também nasce para ela!

Simmel, em seu livro, *Ainda resta uma esperança* dá uma demonstração de esperança e virtude na árdua e bela tarefa de educar as crianças de hoje para serem os homens de amanhã, na pessoa de um jovem professor vienense:

⁷² SACRISTÁN J. G.; PÉREZ GÓMEZ A. I. *Compreender e transformar o ensino*. 4. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

“Queridas mães, seus filhos vieram hoje para nossa escola, e nós assumimos a incumbência de ensiná-los a ler, escrever, calcular, desenhar e cantar. Assumimos, no entanto, também outra tarefa, isto é, transformá-los em criaturas alegres, corajosas e íntegras. Seus filhos, isso nós sabemos tão bem quanto vocês, vêm de famílias de níveis bem diferentes. Alguns estão bem de vida, outros não. Os filhos que vocês nos confiam já são hoje tão distintos quanto à personalidade como vocês que aqui estão. Só que eles são muito mais jovens e, por isso, aprendem com mais facilidade. Em pouco tempo vão se conhecer melhor e muitos ficarão amigos. (...) Seus filhos ficarão juntos quatro anos. É muito tempo, especialmente na vida de uma criança. Eles não vão ligar para o fato de os pais serem pobres ou ricos, feios ou bonitos... a não ser que para vocês isto faça grande diferença. Por isso, lembre-se de uma coisa: nem sempre é por mérito próprio que as pessoas têm muito dinheiro, e não é vergonha alguma ser pobre. Também não é sinal de mau caráter ser rico, nem tampouco, por não possuir dinheiro, pode-se concluir que uma pessoa seja boa. Lembrem-se de que seus filhos serão os adultos de amanhã. Quando mais tarde os advogados, diretores de banco, funcionários do Estado e médicos famosos disserem: aqueles operários foram nossos colegas de infância, então poderemos ter esperança de estarmos nos encaminhando para um mundo melhor. Esse é o nosso propósito. Não é uma tarefa fácil. É mesmo muito difícil. Até hoje ninguém conseguiu levá-la a cabo, mas nem por isso ela é irrealizável.”⁷³

Destas palavras infere-se que o preconceito pessoal é que é o empecilho para o sucesso no processo de

⁷³ SIMMEL, J. M. *Ainda resta uma esperança*. São Paulo: Círculo do Livro, 1950, p. 194-195.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

inclusão. A forma de olhar e de ver são formas que, tanto podem construir como destruir. Pode-se ver os portadores de necessidades especiais como pessoas que necessitam ‘um pouco mais’ de ajuda mútua ou como inválidos imprestáveis. A decisão cabe a cada um!

A criação de uma doutrina de educação especial se forma na base de uma sociedade que tenha seus valores voltados para o ser humano enquanto sujeito ativo e atuante na construção deste significado.

O processo de inclusão passa pela valorização dos conhecimentos históricos, sociais e afetivos trazidos pelos alunos como parte fundamental para o seu desenvolvimento, a sua formação e a sua vida escolar (atual e futura). Apesar de haver essa consciência, boa parte dos professores do ensino fundamental tem dificuldades para abrir espaço entre essas convicções, suas experiências profissionais, seus currículos e seus planejamentos para ouvir a parte mais importante nessa relação ensinar-aprender-conviver que se dará ao longo do tempo escolar do aluno.

A inclusão começa a ocorrer timidamente após a Segunda Revolução Industrial e em espacial no pós 2ª Guerra Mundial, onde o avanço das tecnologias permitiu que indivíduos, mesmo deficiente em algumas partes poderia se sobressair em outras. Os avanços nas pesquisas neurológicas também favoreceram esta mudança, mas não a forçaram. Foram exatamente as oportunidade oferecidas pelas modernas tecnologias que abriram estes horizontes e promoveram esta inclusão de forma *[quase]* equânime. A implantação do *welfarestate* também colaborou para esta nova conscientização acerca do outro. As políticas públicas sociais criaram situações de solidariedade que estenderam-se a estas pessoas. Os avanços na medicina permitiram que as chances de uma vida *[quase]* normal para os deficientes

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

lhes garantisse a inclusão e, aliada a isto as ações da previdência social, como as pensões às famílias crianças excepcionais, também forçaram-nas a tirar estes indivíduos das sombras e da marginalização social, muitas das vezes, impostas pelas próprias famílias.

A inclusão é consequência, não apenas de uma escola de qualidade, mas de uma sociedade bem resolvida intelectual e moralmente, *i.e*, uma academia e uma coletividade capaz de perceber cada aluno/cidadão como um enigma a ser respeitado porque ele, assim como qualquer outro, tem seu tempo e seu espaço. Os dele é apenas diferente do restante da maioria e num ambiente onde só existe excepcionais, os considerados normais é que são diferentes e podem até mesmo serem considerados deficientes. O que se percebe é que as crianças com deficiência, na escola inclusiva hoje, denunciam a falência do sistema escolar, e a má gestão do sistema educacional escolar. O que se verifica é que os professores não sabem o que fazer, o que denuncia uma formação inicial e continuada inadequada para o enfrentamento das questões contemporâneas postas pelo alunado que atualmente frequenta a escola pública.

É e desta denúncia que nasce, cresce e perpetua a resistência à inclusão. Torna-se mais fácil excluir do que modificar hábitos arcaicos e tentar compreender as necessidades do outro. Para o trabalho com as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais faz-se mister que os professores desenvolvam uma prática educacional mais específica, utilizando-se de materiais didáticos como meio de ampliar as suas capacidades e todo apoio necessário quando precisar. Isto porque o tempo de aprendizagem do outro é diferente, pode ser mais lento, em alguns casos, como pode ser mais acelerado, em outros.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

“Falar no desenvolvimento de competências no aluno implica dialogarmos sobre as competências do próprio professor-educador. Para o professor desenvolver competências na criança, ele precisa compreender e redescobrir as suas próprias competências. Precisa desenvolver a possibilidade de enxergar o outro, de senti-lo, de vê-lo e de avaliá-lo, de observá-lo para que, a partir desse processo, possa promover uma linha de ação que favoreça o crescimento de seu aluno e promova sua aprendizagem.”⁷⁴

Segundo Perrenoud, “(...) Os professores têm dificuldades para compreender que seus alunos não compreendem, já que perderam a memória do caminho do conhecimento, dos obstáculos, das incertezas, dos atalhos, dos momentos de pânico intelectual ou de vazio. (...) o que é evidente para o especialista parece opaco e arbitrário para os aprendizes.”⁷⁵

Por outro lado, outro ponto de dificuldade é a falta de relacionamento da escola com a família, a escola encontra-se muitas vezes fechada para a comunidade para a discussão da perspectiva inclusiva.

A inclusão, em suas diferentes faces, é efetivada por meio de políticas públicas, que além de oficializar, devem viabilizar a inserção dos indivíduos aos meios sociais. Para isso, é necessário que sejam estabelecidos padrões de acessibilidade nos diferentes espaços (escolas, empresas, serviços públicos), assim como é necessário o investimento em formação inicial e continuada dos profissionais

⁷⁴ ALESSANDRINI, Cristina Dias. O Desenvolvimento de Competências e a Participação Pessoal na Construção de um Novo Modelo Educacional. In: PERRENOUD, Philippe; THURLER, Mônica Gather (orgs.). *As Competências Para Ensinar no Século XXI*. Porto Alegre, Artmed, 2008, p. 168.

⁷⁵ PERRENOUD, Phillippe. *10 Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 29.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

envolvidos no processo de inclusão, principalmente dos professores.

Uma educação deve estar comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não-excludente, promovendo o convívio com a diversidade, pois esta é uma característica da vida social brasileira. Para isso, a escola inclusiva deverá ser uma meta buscada por todos os cidadãos comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

A Educação Inclusiva é hoje um dos desejos de uma parcela da sociedade que em seu conjunto e em suas práticas ainda estigmatiza e discrimina seus membros com deficiência. Maior dignidade, respeito e integração são o que hoje a educação inclusiva brasileira vai procurar propiciar a sua sociedade.

Para Ainscow, “inclusão é a transformação do sistema educacional, de forma a encontrar meios de alcançar níveis que não estavam sendo contemplados. Eu compreendo a inclusão como um processo em três níveis: o primeiro é a **presença**, o que significa, estar na escola. Mas não é suficiente o aluno estar na escola, ele precisa participar. O segundo, portanto, é a *participação*. O aluno pode estar presente, mas não necessariamente participando. É preciso, então, dar condições para que o aluno realmente participe das atividades escolares. O terceiro é a *aquisição de conhecimentos* - o aluno pode estar presente na escola, participando e não estar aprendendo. Portanto, inclusão significa o aluno estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo suas potencialidades. Um outro aspecto da inclusão é identificar e sobrepujar as barreiras que impedem os alunos de adquirir conhecimentos acadêmicos. Essas barreiras podem ser: a organização da escola, o prédio, o currículo, a forma de

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

ensinar e muitas vezes as barreiras que estão na mente das pessoas. Estas são as mais difíceis.”⁷⁶ (*grifos no original*)

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira 9.394/96, a Educação deverá ser oferecida de acordo com as necessidades do aluno seja ele deficiente ou não, o que vem a alterar de forma sensível e significativa seu olhar para o mesmo.

Na escola, quando criança, Einstein foi um verdadeiro fracasso. Sentia grande dificuldade em matérias como história e geografia e um dos seus professores, inclusive, chegou mesmo a prever um futuro sombrio para ele: “--- É um debilóide! Não vai chegar a lugar algum!” A mesma coisa aconteceu com outro gênio da humanidade: Thomas Edison, o homem que inventou a lâmpada elétrica. Aos 8 anos, Edison foi matriculado na escola do reverendo Engle, em Detroit, que não precisou de muito tempo para conceituá-lo como um *retardado*, um *estúpido*. Por causa da sua dificuldade em aprender, Edison foi praticamente expulso e nunca mais frequentou escola alguma.

O desafio maior é transformar a mentalidade preconceituosa instalada, desencadeando um movimento coletivo capaz de ao longo dos anos, através da ação de profissionais da educação, mudar este quadro. Desta forma, alterações e superações na Educação.

Segundo Freud, o aluno resiste ao aprendizado e à responsabilidade. Pode-se inferir que este resiste porque ‘o aprendizado traz responsabilidade’. Desenvolver um processo inclusivo sério e reformador obrigará a todos a voltarem seus olhares para um local jamais percebido antes e ao primeiro olhar irá cegar como aconteceu com o indivíduo que fugiu da caverna de Platão. A começar que o

⁷⁶ AINSCOW, Mel. *Processo de Inclusão é um processo de aprendizado*. CRE Mario Covas/SEE-SP. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/ein_l.php?t=001. Acessado em 01/02/2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

educador bem como seu aluno devem ter um motivo para estar ali. Se um deles não sabe, o outro também não... E assim não ocorre aprendizagem. O professor finge que ensina e o aluno finge que aprende. E muito mais com relação ao aluno deficiente, ele sofre uma exclusão, sutilmente, disfarçada. Mas, “todo este processo de inclusão é um processo de aprendizado. As pessoas estão aprendendo a viver com os diferentes. E isso só se aprende na ação e dentro de um contexto.”⁷⁷

⁷⁷ AINSCOW, Mel. *Processo de Inclusão é um processo de aprendizado*. CRE Mario Covas/SEE-SP. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/ein_l.php?t=001. Acessado em 01/02/2012.

8 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Segundo Mantoan, o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional. De fato, no início dos anos 1960 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de *educação dos excepcionais*.⁷⁸

A história da inclusão no Brasil é muito recente. Para se ter uma ideia é somente em 1957 que ela se torna preocupação do Poder Público e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, aparece dois artigos abordando o assunto, conforme *in verbis*:

“Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Tôda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos

⁷⁸ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Ser ou Estar, eis a Questão*: explicitando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.”⁷⁹

Na Constituição Federal de 1969, no seu título IV, que trata da “da família, da educação e da cultura”, em seu artigo 177, reza apenas que os sistemas de ensino manterão serviços de assistência educacional aos alunos que apresentarem baixo rendimento educacional, conforme *in verbis*:

“Art. 177. § 2º Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional, que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.”⁸⁰ (CF69)

Já a LDB de 1971 reza, em seu **“Art. 9º** - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.”⁸¹

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Nesse período, não se efetiva, ainda, uma política pública de acesso universal à educação,

⁷⁹ BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024*, de 20 de dezembro de 1961.

⁸⁰ BRASIL. Constituição (1969). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1969.

⁸¹ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692*, de 11 de agosto de 1971.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

Para Jamil Cury, “a questão da deficiência nem sempre foi tratada no mundo como é hoje. Ela já percorreu caminhos bastante rudes, bárbaros até. Sabemos de comunidades primitivas e modernas que praticaram a chamada limpeza étnica, em que matavam crianças que nascessem com determinados defeitos. Foi só no final do século XIX que a forma de ver o deficiente começou a mudar, quando os trabalhos de Freud mostraram que todos nós temos limitações e quando a Biologia trouxe conclusões similares, afirmando que todos nós temos necessidades e deficiências, apesar de umas serem mais visíveis do que outras. As duas guerras mundiais, quando um enorme número de pessoas que, então sadias, voltaram para casa com algum tipo de mutilação, também contribuíram para aumentar a consciência de que os portadores de necessidades especiais são titulares de direitos como quaisquer outros. Hoje, considero que estamos vivendo um momento de transição de uma cultura discriminatória com relação ao diferente para uma cultura de inclusão, em que o diferente é aceito não por ser diverso, mas porque o diverso enriquece. É esse o grande desafio atual: construir uma nova cultura de inclusão, na qual o acolhimento da diferença se faça no reconhecimento do outro como igual, como parceiro, como par. Na Educação, isso implica a consciência de que, desde o ato educativo mais simples da pré-escola, é preciso garantir aos portadores de necessidades

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

educacionais especiais um lugar garantido nas salas comuns das classes comuns.”⁸²

Somente com a Constituição Federal de 1988 que a educação passa a ser tratada de forma equânime, conforme reza o art. 206 que diz “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “§ I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”⁸³ Ou seja, a efetiva inclusão dos deficientes nas escolas brasileiras começa a partir da publicação desta carta.

A Lei N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, conforme *in verbis*:

“Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgão e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

⁸² CURY, Carlos Roberto Jamil. *O que é inclusão?* CRE Mario Covas/SEE-SP. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/ein_1.php?t=001. Acessado em 01/01/2023.

⁸³ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

I – na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.”⁸⁴

A Constituição do estado do Espírito Santo, em seu artigo 171, incisos I a III, reza quais são as obrigações dos

⁸⁴ BRASIL. *Lei Nº. 7.853*, de 24 de outubro de 1989.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Poderes Públicos com relação aos alunos portadores de deficiência, conforme *in verbis*:

“Art. 171. Constitui obrigação dos Poderes Públicos:

I - a garantia de educação especial, até a idade de dezoito anos em classes especiais, para a pessoa portadora de deficiência que efetivamente não possa acompanhar as classes regulares;

II - a garantia de unidades escolares equipadas e aparelhadas para a integração do aluno portador de deficiência, na rede regular de ensino;

III - a criação de programas de educação especial, em unidades hospitalares congêneres de internação, de educando portador de doença ou deficiência, por prazo igual ou superior a um ano;

Parágrafo único. O Estado aplicará na educação especial destinada à pessoa portadora de deficiência percentual dos recursos disponíveis para a educação.”⁸⁵

Observa-se que no parágrafo único do documento supracitado o Estado não estipula a porcentagem que deverá ser aplicada na educação especial.

A Lei Orgânica do Município de Afonso Cláudio, em seu artigo 164, inciso 4º, na busca de aproveitar espaço ou

⁸⁵ CONSTITUIÇÃO do Estado do Espírito Santo (1989). Elaboração e organização: Secretaria Geral da Mesa, Procuradoria Geral, Diretoria Legislativa da Mesa Diretora, Diretoria Legislativa de Documentação e Informação e Diretoria Legislativa de Redação. Vitória - ES. – 11 de Outubro de 2006. seção ? : *Da Educação*.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

por incompetência do legislador, prescreve que os portadores de deficiência, terão suas condições respeitadas através de oferta de ensino regular noturno, conforme *in verbis*:

“Art. 164- (...) § IV - respeito às condições peculiares e inerentes ao superdotado, ao portador de deficiência e ao educando trabalhador, através da oferta de ensino regular noturno.”⁸⁶

Segundo Fonseca “o direito a igualdade de oportunidades educacionais é o resultado da luta histórica das “militantes” dos direitos humanos, luta que implica em obrigatoriedade de o Estado garantir gratuitamente unidade de ensino para todas as crianças quer seja deficiente ou não.”⁸⁷

Ao longo da história do Brasil, este somente veio a ter escolas formais, regidas pelo Estado, em 1808. Enquanto os jesuítas estiveram catequizando os índios havia, pelo menos alguma coisa, mas com a sua expulsão por causa da política pombalina ficou um terrível hiato na formação da educação dos brasileiros porque o governo lusitano não criou nenhum outro tipo de atendimento educacional que ocupasse o vazio deixado pela Companhia de Jesus. E mesmo com a chegada da família real portuguesa, dificilmente os alunos pobres tinham contato com alunos de classes mais altas da sociedade, ou seja, a interação entre as classes mais baixas e a classe dominante era inexistente. Nem mesmo acesso a escolas os pobres

⁸⁶ LEI ORGÂNICA do Município de Afonso Cláudio (ES). Sancionada em 31 de março de 1990.

⁸⁷ FONSECA, Vitor da. *Educação Especial: programa de estimulação precoce*: uma introdução às ideias de Feuerstein. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 9.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

tinham. O Brasil chegou à época da República com 80% de analfabetos, só perdendo para a Espanha que, orgulhosamente, tinha alguns analfabetos a mais.

Na segunda metade do século XX, começam a surgir as chamadas “escolas especiais” e posteriormente as classes especiais dentro das “escolas comuns”. O surgimento dessa modalidade de ensino, o que não gera uma real inclusão, criou uma “aberração” pedagógica, pois dividiu a educação em duas modalidades, indo na contramão das propostas inclusivas na qual conhecemos.

Segundo Gonçalves no contexto histórico da década de 1960, ocorreu a explosão da demanda pelo ensino especial voltado para a criança portadora de deficiência, ocasionada pela incorporação da clientela que, cada vez mais, passou a ser excluída da escola regular, contribuindo para o crescimento do mercado de profissionais especializados e a consolidação da área, ajudando na organização política de grupos que passaram a demandar por mudanças.⁸⁸

Até a década de 1970, a criança com deficiência era impedida de freqüentar a escola regular e, quando matriculadas, eram encaminhadas para as turmas especiais com a justificativa da dificuldade no aprendizado, corroborada pela crença de que seriam mais bem atendidas nesses espaços reservados. No entanto, mesmo estando na escola regular, em turmas especiais, as crianças continuavam excluídas de uma educação inclusiva e da sociedade. “Um fator também crucial que influenciou a mudança na filosofia de serviços nas décadas de 1960 e 1970 foi o custo elevado dos programas segregados, no contexto da crise mundial do petróleo. Até então, apenas os

⁸⁸ GONÇALVES; Maria Célia da Silva (org.). Pré-História e História Antiga. Paracatu: FINOM, 2009.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

países considerados desenvolvidos haviam criado um sistema educacional paralelo para os portadores de deficiências. A partir da década de 1960, passou a ser também conveniente adotar a ideologia da integração pela economia que elas representariam para os cofres públicos. Assim, o contexto histórico da década de 1960 apontava um avanço científico representado tanto pela comprovação das potencialidades educacionais dos portadores de deficiências quanto pelo criticismo científico direcionado aos serviços educacionais existentes.”⁸⁹

Na década de 1970, as escolas comuns começam a aceitar alguns alunos deficientes em salas comuns, contanto que esse aluno conseguisse adaptar-se aos métodos de ensino impostos. Essa adaptação do aluno raramente acontecia, pois era de incumbência do mesmo essa adaptação. Somente no final da década de 1980, após a nova Constituição Federal de 1988, é que vemos os primeiros e verdadeiros movimentos em direção da educação inclusiva no Brasil, pois passa a existir somente um tipo de educação e esta é para todos, sem exclusão de classes sociais, raça, cor e condições de saúde (física e mental).

“O processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser, continuamente, revisto.”⁹⁰

⁸⁹ GONÇALVES; Maria Célia da Silva (org.). *Pré-História e História Antiga*. Paracatu: FINOM, 2009, p. 02.

⁹⁰ MRECH, Leny Magalhães. *O que é Educação Inclusiva?* São Paulo: Faculdade de Educação da USP, s.d.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

O movimento por uma escola mais inclusiva veio se efetivando ao longo dos últimos anos, na busca pela revisão, entre outras questões, do processo de escolarização. Entretanto, apesar da diversidade já existente, parece ainda haver políticas educacionais que continuam trabalhando em uma perspectiva homogeneizadora e ultrapassada. Quebrar paradigmas que foram construídos e consolidados por décadas não é tarefa que se resolva a qualquer custo. Esta é a primeira geração de educadores que está educando na democracia, mas foi fabricada na forja da ditadura militar. Ou seja, foi preparada para o não pensar, para excluir o diferente e sem contar a maldição behaviorista que caiu sobre o sistema escolar brasileiro junto com o taylorismo e o fordismo.

De acordo com Mantoan “só muito recentemente, a partir da última década de 1980 e início dos anos 1990 as pessoas com deficiência, elas mesmas, têm se organizado, participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e movimentos, visando assegurar, de alguma forma os direitos que conquistaram de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas. Esses movimentos estão se infiltrando em todos os ambientes relacionados ao trabalho, transporte, arquitetura, urbanismo, segurança previdência social, acessibilidade em geral. As pessoas buscam afirmação e querem ser ouvidos, como outras vozes das minorias, que precisam ser consideradas em uma sociedade democrática, como a que hoje vivemos neste país. Mas, infelizmente, apesar de estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social, os referidos movimentos não são ainda fortes no que diz respeito às

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos.”⁹¹

A Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.⁹²

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

⁹¹ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Ser ou Estar, eis a Questão*: explicitando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

⁹² BRASIL. *DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001*. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

“a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.”⁹³

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a

⁹³ BRASIL. *Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências*. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC, 1994, Art. 24.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Sob a perspectiva histórica da trajetória da educação inclusiva no Brasil, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola e a ser tratada com deferência nos principais documentos *legis*, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Tomando por base os documentos oficiais de cunho internacional, consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia,

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Segundo Sá, “via de regra, deparamos com argumentos que se justificam pela análise do óbvio, isto é, pela explicitação das dificuldades e limitações vivenciadas no contexto do sistema escolar e no ambiente da sala de aula. Os professores do ensino regular ressaltam, entre outros fatores, a dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar *alunos especiais* ou diferentes. Os professores da educação especial também não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade do alunado, com a complexidade e amplitude dos processos de ensino e aprendizagem. A formação destes profissionais caracteriza-se pela qualificação ou habilitação específicas, obtidas por meio de cursos de pedagogia ou de outras alternativas de formação agenciadas por instituições especializadas. Nestes cursos, estágios ou capacitação profissional, esses especialistas aprenderam a lidar com métodos, técnicas, diagnósticos e outras questões centradas na especificidade de uma determinada deficiência, o que delimita suas possibilidades de atuação.”⁹⁴

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de

⁹⁴ SÁ, Eduardo. Más Maneiras de Sermos Bons Pais: As Crianças, o Pensamento e a Família. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 5(8). Disponível em: <https://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/149>. Acesso em 01/01/2023.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

O contexto histórico brasileiro da educação inclusiva mesmo já tendo mais de um século e meio de existência, está muito longe de atingir a excelência em termos de atendimento aos alunos portadores de deficiência. Porque não adianta apenas as ciências médicas descobrirem como funciona esta ou aquela estrutura cerebral. Precisa-se que a escola compreenda como aplicar isto ao dia-a-dia das crianças. A distância que existe entre a teoria e a prática reconhece-se pela dicotomia dos processos teóricos e sua real aplicação.

O próximo passo evolutivo na história da inclusão no Brasil passa por entender que o diferente só o é porque a sociedade assim o classificou como tal. Mudam-se os paradigmas, mudam-se as formas de ver, de rotular e de ser o que se é.

É primordial que todas as ações que apontem para a inclusão da pessoa portadora de deficiência, sejam muito bem planejadas e estruturadas, a fim de que seus direitos sejam respeitados, em sua plenitude. É preciso proceder a uma avaliação responsável quando se levanta a bandeira da inclusão de pessoas que historicamente foram ou ainda são excluídas da sociedade, praticamente em todos os segmentos. Neste sentido, fica clara a urgência dos educadores e pesquisadores de juntarem seus esforços para pesquisar e discutir esta temática, em todos os níveis e modalidades de ensino.

O processo social de inclusão é um processo gradativo e lento, pois para que a inclusão realmente ocorra é necessário quebrar paradigmas consolidados e estruturados através de séculos de história e de preconceitos muito arraigados. “A educação por longos anos

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

tem se apropriado de concepções mecanicistas e reducionistas da capacidade de aprender da pessoa com necessidades educativas especiais.”⁹⁵ E, para mudar a realidade da clientela educacional, precisa-se, antes de mais nada, acreditar em nosso potencial. A mudança deve ocorrer de dentro para fora e servir como reflexo para colegas de trabalho e mesmo para os próprios educandos.

⁹⁵ ORRÚ, Silvia Ester. *Autismo, Linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak, 2007, p. 32.

9 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva pode ser entendida como um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

O conceito Educação Inclusiva reflete as conquistas dos movimentos sociais, as pesquisas desenvolvidas pelas universidades brasileiras e as experiências das escolas. Orienta os sistemas educacionais para a promoção do acesso de todos os alunos à escola da sua comunidade. Focaliza a mudança nas práticas pedagógicas e a eliminação das barreiras para o acesso ao currículo.

Segundo Mrech, “por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. [*Assim que*], a inclusão é atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança de suas residências; propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns; propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico; perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes; levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças portadoras de deficiência; propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum.”⁹⁶

⁹⁶ MRECH, Leny Magalhães. *O que é Educação Inclusiva?* São Paulo: Faculdade de Educação da USP, s.d.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Segundo Cury, a vantagem da Educação Inclusiva em relação à Educação em salas ou escolas especiais é a riqueza da diversidade. “Eu tive uma parente com Síndrome de *Down*. Ela era o pivô da família em termos de afetividade, de sensibilidade, de emotividade, de memória. Com a diversidade, um grupo ganha novos valores. Há um jogo, que ainda não sabemos fazer muito bem, mas temos de aprender, que é conviver com a diferença. Mais do que tolerar, que é muito pouco, ele implica a aceitação do diferente como algo que agrega. Os efeitos negativos que podem existir quando um aluno com necessidades especiais é incluído numa sala de aula regular sem ser efetivamente integrado é o risco que existe de termos, aí, uma exclusão sofisticada com capa de inclusão. Isso significaria legitimar a exclusão camuflando-a atrás do conceito de inclusão. Dessa forma, exclui-se duplamente, somando à exclusão uma versão mais sofisticada dela mesma.”⁹⁷

De acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (IDDC, em inglês) sobre a educação inclusiva, realizado em março de 1998 em Agra, na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito, nos seguintes termos:

- “Reconhece que todas as crianças podem aprender;
- Reconhece e respeita diferenças nas crianças: idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde (*i.e.* HIV, TB, Hemofilia, Hidrocefalia ou qualquer outra condição);

⁹⁷ CURY, Carlos Roberto Jamil. *O que é inclusão?* CRE Mario Covas/SEE-SP. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/ein_l.php?t=001. Acessado em 01/02/2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

- Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças;
- Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva;
- É um processo dinâmico que está em evolução constante;
- Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.⁹⁸

O homem desde a Antiguidade apresenta dificuldade em lidar com questões que fogem ao seu conhecimento, à sua explicação e ao seu padrão de normalidade. Na sua história os casos de perseguição, intolerância e exclusão marcaram e marcam grupos de indivíduos tidos como *diferentes*, submetendo-os às mais diversas formas de homogeneização, “violentando-os no que se tem de mais precioso que é a sua identidade enquanto ser humano.”⁹⁹

A ideia fundamental da inclusão é a de adaptar o sistema escolar às necessidades dos alunos. Mas esta atitude é também um ‘estupro consentido’ contra a escola. A educação deve ser o esteio de uma evolução baseada nas capacidades individuais de cada aluno; e esta proposta é inversa, uma verdadeira blasfêmia contra o sistema. Não se pode igualar as pessoas, muito menos igualar as unidades de ensino, o currículo, o sistema, os professores, as propostas políticas pedagógicas, tudo enfim... [*muito menos, ainda, os alunos*]. Isto seria passar o poder para alguém que

⁹⁸ Esta definição de ‘educação inclusiva’ foi usada durante o seminário sobre Educação Inclusiva do International Disability and Development Consortium (IDDC), Agra, Índia, em 1998. Desde então foi incorporada, quase palavra por palavra, no Relatório Branco sulafricano sobre educação inclusiva (South African White Paper on inclusive education), em Março de 2000.

⁹⁹ SOARES, Ângela da Silva. *Pressupostos da Educação Inclusiva*. Publicado em 29/07/09. Disponível em: www.artigonal.com/Educação. Acessado em 02/02/2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

nem ao menos tem noção disto. A inclusão propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiência e com ou sem outros tipos de condição atípica. A inclusão baseia-se em princípios fincados na valorização da diversidade humana, pela importância dada ao enriquecimento de todas as pessoas.

Mas, se se fala tanto em valorizar a diversidade porque, então igualar as propostas com base na diversidade? Este discurso demagógico é antipedagógico carece de bases científicas. A proposta deve ser buscada e embasada na produção de temas e currículos diferentes de maneira a atender pessoas diferentes. De outra forma, está-se a praticar uma exclusão mascarada sob a pele de uma falsa inclusão. A sociedade inclusiva deve ser buscada, pois, nela não se quer apenas *abrir espaço para o deficiente* ou *aceitá-lo*, num gesto de solidariedade. Neste tipo de sociedade é-se, – e isto é suficiente – cidadãos responsáveis pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou pareça ser.

Buscar um mundo e uma escola inclusivos significa enfrentar o desafio de impregnar a sociedade com bons motivos que garantam a ampla convivência de pessoas deficientes e não deficientes. Porém, no fim toda esta ideologia não passa de um conto de fadas brasileiro aonde a bruxa ao invés de ser morta recebe uma “aposentadoria”. Educação Inclusiva é algo muito além de apenas igualar currículos e oportunidades. Fala-se tanto em diversificar currículos, para na prática, criar-se um modelo único e igual para todos. Isto, além de ridículo é patologizante e cria conceitos absurdos sobre as formas de poder da escola e dos sujeitos envolvidos. Cria-se um fabuloso cabo de guerra, onde, de um lado fica-se ora vencidos, ora vencedores e ninguém se dispõe a perguntar como a escola percebe tudo isto. Encantaram-se com a Pedagogia do

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Oprimido e esqueceram que tem-se que ouvir o opressor e que este, em uma nação democrática, tem direito a vez e voz quanto o outro. Do contrário, comete-se atrocidades em nome da inclusão, profanando o direito maior da nação que é a democracia.

A educação inclusiva deve basear-se na dialógica, em conceitos dialéticos, pois do mesmo modo que o deficiente tem direito a ingressar em uma escola regular ele tem, de igual maneira, o dever de respeitar as normas da casa e os seus colegas que, para ele, são diferentes. A partir do momento em que ele passa a fazer parte de uma coletividade, deve, ao mesmo tempo, respeitar e adequar-se às ideologias [*éticas e morais*] do grupo, no qual se inseriu. Direitos e deveres devem ser equitantes para todos, quando sob a mesma jurisdição.

A Constituição Federal de 188, reza em artigo 1º que o Estado Democrático de Direito configura-se fundamentalmente na convivência pacífica da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, conforme *in verbis*:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.”¹⁰⁰

¹⁰⁰ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Art. 1º.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

A coexistência destes valores presumem, não só a existência, como a permanência e a valorização do processo democrático. Logo, se a escola tem-se, unicamente, que adaptar-se aos preceitos exigidos pelos ‘diferentes’, para fazer parte do processo da educação inclusiva, ela deixa de ser democrática e torna-se objeto de uma democracia despótica, embasada na submissão aos poderes supremos enquanto elimina a entidade do seu poder de decisão e formação acadêmica. Isto porque a democracia caracteriza-se como um regime em que o povo se governa a si mesmo, quer diretamente, quer por meio de funcionários eleitos por lei para administrar os negócios públicos e fazer as leis de acordo com a opinião geral, ou seja, um regime político, uma forma de vida social, um método de existência e cooperação entre indivíduos membros de uma organização estatal.

“O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais e coletivos; é um modo de ação de alguns sobre os outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído; só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em alto, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes.”¹⁰¹

O ato de estudar, na atualidade, é uma neurose obsessiva, um dogma que não se acaba em si mesmo. O indivíduo deve tentar entender esta máquina assassina que tem uma fome de jibóia, engole tudo sem mastigar e vai digerindo aos poucos até fazer desaparecer o último resquício de qualquer coisa que represente alguma coisa. O

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. *Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, s.d., p. 242.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

que não interessa, vale apenas que tenha significado, o mais fútil que seja, já vale alguma coisa, o nada, por exemplo. Rousseau, na abertura de sua obra *Emile* (1762) já fala tudo isto. Na era moderna, um homem alijado do sistema educacional tornar-se-ia qualquer coisa, menos sujeito, nunca um ator, no máximo uma coisa. Não haveria lugar para este sujeito porque ele não compreenderia o sistema, seria um párea de sua própria condição miserável.

Mas, não é obrigando a sociedade e, principalmente, as escolas a aceitarem estes indivíduos que se promoverá uma inclusão digna de ser celebrada. Porque “incluir para nós não se limita a fazer com que os que estão “fora” possam se sentir ou estar “dentro”. Inclusão passa por um questionamento sobre o que significa estar dentro, como, porque e para que estar dentro. Incluir, portanto, não pretende manter a mesma lógica: tal luta, constante e infinita, pretende uma mudança estrutural, uma sociedade menos hierarquizada e excludente.”¹⁰²

Ivan Illich e Alexander Neil estavam certos. Não se pode pensar uma sociedade desenvolvida com escolas. Não no sentido do desenvolvimento individual do de cada um. Mas, a sociedade tornou-se tão complexa em seus atributos que qualquer um que cresça à sua margem torna-se um alienígena, uma coisa, um trem... Nas palavras de Rousseau: “No estado em que estão as coisas, um homem abandonado desde seu nascimento à sua própria sorte seria o mais desfigurado dos mortais; as preocupações, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais, nas que estamos submergidos, se apagariam no seu modo natural de ser e não colocaria nada em seu lugar que as substituíssem. Seria como um arbusto que, por azar,

¹⁰² ALVES, Cristina Nacif; PAULINO, Marcos Moreira. *Problematizando as representações em torno do conceito de “inclusão”*. Rio de Janeiro: UFRJ, s.d., p. 6.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

tenha vindo a nascer no meio do caminho e que os transeuntes, sacudindo-o em todas as direções, o matariam.”¹⁰³

A existência humana pós-moderna é por demais frugal para que qualquer espécie inteligente tenha como colocar algo para substituí-la. São necessários anos e anos de dominação intensiva a fim de conseguir criar um idiota capaz de produzir mais monstruosidades manipulativas.

A escola, primeiro rapta as crianças de seus anseios *pueris*, depois as viola com um monte de teorias, provocando um verdadeiro estupro seguido de suicídio. A criança não quer porque tudo aquilo que lhe está sendo introduzido é muito pesado, duro, agride, mas o carrasco se satisfaz com aquela violência brutal, os gritos de sua vítima (oh!, desculpe-me, aluno) fazem dele um indivíduo realizado. Durante 200 dias dentro de 365 dias de um ano, ele perpetua sua sina, para ao final deste tempo entregá-los já mansos a outro carrasco mais sanguinário que ele próprio. No fim, tudo na escola agride, a sua arquitetura, lembrando mais a claustros, jaulas medievais, impedindo as crianças de verem o mundo fora dos muros de uma realidade imposta por um sádico que se vangloria da dor e o terror que provoca nas suas vítimas.

Não é a escola que está errada; é sua operacionalidade (*sic*) que estrangula a todos que se infiltram em suas ideologias. De cada 100 alunos que ingressam na 1ª série apenas 1 chega ao ensino superior. A escola culpa um sistema excludente e uma divisão de renda precária, mas acaba que ela assassina bons alunos a preço muito mais baixo que a sociedade classista. Ela o faz pelo desejo mórbido de alimentar um sadismo que tem uma fome

¹⁰³ ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 4.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

insaciável feito um lobisomem. Caça pelo prazer de ver o terror estampado nos olhos da vítima.

Gramsci falou que basta arranhar a pele de um homem que se ver o verniz de civilização desaparecer e o lobo aparecer. E por que os educadores têm de engordar esta lamentável expectativa, quando deveriam eles serem os primeiros a combatê-la com todas as suas forças?

Na visão de Bordieu, a escola inculca nos alunos valores, como igualdade e desigualdade, através da “violência simbólica”. Simbólica, porque naturaliza a dominação, em um processo, onde o indivíduo torna-se cúmplice desse sistema, mesmo sem saber. Ela corresponde a um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre. A raiz da violência simbólica estaria deste modo presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Deste modo, ela nem é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que “naturalmente” se exerce de um para outro. Como exemplo disto temos a atitude professoral, a qual pressupõe o uso legitimado de estratégias punitivas em relação aos alunos (como reprovações e castigos) que não se enquadram nos moldes sociais da instituição escolar. A dominação é reconhecida como legítima, quando na verdade esta se dá pela ação das forças sociais e pela estrutura das normas internas do campo do mundo social em que os indivíduos se inserem, e que de certa maneira se incorporam (até mesmo corporalmente) em seus *habitus*. Violência simbólica é a violência que a escola exerce sobre o aluno quando o anula da capacidade de pensar e o torna um ser capaz somente de reproduzir.¹⁰⁴

¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989b.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

“A violência simbólica é a mais difícil de ser percebida... porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento. A violência simbólica também pode ser contra o professor quando este é agredido em seu trabalho pela indiferença e desinteresse do aluno.”¹⁰⁵

Na perspectiva da Educação Inclusiva “cabe à escola adotar uma postura, onde estejam contempladas em seu projeto político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos. Enfim, é a escola quem se capacita, se prepara, se organiza e se adapta, para dar *respostas educativas* adequadas às necessidades dos alunos.”¹⁰⁶ (*Grifos no original*)

Destas percepções e análises observa-se que, ainda, não existe uma regulamentação acerca da Educação Inclusiva no Brasil e ademais “a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; - que uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática

¹⁰⁵ ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. Ed. Unesco [doações institucionais], p. 335.

¹⁰⁶ COSTA, Mariana Cardoso Meireles da. *A Educação Inclusiva em uma Unidade do Colégio Pedro II – Um Estudo de Caso*. (Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Pedagogia). Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p. 10.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade; e que a gradatividade e a prudência não podem servir para o adiamento “*ad eternum*” para a inclusão.”¹⁰⁷

Neste sentido, “(...) falar em inclusão em educação implica também falar em avaliar os aspectos que constituem barreiras para que o processo ensino-aprendizagem transcorra sem riscos de exclusão, em todos os níveis de ensino.”¹⁰⁸ E este processo “(...) refere-se à redução de todas as pressões pela exclusão, e de todas as desvalorizações que os alunos sofrem, seja com base em deficiências, rendimento, religião, classe, estrutura familiar, estilo de vida ou sexualidade.”¹⁰⁹

“De acordo com a nossa visão, uma disciplina para se configurar como totalmente inclusiva requer uma prática dialética por parte do professor que leve em consideração a racionalidade do aluno e suas representações sobre o mundo, os fatos e os conteúdos abordados, assim como a preocupação com a internalização de conceitos que favoreçam a reflexão, o questionamento e o enfrentamento em relação às culturas, políticas e práticas de exclusão no âmbito da sociedade, de modo geral, e às aprendizagens, especificamente, no da educação.”¹¹⁰

Pensar em conceituar educação inclusiva não é uma tarefa fácil, principalmente quando se leva em conta as dimensões geográficas, étnicas, culturais e

¹⁰⁷ BUENO, J. G. *A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular*. São Paulo: Revista Temas em Desenvolvimento, 2001, p. 27.

¹⁰⁸ SANTOS, Mônica Pereira dos. *O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva*. Rio de Janeiro. Revista da Faculdade de Educação da UFF- n. 7, maio 2003, pp. 78-91.

¹⁰⁹ BOOTH, Tony. et alii. *Index for Inclusion: developing learning and participation in schools*. Bristol: CSIE, 2000.

¹¹⁰ SANTOS, Mônica Pereira dos. *O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva*. Rio de Janeiro. Revista da Faculdade de Educação da UFF- n. 7, maio 2003, p. 3.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

socioeconômicas do Brasil. Os grandes centros têm maior possibilidade de atender às novas demandas do Ministério da Educação, mas quando se pensa nas regiões centrais, norte e nordeste de Minas Gerais e a região norte e nordeste do País as condições para os professores lecionar já são precárias e incipientes mesmo para atender aos ditos normais. Logo, não adianta ter um discurso muito maravilhoso se na prática a realidade configura-se em uma vertente totalmente disforme.

10 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SÓCIO-EDUCATIVA

A concepção de integrar o deficiente à sociedade começou a ser revista e repensada no final da década de 1980, tendo em vista que esse modelo não contemplava “(...) plenamente os direitos de todas as pessoas com deficiência, pois a integração pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes (...)”.¹¹¹

Fatores econômicos podem ser decisivos na explicação de grande parte das situações de exclusão social, conseqüentemente também a dimensão econômica da integração assume importância crucial, quer na perspectiva da inserção (processo assumido pelos indivíduos e famílias), quer na da inclusão (mudança da sociedade que reforça e abre as oportunidades que oferece aos seus membros, se torna mais democrática e eqüitativa e viabiliza a cidadania de forma generalizada).

As políticas públicas de inclusão social através da Educação Especial não vem com a *[ádua]* missão de igualar as pessoas. Sua proposta é a de integrar a sociedade em um processo onde os valores sejam colocados acima de interesses egoístas.

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar as diversidades dos alunos, a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se

¹¹¹ SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 35.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

isoladamente, devem, antes de tudo, fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais.

Segundo Buscaglia, “(...) o momento histórico desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e social, no estabelecimento da cultura e das instituições. Como influente força social, não pode ser ignorada por qualquer pessoa envolvida no estudo do crescimento, desenvolvimento, da personalidade ou do comportamento humano.”¹¹²

A família bem estruturada emocionalmente sabe lidar com situações diversas e conflitantes, busca a reestruturação e o redimensionamento de funções e papéis. Assim, quando um homem e uma mulher se unem com a função de iniciar uma nova família, através de uma relação afetiva e econômica, dentro de normas e valores estabelecidos por eles, como também pela sociedade, procuram dar seguimento com a chegada dos filhos. Estes são gerados em meio às expectativas sociais de que estejam dentro dos padrões sociais e culturais estabelecidos. O problema é que ninguém planeja ter um filho deficiente, nem a escola nunca esteve preparada para receber crianças que possuíam seu processo de autonomia aquém do esperado pela sociedade aristocrática, em um primeiro momento para uma sociedade liberalista em um segundo momento.

Dado todo este processo de mudança ocorrido a partir do pós-guerra, surge a ideia de incluir os indivíduos que possuíam algum tipo de deficiência, porque já que são

¹¹² BUSCAGLIA, Leo. *Os deficientes e seus pais*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 78.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

considerados cidadãos como os outros devem ter obrigações, também.

O processo de inclusão é um paradigma social que deve ser observado dentro de rigores científicos, os mais sérios possíveis, considerando que em um país classista como o Brasil, corre-se o fervoroso risco de tentar fazer justiça aos que necessitam e o tiro sair pela culatra. “Ao longo da história, o cenário, particularmente no que se refere às pessoas com necessidades especiais nem sempre foi o de aceitação das desigualdades. Até meados do século XVIII algumas práticas eram executadas com estas pessoas, tais como abandono, afogamentos, asfixia. Ao final do século XVIII e nas três primeiras décadas do século XIX teve início, nos países escandinavos e na América do Norte, o período de institucionalização especializada de pessoas com deficiências, nomenclatura adotada na época. A partir daí surgiu a Educação Especial. A sociedade tomou consciência da necessidade de atender as pessoas denominadas como deficientes, mas a forma de atendimento priorizava um caráter assistencialista. A assistência era prestada em Centros Especializados, nos quais as pessoas recebiam atendimento de vários profissionais: médicos, psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais.”¹¹³

A inclusão se refere a um respeito social ao sujeito enquanto membro de uma comunidade fraterna. Nenhum cidadão necessita sair de seu meio para outro que se elegeu como ‘ideal’ para dizer que está sendo incluído socialmente. Deve-se buscar oferecer, através de políticas públicas sérias e de caráter humanístico, oportunidades para que o sujeito tenha sua dignidade respeitada e a de seus dependentes.

¹¹³ FREITAS S. N. O.; OSÓRIO, A.; PRIETO, R. G. E. *Impacto da declaração de Salamanca nos estados brasileiros: dez anos de aprovação, implantação e implementação*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

“O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.”¹¹⁴

Em 1986 surgiu também a proposta de integração educativa, que representou um avanço significativo. O ensino dos alunos com necessidades educativas especiais poderia ser realizado no contexto da escola regular.

Cardoso explicita que, “(...) esta nova concepção não nega que os alunos tenham problemas em seu desenvolvimento. No entanto, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação. A finalidade primordial é analisar o potencial de aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando ao mesmo tempo quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória. O conceito necessidades educativas especiais remete as dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades.”¹¹⁵

As pessoas com necessidades educativas especiais passam a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação na sociedade. A educação de pessoas com

¹¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994, pp. 22-3.

¹¹⁵ CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão a Inclusão – Uma Longa Caminhada. IN: MOSQUERA, J. M. e STOBBAUS, C. (Org.) *Educação Especial: Em Direção a Educação Inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, pp. 19-20.

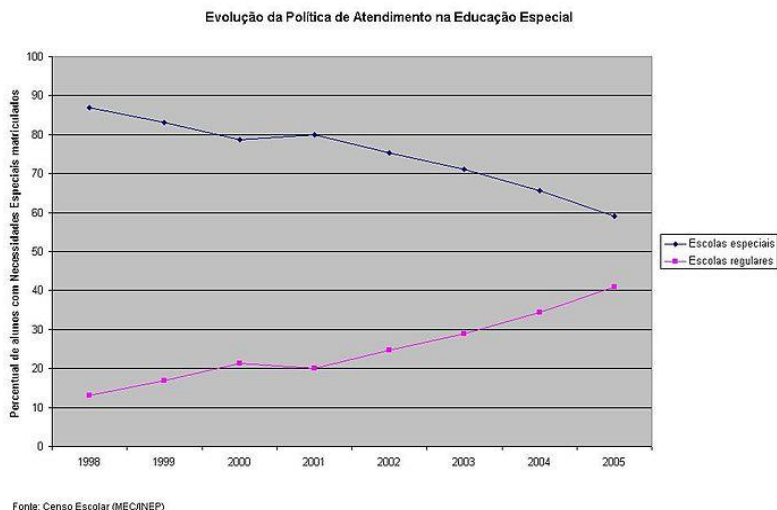
REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO CLÁUDIO - ES)

necessidades educativas especiais trilhou um caminho que, em uma fase inicial foi eminentemente assistencial, até chegar ao que hoje se denomina de educação inclusiva.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), declarou, em 1998, que o Brasil é o país da América Latina que mais insere alunos com necessidades especiais em escolas regulares, seguido de México e Chile.

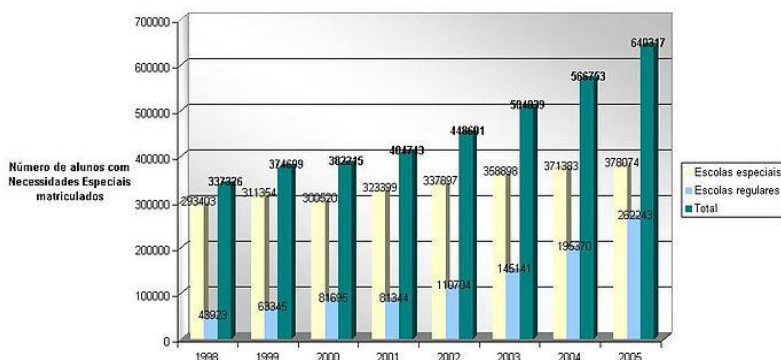
Os quadros abaixo mostram a evolução do número de matrículas de alunos portadores de necessidades nas escolas regulares, conseqüentemente ocorre queda nas escolas consideradas especiais.

Quadro 1 e 2: Evolução da Política de Atendimento na Educação especial



REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO CLÁUDIO - ES)

Evolução da Política de Atendimento na Educação Especial



Fonte: Censo Escolar (MEC/INEP)

Os serviços especiais foram diversificados e as classes especiais passaram a integrar o contexto escolar. No Brasil, as classes especiais foram criadas entre 1960 e 1965, em todo o país, para pessoas excepcionais. Este era o termo empregado exclusivamente para as pessoas que freqüentavam as classes especiais. Estas classes especiais contribuíram novamente para a segregação e exclusão. A partir de 1980, esta terminologia ‘deficiente’ foi alterada para ‘pessoas portadoras de deficiência’. A partir de 1986 houve a substituição de pessoas portadoras de deficiência, bem como de excepcionais, específica das classes especiais, para pessoas com necessidades educativas especiais.

A visão da escola inclusiva impõe a demolição dos discursos educacionais que excluem as diferenças. A fronteira que separa de forma nítida aqueles olhares que continuam pensando que o problema da educação escolar está na anormalidade, no anormal, bem como daqueles que pensam o oposto: os que consideram a normalidade, a norma, o normal como o problema em questão é que

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

deveria ser colocado sob suspeita. Trata-se de representações que se apresentam como científicas e acadêmicas, vigiando cada desvio, descrevendo cada detalhe das patologias, cada vestígio da normalidade, suspeitando de toda deficiência com a conhecida afirmação de que “algo está errado no sujeito, que possuir uma deficiência é um problema.”¹¹⁶

Este é o processo de patologização da educação e também do indivíduo. Mas a escola não pode, em hipótese alguma, perder de vista as diferenças intrínsecas e extrínsecas de seus alunos. Se faz isto acaba por excluir de uma outra forma que é punindo aquele tem ânsia e facilidade de avançar com mais facilidade nos seus estudos. “É impossível pensar um sistema educativo inclusivo, para o qual as políticas públicas assinalam, mantendo o mesmo sistema inalterado. Para corresponder às diversas necessidades educacionais, os diferentes ritmos de aprendizagem, é imprescindível uma reestruturação sócio-educativa, com propostas curriculares apropriadas e adaptadas para a diversidade, mudanças organizacionais, estratégias didático-pedagógicas, recursos diferenciados, estruturação do espaço físico, capacitação docente. Implica também, em problematizar o que realmente significa aprender.”¹¹⁷

De qualquer forma, as leis estão postas e evidentemente sendo implementadas. No entanto, a sociedade não pode, obrigatoriamente, aprender a gostar e aceitar dos deficientes apenas por uma imposição política.¹¹⁸

¹¹⁶ SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 18.

¹¹⁷ FREITAS, S. N. O.; OSÓRIO, A.; PRIETO, R. G. E. *Impacto da declaração de Salamanca nos estados brasileiros: dez anos de aprovação, implantação e implementação*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

¹¹⁸ GLAT, R. *Questões atuais em educação especial. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Os alunos com necessidades especiais não podem arriscar-se a passar por situações de exclusão, por isso, o processo inclusivo deve ser minucioso e com garantia de sucesso.

Porém, “essa evolução é difícil, pois ela exige importantes transformações dos programas, das didáticas, da avaliação, do funcionamento das classes e dos estabelecimentos, do ofício de professor e de aluno. Essas transformações suscitam a resistência de todos aqueles a quem a ordem gerencial, a continuidade das práticas ou a preservação das vantagens adquiridas importam muito mais do que a eficácia da formação.”¹¹⁹

Não são as dificuldades em relação às aprendizagens e às habilidades - onde a inclusão remete a presença e permanência no ambiente escolar - a questão central no processo inclusivo. Figueiredo destaca que “(...) Inserir na escola aqueles que dela foram excluídos, sem que esta seja redimensionada dentro de um novo paradigma, é dar continuidade ao movimento de exclusão.”¹²⁰ Com isso, mesmo considerando as diretrizes e políticas educacionais, o processo de gestão das escolas especiais deve ser dinâmico e flexível, proporcionando sobre tudo o desenvolvimento educacional do aluno.

No entanto, evidencia-se que o processo de inclusão deve ser além de numericamente garantido por lei, efetivo para todos os alunos, apoiado em uma estrutura que tenha por base profissionais competentes os quais possam garantir a consolidação da proposta inclusiva. “A inclusão é,

¹¹⁹ PERRENOUD, Phillippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999, pp. 32-3.

¹²⁰ FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 68.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

pois, um motivo para que as escolas se modernizem e os professores aperfeiçoem suas práticas (...).¹²¹

Assim, não há chances para erros, pois os alunos não podem ser cobaias de uma experiência que pode não ser exitosa. Precisamos entender que a “Inclusão não é apenas colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é a menor peça do quebra cabeça.”¹²²

Lück defende que o processo de gestão deve ser estabelecido “(...) com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo.”¹²³ É a partir disso que se questionam aspectos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que em sua proposta generaliza a inclusão exigindo que todos os alunos, independente de seu nível ou grau de comprometimento, sejam incluídos no ensino comum. O objetivo principal desse regimento é “assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a

¹²¹ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Ser ou Estar, eis a Questão*: explicitando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 120.

¹²² FOREST, M. PEARPOINT, J. Inclusão, um panorama maior. In. MANTOAN, M. T. E. (org). *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC. São Paulo, 1997, p. 138.

¹²³ LUCK, H. A *Gestão Participativa na Escola*. Petrópolis: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão, p. 111.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.”¹²⁴

A educação, considerada para todos, vem muitas vezes ao desencontro de nossa realidade, “[...] a ideia é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular a criança com deficiência.”¹²⁵

“A escola seleciona e fabrica fracasso, com frequência, de maneira a esconder seu próprio fracasso. (...) No fim do ano letivo, os mais fracos repetem de ano, como se isso fosse uma solução. Os outros são aprovados para a série seguinte, como se isso fosse garantia de sólidos aprendizados.”¹²⁶

O processo de inclusão ainda é muito discutido e questionado, considerando a falta de estrutura pedagógica de muitas escolas ditas inclusivas. Isto porque “a missão da escola primária não é preparar para a vida, mas para o ensino médio que, por sua vez, prepara para o liceu, e este para a universidade, cuja finalidade é preparar para a pesquisa.”¹²⁷

Inferindo desta fala, nas palavras de Perrenoud, a escola está preocupada em expandir um conhecimento cartesiano, lógico, linear e matemático, e não em preparar o sujeito para enfrentar a vida. Aliás, o máximo que ela faz é prepará-lo para suportar a vida.

¹²⁴ BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEE, 2008, Cap. IV.

¹²⁵ FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 67.

¹²⁶ PERRENOUD, Phillippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 79.

¹²⁷ PERRENOUD, Phillippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 76.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

As políticas públicas voltadas para os indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais vem de encontro a uma necessidade premente de construção de uma sociedade sustentável, que valorize os indivíduos em suas individualidades e não na imposição de uma normalidade utópica.

11 DO CONCEITO DE IDENTIDADE

Discutir a questão da identidade exige a retomada de alguns conceitos que permitem que esta seja vista como uma construção discursiva pela qual os indivíduos se localizam individual e socialmente.¹²⁸ A partir dessa localização são construídos os sentidos que marcam as características mais representativas de um povo.

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas que em alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida. “O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros.”¹²⁹

Castells caracteriza a identidade como o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(em) sobre outras fontes de significado. Assim, entende-se, que é operada uma espécie de seleção por parte da sociedade dos atributos culturais que devem definir os seus traços distintivos e, a partir dos sentidos conferidos a eles pelos indivíduos, passa-se a edificar as identidades.¹³⁰

A identidade é, então, construída a partir de um repertório cultural que se apresenta na sociedade, que pode se expressar como conhecimento científico, práticas

¹²⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

¹²⁹ CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 120.

¹³⁰ CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

artísticas ou religiosas. Mas, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço. Os grupos sociais remodelam essas práticas e conhecimentos de acordo com o propósito dos seus projetos de formação, transformação ou manutenção das identidades. Esse aspecto fará com que os indivíduos enquadrem a produção cultural individual e coletiva aos interesses dos projetos comuns da sociedade. Estabelece-se aí quem está apto ou se interessa a pertencer a determinados grupos de acordo com as suas identidades.

Estudos das décadas de 1960 e 1970 revelavam que a identidade estaria ligada a estruturas tradicionais de classe, não era algo de individual, mas sim coletivo, intimamente ligada ao facto de um indivíduo pertencer a uma determinada classe social e em que todos os indivíduos pertencentes a essa classe teriam a mesma identidade, esta era imutável, circunscrita e permanecia no tempo com alguma solidez, tornando o assim o indivíduo dependente da estrutura social e não das suas próprias escolhas.¹³¹

O sujeito pós-moderno, segundo Stuart Hall é “conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.”¹³²

¹³¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

¹³² HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Entende-se que o homem tem de transformar o natural ou interpretá-lo, fazendo uso de uma hermenêutica antropológica [*cultural*], para assim, poder compreender o meio aonde vive. Para sobreviver na natureza o homem tem de se adaptar a ela ou criar meios que permitam-lhe alcançar este anelo e entre estes meios está a construção de abrigos, a domesticação de animais e plantas, conhecimento dos fenômenos naturais e ciclos vegetais e animais.

Disto tudo, infere-se que ‘identidade’ é algo com que se [*ou o que*] identifica [*o sujeito*]; diferença é algo que é contrário ao que ‘a maioria’ elege como comum. Para haver diferença tem de haver antes uma consideração comum de valores; porém, o diferente só será diferente na concepção de quem diz que o outro é diferente, fato que será anverso porque o outro pode, também, considerar o grupo como diferente de si. Ele poderá dizer “estou diferente do grupo” como também pode dizer “o grupo está diferente de mim”. A relação é sempre ambígua e capciosa, dependendo, relativamente do ponto em que se faz tal e qual leitura, pois nunca que o que tem um valor agora poderá ter o mesmo valor amanhã ou vice-versa. Cada indivíduo busca a seu modo se identificar com seu grupo, mas esse mesmo indivíduo lutará sempre para manter a sua individualidade [*uma identidade própria, que o leva a se considerar como alguém*] que prova sua diferença frente ao seu grupo social. Toda relação é uma relação de poder¹³³ e dentro desta lógica a identidade e a diferença se estabelecem dentro de uma relação poderosa onde se invertem os valores, pois depende muito de onde se dará esta luta e quem estará no poder.

¹³³ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: PUC, 2001.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

São as relações face-a-face que determinam o processo identitário, a socialização primária e secundária tornam-se assim bastante importantes, pois os indivíduos necessitam uns dos outros para formarem a sua própria identidade. De acordo com Richard Jenkins as identidades não são inatas, não nascem conosco, precisam de ser construídas e esta construção passa pela interação com o outro, pois só a interação social permite viver em sociedade.

A relação entre identidade e diferença será sempre uma relação de força e desigualdades, isto porque ambas são formadas tanto no terreno do social, quanto no palco do individual. E nem sempre nem um nem o outro se dispõem a ceder um mínimo que seja; o que acaba gerando conflitos.

Daí a expressão hegeliana de que as revoluções nascem não do confronto entre um dever e um direito, mas do confronto entre dois direitos.¹³⁴ A busca pela identidade com o grupo se embasa no desejo de reconhecimento, já a diferença se efetua pelo desejo de ser livre, ter uma identidade própria, única, não aderir à política de rebanho. Mas, a grande massa não aceita o diferente porque o seu ego não tolera ser desprezado por um mortal. Ela considera a sua ‘cultura’ uma coisa perfeita, criada para dar segurança e prazer aos seus usufrutuários. Enquanto que o que se classifica como diferente a traduz como algo que não vale a pena ser referendado nem copiado. A identidade do diferente é uma afronta ao *delicaté* ego do sistema.

As escolas e os professores têm que forçar as crianças a criar sua própria identidade, ou seja, uma identidade individual, que significa, a percepção que uma pessoa tem de si mesma e das orientações que dá à sua vida. De um modo geral, as identidades individuais se constituem de inúmeros aspectos, tais como ser um pai de

¹³⁴ HEGEL, Friedrich W. *Vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 2001, p. 201.

família, ser um fiel empregado de uma companhia, ou um bom cidadão de um país. Como indicam os exemplos podem variar em amplitude, se referindo a outras pessoas e grupos, situados a uma distância maior ou menor do indivíduo. Costuma-se dizer que, no mundo moderno, a identidade individual está estreitamente vinculada à noção de auto-realização. Mas essa noção também pode ser entendida de várias maneiras. Numa linguagem romântica, significaria a descoberta de um eu interior e a tentativa de realizar as exigências desse eu. Numa linguagem mais profana, poderia ser entendida como aquela que dá prioridade aos objetivos pessoais, mesmo que negligenciando valores mais elevados. Neste último sentido, a identidade individual toma uma feição extremamente individualista, referindo-se à possibilidade de uma escolha de identidade e à responsabilidade exclusivamente individual por esta escolha. Contudo, é preciso levar em consideração que todo processo de formação de identidade tem uma natureza social. Até mesmo uma concepção mais individualista de identidade está associada à uma cultura individualista, em que se realiza e da qual, até certo ponto, depende.¹³⁵

Os conceitos modernos de identidade partiram dos pressupostos de Vygotsky quando trata do processo de interação social na construção das habilidades superiores. É na mediação por um colega mais avançado que a criança irá assimilar os níveis seguintes. O que cabe dizer que uma criança que crescesse isolada não teria as mesmas habilidades que uma outra que foi educada em meio os seus pares.

¹³⁵ WAGNER, P. *Crises da modernidade: a sociologia política no contexto histórico*. RBCS, v.11, n.31, p. 29-43, jun. 1996.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Mas, esta convivência com os *[muito]* diferentes deve ser permeada pela força da lei; tomando como direcionamento os ensinamentos de Forel, que argumentava: “(...) com efeito, um ser a um tempo de mentalidade tão elevada e individualismo tão arraigado e feroz, como é o homem, um ser no qual o instinto e o amor da família são igualmente poderosos, levado, pela força inevitável das circunstâncias, a viver sempre na sociedade de seus semelhantes e a tornar-se cada vez mais dependente desta vida social solidária. Compreender-se-á sem esforço que certos indivíduos de mentalidade superior e mais favorecido da sorte procurem dominar os mais fracos e menos inteligentes, explorando-os em seu proveito e no da sua família. Daí surgir a necessidade de leis lúcidas que protegessem os menos favorecidos pela sorte e pela natureza dos abusos excessos de uma minoria. E este mestre continua dizendo que “mal atingiu um certo grau de cultura, o homem compreendeu o proveito que poderia tirar da posse, não apenas de terra e dos productos do trabalho, como ainda da pessoa dos seus semelhantes, o que deu origem à escravidão. Sendo mais forte, o sexo masculino soube logo combinar a satisfação do desejo sexual com as vantagens da propriedade, collocando o sexo mais fraco cada vez mais sob a sua dependência e explorando-o. Eis como a mulher tornou objecto de venda, de compra e de troca, e que dava ao comprador a um tempo a satisfação do seu desejo sexual, uma escrava dócil e trabalhadeira e ainda uma procreadora de filhos, *i.e.*, uma fonte de novos trabalhadores.”¹³⁶

E de igual forma o deficiente foi excluído de sua condição de indivíduo, sem direito a ter uma identidade que

¹³⁶ FOREL, August. *A questão Sexual*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1928, p. 293.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

o permitisse ser reconhecido como sujeito de sua própria existência. Totalmente alijado do sistema formal, este ser não era nada, nem ao menos existia, uma vez que não era identificado.

O que se impõe hoje, a partir da noção contingente, contextualizada e relacional da identidade, é garantir que a multiplicidade e a diversidade sejam preservadas, que a cultura, como uma longa conversa entre partes distintas, permita que convivam sujeitos dos mais diferentes matizes. Em vez disso, quando a cultura local parece esgarçar-se como consequência da globalização, a afirmação de identidades duras parece funcionar, para muitos sujeitos, como elemento apaziguador que busca deter e solidificar a fluidez característica da época atual. Verificam-se, então, manifestações extremadas, em que nacionalismos, fundamentalismos, xenofobias, preconceitos, são ressuscitados e lutas sem fim são travadas em nome da preservação de identidades.

As identidades, que eram definitivas, tornaram-se temporárias. A diversidade cultural que o mundo apresenta hoje, as múltiplas e flutuantes identidades em processo contínuo de construção, a defesa do fragmentário, das parcialidades e das diferenças, trouxeram, como corolário, uma volatilidade das identidades que se inscrevem em uma outra lógica: da lógica da identidade para a lógica da identificação. Da estabilidade e segurança garantidas pelas identidades rígidas, à impermanência, mutabilidade e fluidez da identificação.¹³⁷

A relação da escola e das famílias na atualidade seria cômica se não fosse trágica. A família solta a criança para dentro do espaço escolar da mesma forma que se solta

¹³⁷ OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. *Identidade Cultural*. São Paulo: EDUSP, 2011.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

um animal no pasto alheio e em contra partida a escola solta a criança na rua da mesma forma que se solta um animal sem dono no beco. Souza sempre enfatiza em suas palestras que “os filhos que os pais confiam à escola não deixaram de ser filhos de seus pais, ao atravessarem os portões da escola, muito menos deixam de ser alunos da escola após o período letivo.”¹³⁸

A atual conjuntura educacional se fortalece no quesito de buscar uma harmonia para um ser em franco desespero; sem contar que deram à escola a missão de erradicar os problemas sociais milenares, seculares, oriundos de uma colonização feita com base na unilateralização de desejos e oportunidades.

As crises ambientais, humanas, as misérias sociais e antropológicas, a falta de perspectiva gerando criaturas que sem um devir, sem um amanhã, que, para ser alguém devem se chafurdar no mundo das drogas, da prostituição e quando algumas almas fadadas à miséria capital alcançam o poder não sabem como lidar com isto. Dizer que tudo isto é culpa da escola é dar-lhe um mérito acima do que realmente merece, mas que a construção desta cidadania deveria estar embasada em valores mais profundos passa pela re-estruturação do conhecimento como forma de se criar uma sociedade mais humana e mais voltada para a excelência humana.

Na atualidade falta uma identidade para as crianças que despertam em um mundo esdrúxulo se firmarem e pautarem seus preceitos de vida. Os educadores entram nas salas de aula para dizerem que não lhes interessa as condições de espírito, de seus alunos, se esquecendo que, depois dos pais ele é a primeira pessoa com a qual a criança formará um laço de amizade e confiança. Esta irá se

¹³⁸ SOUZA, Sérgio Rodrigues de. Comunicação pessoal à autora, 2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

espelhar em sua pessoa, em sua vida, seguirá uma carreira com base em seus ensinamentos, o que nos mostra que a responsabilidade social do docente vai além de transmitir conteúdos que muitas das vezes nem ao menos interessam ao aluno.

De forma que a proposta da educação inclusiva de colocar todos os alunos sob o mesmo espaço físico tem como pressuposto a ideia de que possam criar vínculos mais poderosos e adquirir uma identidade a partir do que é ser diferente. Uma vez que para o aluno portador de necessidades especiais os outros é que são diferentes dele e ele só é diferente na concepção dos outros. Mas ao se criar a ideia de uma identidade social sem perder a individual nasce a ideia de que todos possuem seus valores e suas qualidades e suas pungências.

O ser humano só se torna o que é quando em contato com seus semelhantes. Afastado do convívio social não há como ter uma identidade pessoal. É por este motivo que as propostas de inclusão têm trabalhado com afinco para integrar estes indivíduos ao sistema formal e regular de ensino.

12 DESAFIOS E PROPOSTAS PARA A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES MENTAIS NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD” (AFONSO CLÁUDIO)

Segundo Mrech, deverão ser privilegiados os seguintes aspectos na montagem de uma política educacional de implantação da chamada escola inclusiva:

1. Desenvolvimento de políticas distritais de suporte às escolas inclusivas;
2. Assegurar que a equipe técnica que se dedica ao projeto tenha condições adequadas de trabalho.
3. Monitorar constantemente o projeto dando suporte técnico aos participantes, pessoal da escola e público em geral.
4. Assistir as escolas para a obtenção dos recursos necessários à implementação do projeto.
5. Aconselhar aos membros da equipe a desenvolver novos papéis para si mesmos e os demais profissionais no sentido de ampliar o escopo da educação inclusiva.
6. Auxiliar a criar novas formas de estruturar o processo de ensino-aprendizagem mais direcionado às necessidades dos alunos
7. Oferecer oportunidades de desenvolvimento aos membros participantes do projeto através de grupos de estudos, cursos, etc.
8. Fornecer aos professores de classe comum informações apropriadas a respeito das dificuldades da criança, dos seus

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

processos de aprendizagem, do seu desenvolvimento social e individual.

9. Fazer com que os professores entendam a necessidade de ir além dos limites que as crianças se colocam, no sentido de levá-las a alcançar o máximo da sua potencialidade.

10. Em escolas onde os profissionais tem atuado de forma irresponsável, propiciar formas mais adequadas de trabalho. Algumas delas podem levar à punição dos procedimentos injustos.

11. Propiciar aos professores novas alternativas no sentido de implementar formas mais adequadas de trabalho.”¹³⁹

Disto tudo, depreende-se que os desafios colocados no quesito inclusão na Escola Jorge Haddad de Afonso Cláudio é pertinente às dificuldades encontradas no país como um todo.

A inclusão está ligada a todas as pessoas que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade. Mas os excluídos socialmente são também os que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade, os idosos, os negros e os portadores de deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Existem as leis específicas para cada área, como a das cotas de vagas nas universidades, em relação aos negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

¹³⁹ MRECH, Leny Magalhães. *O que é Educação Inclusiva?* São Paulo: Faculdade de Educação da USP, s.d.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Segundo Valadares é padrão a definição de “inclusão social” como sendo “o processo mais aperfeiçoado da convivência de alguém, tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste caso, a sociedade se prepara e se modifica para receber a pessoa portadora de deficiência, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura).”¹⁴⁰

Já Sassaki conceitua “inclusão social” como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.¹⁴¹

Disto se infere que “inclusão social” constitui, desta forma, um processo bilateral no qual as pessoas *[ainda excluídas]* e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Segundo Macnally “os problemas emocionais do deficiente mental são usualmente mal reconhecidos, primeiro porque habitualmente pensamos que são imunes a eles pelos seus déficits intelectivos. Em segundo lugar partimos de outra premissa errada de que o indivíduo pode ser somente deficiente mental ou apresentar outras patologias mentais, esquecendo que as duas categorias podem coexistir de maneira superponível. Em terceiro lugar, porque muitas vezes os sintomas psiquiátricos são interpretados como sendo decorrentes da própria deficiência mental. Alguns autores referem que quadros ansiosos são

¹⁴⁰ VALADARES, Antônio Carlos. *Inclusão social*: Projeto de Lei do Senado. Brasília, 2007.

¹⁴¹ Sassaki citado por VALADARES, Antônio Carlos. *Inclusão social*: Projeto de Lei do Senado. Brasília, 2007.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

mais frequentes em deficientes mentais que e não deficientes, baseados no fato de que o déficit intelectual aumenta as dificuldades educacionais e sociais, resultando em experiências emocionais aversivas, a partir das quais se observa a ansiedade.”¹⁴²

Disto infere-se que a agressão que, por vezes, acompanha estes indivíduos é uma forma de comunicação que procuram criar com o ambiente externo. Em conformidade Guimarães & Boruchovitch, defende que, “os estudantes que se sentem aceitos em seus diferentes relacionamentos desenvolvem uma orientação positiva em relação à escola, aos trabalhos e atividades escolares e aos professores. Crianças consideradas rejeitadas pelos colegas percebem a escola de modo significativamente desfavorável, faltam muito às aulas e apresentam níveis de desempenho mais baixos, comparadas às outras crianças mais integradas. A rejeição é relacionada a várias modalidades de estresse emocional, incluindo a solidão, a violência e o suicídio. Além disso, os comportamentos agressivos dos alunos que se sentem rejeitados na escola são os recursos que eles têm para tentar estabelecer ou manter relações com os demais membros daquele grupo.”¹⁴³

Certa vez um detento afirmou que “preferia viver na cadeia, porque ali era igual a todo mundo e, logo, era respeitado!”¹⁴⁴ Isto mostra que no processo inclusivo, o sujeito analisa se a sua aceitação naquele espaço se dá de forma a considerá-lo como sujeito ou como objeto. Muitas

¹⁴² MACNALLY, 1991 citado por ASSUMPÇÃO Jr., Francisco B.; SPROVIERI, Maria Helena. Deficiência mental – Novos Rumos. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2000, p. 64.

¹⁴³ GUIMARÃES, S. E. R.; BORUCHOVITCH, E. O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 9.

¹⁴⁴ SOUZA, Sérgio Rodrigues de. Comunicação pessoal à autora, 2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

pessoas confundem inclusão com inserção no meio social. Não basta fazer uma tradução literal da palavra e se achar que fez uma realização com equivalência de quintessência e deixar o sujeito à margem da sociedade que o acolhe para cumprir um protocolo judicial.

“Um problema psicossocial ou ambiental pode ser um acontecimento vital negativo, uma dificuldade ou deficiência ambiental, um stress familiar ou intrínseco, uma insuficiência no apoio social ou os recursos individuais, o outro problema relacionado com o contexto em que se tem desenvolvido alterações experimentadas por um indivíduo. Os denominados estressantes positivos, como uma promoção laboral, só deve fazer-se constar se constitui um problema ou conduzem a ele, como quando uma pessoa tem dificuldades para adaptar-se a uma situação nova. Além de desempenhar um papel no início ou agravamento de um transtorno mental, os problemas psicossociais também podem aparecer como consequência da psicopatologia, ou podem constituir problemas que devem ser levados em consideração no planeamento de uma intervenção terapêutica geral.” (DSM IV, 1995, p.51).¹⁴⁵

A proposta da inclusão social veio com o intuito de orientar a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das pessoas

¹⁴⁵ No original: Un problema psicossocial o ambiental puede ser un acontecimiento vital negativo, una dificultad o deficiencia ambiental, un estrés familiar o interpersonal, una insuficiencia en el apoyo social o los recursos personales, u otro problema relacionado con el contexto en que se han desarrollado alteraciones experimentadas por una persona. Los denominados estresantes positivos, como una promoción laboral, sólo deben hacerse constar si constituyen un problema o conducen a él, como cuando una persona tiene dificultades para adaptarse a una situación nueva. Además de desempeñar un papel en el inicio o exacerbación de un trastorno mental, los problemas psicosociales también pueden aparecer como consecuencia de la psicopatología, o pueden constituir problemas que deben tomarse en consideración en el planeamiento de la intervención terapéutica general (DSM IV, 1995, p. 51).

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

que se encontram marginalizadas na sociedade civil [democrática] (*sic*).

Este pressuposto consiste em criar mecanismos que adaptem os que estão excluídos, ou seja, os que não se enquadram nos moldes objetados pelo sistema dominante aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de alguns deles, criar-lhes sistemas especiais em que possa, participar ou "tentar" acompanhar o ritmo dos outros. Tem sido prática comum deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas marginalizadas mencionando direitos inerentes às mesmas, abrangendo todos os direitos de forma generalizada, embrulhando-os, sem maiores cuidados em mostrar detalhadamente estes.

O primeiro e grande aspecto que se peca na inclusão é na preparação de um profissional específico para lidar com o sujeito portador de necessidades especiais. Todo o corpo docente e discente da unidade deve ser treinado para receber o colega e aluno. E com isto, a proposta não é criar pessoas compreensivas com o sujeito, mas sujeitos que compreendam a deficiência que assola aquele indivíduo e busquem formas conjuntas de solucionar e [ou] amenizar um problema.

E, desta forma, espera-se que os agentes sociais se empenhem em modificar suas estruturas e serviços oferecidos, abrindo espaços conforme as necessidades de adaptação específicas para cada pessoa a ser incluída e, assim, possa interagir naturalmente na sociedade. Todavia, este parâmetro não resolve uma questão que se tornou paradigmática.

Desta forma é proposto o paradigma da inclusão social. Tomando por paradigma a concepção de Khun onde diz que “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma,

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

e define o estudo dos paradigmas como o que prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica na qual atuará mais tarde.”¹⁴⁶

Definir inclusão social é um aspecto relevante, onde se pode ter em mente que o trabalho só tem começo e nunca um fim determinado. Este paradigma consiste em tornar toda a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e inteligências na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades. Por este motivo, os includentes (adeptos e defensores do processo de inclusão social) trabalham para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns e atitudes em todos os aspectos, tais como educação, trabalho, saúde, lazer.

Entre os principais desafios para realizar-se uma efetiva inclusão na Escola Jorge Haddad, encontram-se:

- ✓ Resistência de alguns professores em aceitar alunos portadores de deficiência em suas salas de aula;
- ✓ Indisciplina dos alunos deficientes;
- ✓ Falta de compromisso de alguns pais em participar do processo de inclusão e educação de seus filhos;
- ✓ Falta de capacitação e conhecimento das leis para os professores que trabalham com turmas que tem algum aluno com deficiência;

¹⁴⁶ KHUN, Thomas. *Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 230.

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)

✓ Falta de comunicação dos professores capacitados para com o restante do corpo docente (ex: adaptação de provas, legislação...).

A Constituição Federal de 1988, reza em seu artigo 208, inciso III que,

“**Art. 208.** O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: **Inc. III** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”¹⁴⁷

Mas, observa-se que a redação da carta diz que o atendimento será feito *preferencialmente* nas escolas de ensino regular e não obrigatoriamente. Isto leva a crer que para atender aos educandos portadores de deficiências mentais a entidade deve estar emparelhada tanto técnica quanto profissionalmente, a fim de evitar que o processo de inclusão destes indivíduos seja meramente *pro forma*. Isto tudo acaba resultando em uma educação fajuta e mascarada porque tem-se um professor resistente ao aluno devido ao fato de ter-se um sistema despreparado para receber este aluno e dar o apoio técnico e psicológico adequado a ambos. Para isto dever-se-ia montar uma estrutura que permitisse a toda a equipe escolar ser preparada para receber estes alunos e manter a sua presença com um nível de qualidade de vida social e educacional. Porque não é só os professores que resistem em trabalhar com alunos deficientes; os colegas também não querem, a coordenação da escola também não quer; as outras famílias, idem e no fim o indivíduo percebe que ele está ali *a fortiori*, o que acaba por gerar a indisciplina, que

¹⁴⁷ BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

nada mais é que a forma abstrata que ele concretizou para ser visto, para ser reconhecido, para ter alguém dirigindo-lhe um olhar.

“A deficiência intelectual é algo indesejável, sempre acompanhada de sofrimento e vergonha, e a ida para a classe especial implica o reconhecimento da deficiência intelectual em si, cujo limiar tênue com a loucura está colocado na escola. Paulatinamente, as egressas foram convencidas de sua incapacidade pelas baixas expectativas sobre elas referendadas, traduzidas pela qualidade de ensino oferecida ao longo de seu processo de escolarização. Há um processo de desumanização e coisificação em um contexto social marcado pela desigualdade e pelo desrespeito histórico às pessoas das classes trabalhadoras dependentes do sistema público de saúde e de educação, bem como de outros serviços públicos que, pela ineficiência, invertem a lógica de que algo que é um direito torna-se um favor.”¹⁴⁸

De forma que incluir sem excluir é uma das tarefas mais árduas a que pode se submeter um agente social, pois quando se traz alguém para o meio de outros, acaba por se expor sua situação e sua condição de excluído, o que até aquele sagrado momento era algo inerente a si próprio, seu segredo pessoal. E nem sempre as pessoas se sentem confortáveis quando tem sua vida pessoal invadida; funciona *[mais ou menos]* como uma violação, um estupro social praticado em nome de um paradigma. E é desta forma que os guetos *[que no Brasil são comparados às comunidades reunidas nas favelas]* acabam por se formar, criar uma identidade própria, com suas regras e cânones.

¹⁴⁸ AMARAL, Tatiana Platzer do. O processo de escolarização e a produção de subjetividade na condição de aluno com deficiência mental leve. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Orgs). *Tornar a educação Inclusiva*. Brasília, UNESCO, 2009, p. 137.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

As famílias acabam por abdicar da responsabilidade de cuidar destas crianças e relegam o problema à escola, não querendo se comprometer com a vida de seus filhos tão logo adentrem os muros da escola. Isto dificulta o trabalho porque a escola não é entidade filantrópica e nem de ação social; ela caracteriza-se por ser um centro de ensino formal e para tanto tem que prestar contas de seus resultados. Quando a Constituição Federal de 1988 estipula a Gestão democrática ela o faz como um veículo de mão dupla; o compromisso com a educação dos indivíduos é tanto responsabilidade do Estado quanto da Família. O primeiro passo para a interação positiva entre educador e educando é, sem dúvida, o conhecimento da comunidade de onde vem este indivíduo, que perspectivas ele traz, o que espera do hoje e do amanhã. A família e a escola são dois elementos muito importantes na socialização do indivíduo na medida em que ambos influenciam diretamente na educação do mesmo, contribuindo para a sua realização pessoal e concretização dos seus projetos ao longo da sua vida.

A escola e os seus adeptos necessitam compreender melhor as deficiências inerentes ao ser humano e analisar diferentes atitudes face às dificuldades de aprendizagem que poderão surgir em decorrência dessa deficiência. Vamos refletir também sobre algumas atitudes dos educadores diante de alunos com necessidade educacional especial. Mostraremos o desenvolvimento de criança surda a partir das interações e relações do meio social e cultural ao qual está inserida, pois entendemos que é com base nas relações que o ser humano se desenvolve.

O papel das famílias é determinante para a inclusão de alunos portadores de deficiência mental. Faz-se de suma relevância identificar as dificuldades vivenciadas pelas famílias na inclusão de alunos portadores desta deficiência; analisar a percepção dos professores em relação ao papel

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

da família na inclusão de alunos portadores de deficiência mental; conhecer a percepção dos pais acerca dos benefícios da inclusão de alunos portadores da referida deficiência no ensino regular e conhecer a percepção dos pais acerca do seu papel na inclusão escolar dos seus filhos.

De igual forma, faz-se urgente superar as ideias preconceituosas de que temos que “tolerar” as pessoas com deficiência na escola comum, enturmando-os por categorias e atribuindo a eles a responsabilidade pelo fracasso e incapacidade de acompanhar o ensino comum. Sob outro aspecto, a inclusão se afetivará dentro de um novo paradigma, “considerando cada aluno o resultado da multiplicação infinita das manifestações da natureza humana e, portanto, sem condições de ser encaixado em nenhuma classificação artificialmente atribuída.”¹⁴⁹

Muitas vezes, a rejeição do professor quanto à ideia de inclusão se dá justamente por não se sentirem preparados para enfrentar esse grande desafio. Por isso a formação dos professores deve merecer atenção especial, os professores precisam ser orientados de como lidar com os alunos com deficiência e os demais. Para ensinar a todos com qualidade, é imprescindível que se esteja aberto a aprender e a inovar sempre. E para ajudarem a enfrentar esse desafio o papel das famílias é determinante na inclusão de alunos portadores de deficiência mental. A inclusão deve ser feita não só pelo fato de ser um dos direitos do homem, mas também pelo princípio da igualdade e oportunidade para todos, a estas crianças, jovens e adultos portadores de deficiências que merecem e precisam de uma atenção especial. O primeiro passo para a interação

¹⁴⁹ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Ser ou Estar, eis a Questão*: explicitando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 2005, p. 2.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

positiva entre a escola e a comunidade é, sem dúvida o conhecimento da comunidade por parte da escola e vice-versa, pois a família e a escola são dois elementos muito importantes na socialização do indivíduo na medida em que ambos influenciam diretamente na educação do mesmo, contribuindo para a sua realização pessoal e concretização dos seus projetos ao longo da sua vida.

Cabe ao cientista social fazer sua parte no trabalho de inclusão, recorrendo aos sujeitos da ação e lhes mostrando ambos os lados da situação a que se propõem a enfrentar. E até que ponto quer ser exposto e as suas condições individuais. Mas agrega-se a isto tudo, o despreparo das instituições de ensino superior, dos acadêmicos, dos profissionais de educação e dos legisladores. Forma-se neste ínterim uma convenção de ideias muito bonitas, leis de alto cunho humanístico voltados para uma escola, totalmente, caduca, despreparada, tanto filosoficamente, juridicamente, tecnicamente e centrada sobre seu próprio umbigo.

As instituições têm que incluir, sustentar, acompanhar, apoiar, enriquecer e oferecer tudo o que essa pessoa necessita em sua singularidade para ter êxito no objetivo educativo de integrar este novo ambiente, que *a priori* é um inimigo em potencial, que o está despindo de uma situação desagradável, mas que ele domina para outra agradável aos olhos de quem oferece, mas que o sujeito desconhece, ou seja, *a priori* é-lhe hostil. E, na sociedade atual onde predomina a competição e o egoísmo, valores que tornam mais difícil a aceitação de quem está fora dos padrões exigidos pela sociedade, e até de quem não têm o fator da empatia e a hipocrisia de conformar-se com um sistema decadente. Essa busca pela inclusão de todos é uma luta contínua, onde os que estão sendo incluídos devem sentir-se integrados e os demais não têm que

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

sentirem-se excluídos e devem ser “olhados” da mesma forma; o que leva a uma relevância de que há uma ilusão a respeito da inclusão. A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão.

Preocupa-se, tão somente, com o aluno, não fazendo qualquer menção ao educador e o aparato de que ele irá necessitar para bem realizar sua tarefa com clareza e sapiência. No dia em que o ano acaba que o professor se vê “livre” do aluno especial, a sua primeira frase é “Graças a Deus!” Nunca mais eu quero passar por isto de novo. Ou seja, para ele agora é a vez de um colega seu passar por aquela situação. Recusa-se até mesmo a falar sobre o assunto, como se fosse um ato blasfemo.

Inclusão é realmente um assunto bem complexo, pois as dificuldades são muitas e elas não são só na escola, mas há também dificuldades por parte das famílias, da sociedade, e, se por um lado encontramos dificuldades para lidar com o assunto, por outro lado podemos perceber que os avanços com relação ao atendimento a pessoas em condições de vulnerabilidade evoluíram muito desde a era pré cristã, onde estas eram perseguidas e eliminadas, passando por fases de negligência total, atendimento por caridade, atendimento institucionalizado, mas separados dos “ditos normais”.

Deve-se concordar com Lázaro Chaves quando afirma que “o Estado brasileiro falha diante de seus cidadãos, do berço à sepultura. Más condições de educação e saúde, de moradia, de sobrevivência material mesmo, acabam por reduzir o ser humano à situação desesperadora de louco desviante em muitos casos. Se o Estado brasileiro é o maior responsável pela elevação no índice de exclusão, particularmente tendo em vista a brutal e dificilmente equiparável, em escala planetária, concentração de renda, o

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Estado brasileiro carece de condições morais para dizer quem está ou não excluído do sistema. Montar uma fábrica de desesperados e, para *solucionar*, montar uma máquina doadora de esmolas para desesperados não parece racional.”¹⁵⁰

As propostas devem existir, porque a inclusão veio para ficar. Mas sem um preparo adequado por parte do sistema educacional, a tarefa será longa e árdua. Para a escola Jorge Haddad, a proposta seria capacitar todos os integrantes da unidade, desde o motorista que realiza o transporte até o coordenador geral. Com isto todos saberiam o que é deficiência, e em especial a deficiência mental. Realizar palestras com especialistas no assunto e também relatos de familiares que convivem com o problema.

No aspecto educacional, designar um professor especializado para acompanhar o titular na sala de aula, porém, prestando assistência a todos os alunos e não em especial apenas àquele(s) que possuem necessidades de atendimento individualizado. Isto acabaria com o problema do ano seguinte, que é um caos em qualquer escola. A professora se assusta com o aluno no primeiro dia de aula, bem como a turma inteira; quando ela consegue a um custo elevadíssimo para todos, conquistar a amizade e a confiança do educando especial, já é hora de trocar de série e de professora e o ciclo vicioso segue sua marcha inevitável.

Com esta proposta, a professora auxiliar acompanharia o/s alunos portador/es de necessidades especiais, o que resultaria em empatia, uma vez que ambos já haviam formado vínculos afetivos sólidos.

¹⁵⁰ CHAVES, Lázaro Curvelo. *A Questão da Pena de Morte*. 24/02/2007. In: LCC Publicações.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Bruno Bettelheim escreveu que, “hoje, como no passado, a tarefa mais importante e também mais difícil na criação de uma criança é ajudá-la a encontrar significado na vida. Muitas experiências são necessárias para se chegar a isso. A criança, à medida que se desenvolve, deve aprender passo a passo a se entender melhor; com isto torna-se mais capaz de entender os outros, e eventualmente pode relacionar-se com eles de forma mutuamente satisfatória e significativa. Para encontrar um significado mais profundo, devemos ser capazes de transcender os limites estreitos de uma existência auto centrada e acreditar que daremos uma contribuição significativa para a vida _ senão imediatamente agora, pelo menos em algum tempo futuro. Este sentimento é necessário para que uma pessoa possa estar satisfeita consigo mesma e com o que está fazendo. Para não ficar à mercê dos acasos da vida, devemos desenvolver nossos recursos interiores, de modo que nossas emoções, imaginação e intelecto se ajudem e se enriqueçam mutuamente. Nossos sentimentos positivos dão-nos força para desenvolver nossa racionalidade, só a esperança no futuro pode sustentar-nos nas adversidades que encontramos inevitavelmente.”¹⁵¹

Assim, este autor quis afirmar que, a missão do adulto é auxiliar a criança a atravessar a fase de adaptação e compreensão/assimilação do mundo que a cerca. E este caminho só será realizado em sua plenitude quando ela sentir-se segura e protegida por seus pares.

Neste sentido, “as relações de mediação feitas pelo professor durante as atividades pedagógicas devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão,

¹⁵¹ BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 21. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 28.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marca a relação do aluno com o objeto do conhecimento, como também afeta a sua auto-imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões.”¹⁵²

A aprendizagem só se efetiva tendo como fundamento a afetividade. E Sullivan complementa dizendo que um professor afetivo ‘poderá’ abrandar os efeitos causados por pais ausentes, porém, um professor carrasco irá, sem nenhuma dúvida, destruir um trabalho de pais amorosos e afetuosos.

As alternativas que a escola deve buscar é trazer toda a comunidade para junto da escola e promover, de forma, efetiva, a gestão democrática. Pois de todos os tópicos desafiante citados acima, resumem-se em pouquíssimas linhas: falta de envolvimento e comprometimento com a solução do problema.

Segundo Gadotti, “a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola: o seu “ensino”. Isto porque a participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores. O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito da sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida. Passamos muito tempo na escola, para sermos meros clientes dela. Não há educação e

¹⁵² TASSONI, Elvira Cristina Martins; LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 262-271, maio/ago. 2013, p. 267.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.”¹⁵³

Mas, Gadotti salienta, ainda, que “a gestão democrática da escola exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.”¹⁵⁴

De forma que subentende-se que os desafios e as propostas de solução tem o mesmo canal de trabalho. Considerando que o sistema de ensino brasileiro é seletivo e excludente, é somente pela união de forças em prol da inclusão real e absoluta que esta se fará real e presente nas escolas.

Da forma como as coisas caminham, a escola acaba por contribuir com a violência explícita contra os portadores de necessidades especiais. A ignorância de todo o corpo docente acerca do funcionamento da mente humana, em especial daqueles que possuem uma deficiência qualquer é outro fator que afasta a solução da escola. Teme-se aquilo que se desconhece, portanto, a inclusão de portadores de deficientes mentais na Escola Jorge Haddad perpassa pela aquisição de conhecimentos sobre a doença, as deficiências

¹⁵³ GADOTTI, Moacir. *Gestão Democrática e Qualidade de Ensino*. In: 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. 28 a 30 de julho de 1994 - Minascentro, Belo Horizonte – MG, p. 2.

¹⁵⁴ Idem, p. 3.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

em suas múltiplas formas e pelo comprometimento de toda a comunidade escolar em prol da solução do problema. E quando refere-se a toda a comunidade, não diz-se apenas das pessoas que possuem filhos agregados à entidade, os Conselhos de ordem social, o Ministério Público, os agentes de saúde, os ESF's, também devem comprometer-se com esta causa. Porque se a educação é um atributo capaz de tornar o indivíduo autônomo, ou seja, capaz de lidar sozinho com as querelas da vida; presume-se que este indivíduo jamais poderá ser autônomo, no sentido *strictu*. Pois, tão logo ele deixe a entidade escolar ele dependerá de outra e outra para realizar seu processo de alteridade. Por este motivo que a inclusão deve ser vista como um processo científico-social e não uma causa apaixonada realizada a *fortiori e pro forma*.

De forma que a proposta colocada para a inclusão de deficientes mentais na Escola Jorge Haddad é para que a sociedade seja incluída neste processo de inclusão que implica na formação da alteridade.

CONCLUSÃO

A inclusão de portadores de necessidades especiais e mais especificamente os que possuem deficiências mentais é uma tarefa que demanda muito aprofundamento técnico-científico e principalmente dedicação e estudos. Há que conhecer as deficiências em suas peculiaridades e em maior grau as capacidades cognitivas humanas e suas potencialidades frente às exigências do mercado de trabalho.

Quando se analisa o que deveria ser feito nota-se que as longas distâncias percorridas desde a pré-história clássica até os dias atuais são voltas dadas em círculos as quais não se acrescentou nenhum valor humano real ao alcançado. Observa-se muito mais eufemismo do que construções sociais de relevância.

De forma que conclui-se que incluir é trazer o indivíduo para o meio que ele se sinta bem fazendo parte, ou seja, deve-se buscar criar uma autonomia em que o próprio envolvido tenha o poder de decidir e ninguém até agora parou para questionar se estas pessoas estão satisfeitas com o alcançado até o momento e o que eles esperam de mais ou de menos.

Com os avanços nas áreas de cognição e neurologia, descobrindo e abrindo novas possibilidades e oportunidades epistemológicas as perspectivas de que a inclusão de deficientes mentais venha a ser tratada com menos distância e mais cientificidade já começa a vislumbrar.

Na Escola Estadual Jorge Haddad, há ainda muitos desafios a serem enfrentados e vencidos, sendo o mais grave deles a falta de comprometimento da equipe gestora, a equipe pedagógica e a comunidade. Este é um tripé sobre o qual se apóia a gestão democrática escolar e sobre a qual

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

todas as oportunidades de vencer este estigma social deve estar apoiados.

A gestão democrática garantida em lei e obrigatória desde a CF88, sendo reforçada na LDB 9394/96 é o suporte efetivo para realizar-se uma efetiva inclusão na referida escola. Isto porque junto com ela vem arraigada a ideia de pertencimento da família, da comunidade, a formação dos conselhos e sua efetiva participação tende a contribuir para que a inclusão destes indivíduos deixe de ser *pro forma*.

Estes aspectos de que professores resistem a receber alunos deficientes mentais sem suas salas porque bagunçam a aula é sempre motivos de questionamentos. A saber que aulas chatas e sem conteúdo vai gerar desequilíbrio em toda e qualquer turma. O deficiente mental, se for idiota irá perturbar a aula porque não atendendo ao exigido pela professora quer chamar a sua atenção para que seja revisto o nível da tarefa e muitas das vezes todos os seus colegas considerados ‘normais’ estão na mesma situação de ignorância que ele mas falta-lhes coragem para revoltarem contra um sistema opressor. Quando o deficiente é um superdotado, a desculpa para o professor é que seus colegas não têm o seu nível e ele acabando primeiro perturba e incomoda. Neste caso, a professora pode fazer deste aluno um monitor e auxiliador de seus colegas. Já no caso do retardado, ela pode delegar a função de auxiliá-lo a um aluno mais adiantado e que consigam formar vínculos.

Os pais têm que compreender que à escola cabe ensinar as condições básicas de desenvolvimento do educando para viver em sociedade, mas em hipótese alguma, ela pode assumir a tarefa que é delegada naturalmente à família que é de cuidar da criança e responsabilizar até a sua completa maturidade, até a sua completa autonomia. No caso do deficiente mental, esta responsabilidade se prolonga até enquanto durar sua vida,

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

criando uma confusão antropológica acerca do que é ser autônomo.

Quando se coloca que os professores estão despreparados para desempenhar a função de trabalhar com portadores de deficiência, tem-se de levar em conta que todo o sistema está desprovido de aparatos para realizar esta tarefa. A escola ainda é um local onde se ensina à mesma maneira de eras pré-históricas. Prega-se uma coisa, faz-se de maneira totalmente adversa.

O aluno já sai mal preparado da academia, pronto e louco para mostrar resultados, de forma alguma para entender que o outro que está a sua frente é alguém, com um tempo e um modo de aprender distinto e que merece ser respeitado. Este indivíduo é mal preparado tanto técnica quanto humanisticamente; logo esperar que a escola torne-se inclusiva com esta equipe míope é querer demais.

Mas, de tudo o que gera um efeito lastimável no processo de inclusão é a ausência de formação de uma equipe gestora que tenha os mesmos objetivos. Quando a gestão não cria um ambiente cooperativo entre os pares e que busquem todos os mesmos objetivos, deixando de lado os modismos, o eufemismo e as desavenças pessoais o trabalho de inclusão fica à mercê do acaso e as crianças à mercê da situação ridícula de estarem ali por força da lei. Sentem que não são bem vindas no espaço e a saída é fomentar a bagunça e a desordem.

Mas, as buscas por soluções perpassam pela formação técnica, humanística, filosófica não só dos professores como de toda a equipe escolar. Ao usar o modelo português de colocar um professor auxiliar na sala de aula onde se encontra um aluno portador de necessidade especial, a ideia é promover suporte ao professor titular e não, especificamente, ao aluno deficiente. O auxiliar vai trabalhar dando suporte a todos os educandos. Logo, a

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

inclusão será efetivamente inclusiva e não terá o poder de realçar as deficiências de um ou outro dado aluno.

Quando se propõe promover a inclusão de deficientes mentais, deve-se trabalhar toda a clientela escolar e deixar espaço para que os colegas apresentem suas dúvidas. As deficiências mentais que, até bem pouco tempo foram tratadas como loucura, carrega m si um estigma de repúdio social. Daí o medo dos colegas por acreditarem que pode ser contagiosa e dos pais por crer que estas pessoas são agressivas. A agressividade que daí advém é que ao serem excluídas tornam-se nervosas e não compreendem o motivo do afastamento de seus colegas.

De forma que ainda necessitam de muitos estudos acerca das deficiências mentais e formas de incluir nas atividades escolares as descobertas trazidas pelos neurologistas do funcionamento do cérebro humano e maneiras de se trabalhar as diferentes competências de Perrenoud e as Múltiplas Inteligências de Gardner.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. Ed. Unesco [doações institucionais].

AINSCOW, Mel. *Processo de Inclusão é um processo de aprendizado*. CRE Mario Covas/SEE-SP. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/ein_l.php?t=001. Acessado em 01/02/2012.

ALVES, Cristina Nacif; PAULINO, Marcos Moreira. *Problematizando as representações em torno do conceito de “inclusão”*. Rio de Janeiro: UFRJ, s.d.

AMARAL, Tatiana Platzter do. O processo de escolarização e a produção de subjetividade na condição de aluno com deficiência mental leve. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (Orgs). *Tornar a educação Inclusiva*. Brasília, UNESCO, 2009.

AMARO, Rogério Roque. As Dimensões da Exclusão Social. In: *Cadernos do ISTA*, N.9. [s.d.]

AQUINO, J. Groppa (org.). *Diferenças e Preconceitos na Escola*. São Paulo, Summus, 1998.

ASSUMPÇÃO Jr., Francisco B.; SPROVIERI, Maria Helena. *Deficiência mental: Novos Rumos*. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2000.

BALLONE, G. J. Deficiência Mental. In: *PsiquWeb*, Internet, disponível em <<http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>> revisto em 2003

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Id.. A escola comum diante da deficiência mental. In: GOMES, Adriana L. Limaverde *et all.* *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Mental*. SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – Curitiba: Gráfica e Editora Cromos, 2007.

BATISTA, Marcus Welby; FIORIM, Sônia Regina. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Revista Estudos de Psicologia*, 2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386.pdf. Acessado em 01/02/2012.

BATISTA, M.; EUNUMO, S. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação entre companheiros. In: *Revista Estudos de Psicologia*. Vol. 9, nº 1, 2004.

BOCK, Ana Mercês B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

BOCK, Ana Mercês B; GONÇALVES, Maria da G; FURTADO, Odair (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, Ana Mercês B. Psicologia da educação: cumplicidade ideológica. In: ANTUNES, Mitisuko Aparecida; MEIRA, Marisa Eugênia Medillo, *Psicologia escolar: teorias críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BOOTH, Tony. et alii. *Index for Inclusion: developing learning and participation in schools*. Bristol: CSIE, 2000.

BRAGA, Djalma Aranha; Jorge, Renata Silva. *Síndrome de Savant: relato de caso e revisão da literatura*. Disponível em: [www.revistamedicaanacosta.com.br/8\(4\)/artigo_3.htm](http://www.revistamedicaanacosta.com.br/8(4)/artigo_3.htm). Acessado em 01/02/2012.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024*, de 20 de dezembro de 1961.

Ibid.. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692*, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. *Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências*. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC, 1994.

Id.. *Decreto Nº 3.956, de 8 de Outubro de 2001*. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

Id.. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007.

Ibid.. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394*, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990.

Id.. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

Id.. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Ibid.. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Ibid.. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Ibid.. Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000.

Ibid.. LEI N.º 7.853, de 24 de outubro de 1989.

*Ibid.. Marcos Político-Legais da Educação Especial na
Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2010.*

BRASIL, MEC. *Declaração Universal dos Direitos Humanos.*
Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da
Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro
de 1948.

*Id. Declaração Mundial sobre Educação Para Todos. Plano
de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de
Aprendizagem. Aprovada pela Conferência Mundial sobre
Educação para Todos. Jomtien, Tailândia - 5 a 9 de março
de 1990.*

*Id.. Lei de diretrizes e Bases na Educação Nacional – Lei nº
9.394. Ministério da educação, Brasília, 1996.*

*Id.. Convenção da Organização dos Estados Americanos.
Decreto nº 3.032. Guatemala, 1999.*

*Id.. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial.
Brasília, 1994.*

*Id.. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na
Educação Básica. Brasília, 2001.*

*Id.. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172. Brasília,
2001.*

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Id.. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2008.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

Id.. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. São Paulo: Revista Temas em Desenvolvimento, 2001.

BURGER, Jerry. Sob ordens, fazemos o mal sem refletir. In: *Revista Época*, n. 557; 19 de janeiro de 2009. Rio de Janeiro: Editora Globo.

CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão a Inclusão – Uma Longa Caminhada. IN: MOSQUERA, J. M. e STOBASUS, C. (Org.) *Educação Especial: Em Direção a Educação Inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, Rosita E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Id.. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASARIN S. Reflexões sobre escola: discussões preliminares sobre um caminho. In: MANTOAN, M. T. E. (org). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC. São Paulo, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*, 1941. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAVES, Lázaro Curvelo. *A Questão da Pena de Morte*. 24/02/2007. In: LCC Publicações.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E.

CONSTITUIÇÃO do Estado do Espírito Santo (1989). Elaboração e organização: Secretaria Geral da Mesa, Procuradoria Geral, Diretoria Legislativa da Mesa Diretora, Diretoria Legislativa de Documentação e Informação e Diretoria Legislativa de Redação. Vitória - ES. – 11 de Outubro de 2006. seção ? : Da Educação.

COSTA, Mariana Cardoso Meireles da. *A Educação Inclusiva em uma Unidade do Colégio Pedro II: Um Estudo de Caso*. (Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Pedagogia). Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *O que é inclusão?* CRE Mario Covas/SEE-SP. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/ein_l.php?t=001. Acessado em 01/02/2012.

D'ANGELO, Carlos. *Crianças Especiais: Superando a diferença*. 2. Ed. São Paulo: EDUSC, 1998.

DA SILVA, Sergio Antonio; TASSONI, Elvira Cristina Martins. *A Afetividade em Sala de Aula*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

ESPECIAIS. Salamanca [Espanha], 1994. Editada pela UNESCO.

ESTEBAN, Maria Tereza. *Repensando o Fracasso Escolar. O Sucesso Escolar: um desafio pedagógico*. Cadernos Cedes. São Paulo: Papirus, 1992.

FERREIRA, J. Políticas e práticas de educação inclusiva. In: GÓES. *Políticas e práticas de educação inclusiva*. Campinas: Associados, 2004.

FERREIRA J. R.; MENDES E. G.; NUNES, L. R. O. P. Integração e inclusão: o que revelam as teses e dissertações em educação e psicologia. In: NUNES, F. P. S. *Inclusão educacional: pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FLETCHER, A. *Ideias básicas em apoio ao dia internacional das pessoas com deficiência*: 3 de dezembro. Tradução de Romeu Kazumi Sassaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996.

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein*. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FOREST, M. PEARPOINT, J. Inclusão, um panorama maior. In: MANTOAN, M. T. E. (org). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC. São Paulo, 1997.

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)

FOUCAULT, Michel. *Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, s.d.

Id.. *Historia de la locura en la época clásica*. Colômbia: FCE, 1998.

Id.. *A verdade e as formas jurídicas 2*. Ed. Rio de Janeiro: PUC, 2001.

FOREL, August. *A questão Sexual*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1928.

FRANKL, Victor. A Vida tem Objetivo? In: *Revista Despertar*. São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados Editora, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Ibid., 2003.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREITAS S. N. O.; OSÓRIO, A.; PRIETO, R. G. E. *Impacto da declaração de Salamanca nos estados brasileiros: dez anos de aprovação, implantação e implementação*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

FREUD, Sigmund (1914-1916). *Luto e Melancolia*. In: Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Vol. XIV.

GADOTTI, Moacir. *Gestão Democrática e Qualidade de Ensino*. In: Iº Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público. 28 a 30 de julho de 1994 - Minascentro, Belo Horizonte - MG

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)

GLAT, R. *Questões atuais em educação especial. A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

GONÇALVES; Maria Célia da Silva (org.). *Pré-História e História Antiga*. Paracatu: FINOM, 2009.

GONZALEZ TORRES, J. A. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GRÜSPUN, Haim. *Distúrbios Psiquiátricos da Criança*. São Paulo: Fundo editorial Prociex, 1961.

GUIMARÃES, S. E. R.; BORUCHOVITCH, E. O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Campinas: UNICAMP, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

Ibid. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HEGEL, Friedrich W. *Vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 2001.

<http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB0201.doc>

IDE, S. M. Integração do Deficiente Mental: algumas reflexões. In: MANTOAN, M. T. E. (org). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC. São Paulo, 1997.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

Id.. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JANNUZZI, G. de M. *A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JARDÉ, A. *A Grécia antiga e a vida grega: geografia, história, artes, religião e vida pública e privada*. São Paulo: EDU/EDUSP, 1977.

JIMÉNEZ, R. B. *Necessidades educacionais especiais*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

KASSAR, M. C. M. Práticas pedagógicas e o acesso ao conhecimento: análises iniciais. In: MANZINI, E. J. *Inclusão e acessibilidade*. Marília: ABPEE, 2006.

KHUN, Thomas. *Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

lccpublicações.com.br

LDB. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*: Lei N 9394/96, apresentação Esther GROSSI. 2 ED. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. Cap.5, p.39-40.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL 9394/96.

LEI ORGÂNICA Municipal de Afonso Cláudio (ES). Capítulo 2: *Da Educação*. Sancionada em 31 de março de 1990.

LEVITT, Sophie. *Habilidades Básicas: Guia para o Desenvolvimento de Crianças com Deficiência*. São Paulo: Papirus, 1997.

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Cortez, 2001.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

LUCK, H. *A Gestão Participativa na Escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

MADER, Gabrielle. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *A Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Ser ou Estar, eis a Questão*: explicitando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, M. T. E. (org.). Vários autores. *A integração de pessoas com deficiência*: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. Editora SENAC. São Paulo, 1997.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. DSM-IV. 4. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MANUAL DIAGNÓSTICO Y ESTADÍSTICO DE LOS TRASTORNOS MENTALES. DSM - IV. Barcelona: Masson S.A., 1995. (Versión española)

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: MEC/EPU Ltda., 1975.

MARTINS, L. de A. R. Integração escolar do portador de síndrome de Down: um estudo sobre a percepção dos educadores. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 3, nº. 5, p. 73-85, Piracicaba, 1999.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil*: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

Id.. Pressupostos teóricos e filosóficos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Palestra

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

proferida no I Seminário de Educação Inclusiva no Distrito Federal. Brasília, 1998.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MRECH, Leny Magalhães. *O que é Educação Inclusiva?* São Paulo: Faculdade de Educação da USP, s.d.

MORIN, Edgar. *Los Desafíos Éticos del Desarrollo*. Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, ARGENTINA, 5 y 6 de Septiembre de 2002.

MULLAHY, Patrick. *Édipo: Mito e Complexo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MÜLLER, T. M. P. & GLAT, R. *Uma professora muito especial*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1999.

NOGUEIRA, T. *Por que tão poucas?* In: Revista Época, n. 488; Rio de Janeiro: Editora Globo, setembro 2007.

NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. *Identidade Cultural*. São Paulo: EDUSP, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Direitos do Deficiente Mental*. Proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971

ORRÚ, Silvia Ester. *Autismo, Linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)

OS 100 DIAS que mudaram o mundo. São Paulo: Editora Abril, 2005.

PASSOS. M. C.; POLAK, P. M. A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família. In: *Mental*. Ano II, n. 3. Barbacena: FUPAC, 2004.

PEREIRA BARRETO, L. *Soluções Positivas da Política Brasileira*. São Paulo: Escala, 2007.

PEREIRA DA SILVA, G. *Enciclopédia de Psicologia e Psicanálise*. Vol.1: Para compreender Freud. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1968. 6 vol.

PERRENOUD, Phillippe. *Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PESSOTI, Isaías. *Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984.

PLETSCH, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza; GLAT, Rosana. O Papel da Educação Especial no Processo de Inclusão Escolar: A Experiência da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. In: *29ª Reunião Anual da ANPED – Educação, Cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos*. Caxambu/MG, 15 a 18 de outubro, 2006.

REPLICANT. USA: Califórnia Filmes. Videolar S.A. (s.d.). DVD: 85 min. Legendado, color, NTSC.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº. 2, de 11 de setembro de 2001.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou La Educación*. São Paulo: LIVRODOT.COM, 2004.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. In: **Revista Lusófona de Educação**. Lisboa, 2006.

**REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL “JOSÉ JORGE HADDAD”
(AFONSO CLÁUDIO - ES)**

SANTOS, Mônica Pereira dos. *O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva*. Rio de Janeiro. Revista da Faculdade de Educação da UFF- n. 7, maio 2003.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SÊNECA. *Da Ira*. São Paulo: Escala, 2006.

SHON, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOARES, Ângela da Silva. *Pressupostos Da Educação Inclusiva*. Publicado em 29/07/09. disponível em: www.artigonal.com/Educação. Acessado em 02/02/2012.

TORRES, I. C. *O Patrionalismo e as Mulheres aa Amazônia de Ontem*. Manaus: UFAM, 2006.

VALADARES, Antônio Carlos. *Inclusão social: Projeto de Lei do Senado*. Brasília, 2007.

WAGNER, P. *Crises da modernidade: a sociologia política no contexto histórico*. RBCS, v.11, n.31, p. 29-43, jun. 1996

www.mundodosfilosofos.com.br.

ISBN 978-659985116-2



9

786599

851162

